

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PEDRO LUIZ FERRO

**POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO:
UMA ABORDAGEM HISTÓRICA, SOCIAL E PSICOLÓGICA, SOBRE A FORMAÇÃO
E A VIOLÊNCIA**

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

São Paulo, SP

2018

PEDRO LUIZ FERRO

**POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO:
UMA ABORDAGEM HISTÓRICA, SOCIAL E PSICOLÓGICA, SOBRE A FORMAÇÃO
E A VIOLÊNCIA**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, sob a orientação Dr. Prof. Edison Nunes.

São Paulo, SP

2018

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Tese de Doutorado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura _____

Data _____

E-mail _____

Ficha Catalográfica

F395p Ferro, Pedro Luiz

Polícia Militar do Espírito Santo: Uma abordagem Histórica, Social e Psicológica, Sobre a Formação e a Violência. / Pedro Luiz Ferro. São Paulo – 2018.

121 p.

Orientador: Dr. Prof. Edison Nunes

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

1. Polícia militar. 2. Contexto histórico. 3. Formação. 4. Aspectos psicossociais. 5. Comportamento. 6. Violência I. Nunes, Edilson. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. III. Título.

PEDRO LUIZ FERRO

**POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO:
UMA ABORDAGEM HISTÓRICA, SOCIAL E PSICOLÓGICA, SOBRE A FORMAÇÃO
E A VIOLÊNCIA**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, sob a orientação Dr. Prof. Edison Nunes.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Dedico este trabalho ao meu pai José Toledo Ferro
(*in memoriam*) e à minha mãe Genir de Jesus Bertim
Ferro (*in memoriam*).

Ao meu irmão Gutemberg Ferro e à minha irmã Jane
Ap. Ferro Angelo.

Ao meu cunhado Lúcio Alves Angelo.

À minha filha Victória Lyrio Ferro.

Agradeço ao CNPq (Processo n. 14076/2015-5) a bolsa concedida sem a qual não seria possível a realização da pesquisa e o desenvolvimento desta Tese de Doutorado.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer ao Comandante da Polícia Militar do Espírito Santo, Coronel PM Alexandre Ofranti Ramalho.

Agradecer ao Subcomandante da Polícia Militar do Espírito Santo, Cel PM Reinaldo Brezinski Nunes, pela confiança que sempre acreditou em mim durante o tempo em que lecionei na Corporação.

Ao Cel.PM RR. Andrey Carlos Rodrigues, ex-Diretor da Deip, pela confiança depositada.

Ao Cel. PM Aleksandro Ribeiro de Assis, Diretor da Deip.

Ao Ten. Cel. PM Amarildo, da Silva, Diretor Adjunto da Deip.

Ao Ten. Cel. PM Leonardo Vieira Celante, Comandante da Academia de Polícia Militar do Espírito Santo.

À Maj. PM Emília Alves.

Ao Maj. PM Wanderson Machado Luchi.

Ao Maj. PM Natanael Cesar Côgo.

Ao Cap. PM Anderson Prado.

À Turma de Oficiais de 2012/14.

À Turma CHS 2012/14/16.

À Turma CFSd 2013/14/15.

Aos Oficiais, Praças, Funcionários Cíveis e Professores da Academia de Polícia Militar.

Ao meu orientador, Dr. Edison Nunes, pela paciência de sempre e pelo incentivo demonstrado nos momentos de dificuldade pelos quais eu passei durante estes anos.

Às (aos) Coordenadoras e Professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Dra. Vera Lúcia Michalany Cháia, Dra. Lúcia Maria Machado Bógus e Dr. Edgard de Assis Carvalho, pelas aulas ímpares, que me levaram, muitas vezes, a profundas introspecções.

À Professora Dra. Maria Elisa de Castro Almeida.

À Secretaria Acadêmica, onde sempre recebi toda atenção necessária e presteza, através da Senhora Katia Cristina da Silva e do Sr. Rafael Diego Garcia.

RESUMO

FERRO, Pedro Luiz. **Polícia Militar do Espírito Santo: Uma abordagem Histórica, Social e Psicológica, Sobre a Formação e a Violência.** 2018. 121 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2018.

Frequentemente, ouvimos discussões sobre o tema da Segurança Pública e estas vêm ganhando cada vez mais espaço nas ciências sociais. O objetivo deste trabalho foi traçar um perfil dos policiais militares do Espírito Santo através da análise do contexto histórico, social e político. Partimos do pressuposto de que existe uma ligação histórica, social e política que se alinha intrinsecamente com os elementos constitutivos do trabalho, com as atividades policiais militares e com a produção da identidade. Procuramos analisar a identidade social do policial militar como sendo a consciência que o indivíduo tem de pertencer a um determinado grupo social e profissional. Também buscamos identificar se o treinamento que recebem é eficaz e eficiente diante desta identidade. Foram entrevistados 100 policiais militares entre homens e mulheres através de um questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas. As entrevistas foram divididas em duas etapas - a primeira entre 2013 e 2015 e a segunda entre 2015 e 2017 - e foram realizadas na Academia de Polícia Militar do Espírito Santo (Cariacica-ES) e no Primeiro Batalhão de Policiamento Metropolitano (Vitória-ES). As entrevistas foram transcritas e tabuladas para a análise quantitativa das respostas. Para a análise dos discursos, a fim de identificar ritos, processos de socialização e escolha profissional foram utilizadas como metodologia as Representações Sociais de Moscovici (2010) e a Construção Social da Realidade de Berger e Luckmann (2012). Em relação à escolha profissional, muitos declararam abertamente que a estabilidade financeira foi o fator preponderante, mas existem casos onde há forte ideologia e vocação. Apesar de mais da metade dos entrevistados dizerem que a imagem da polícia militar junto à comunidade é negativa, mais de 90% respondeu que tem uma boa relação com esta comunidade. Mais da metade dos entrevistados considera importantes as disciplinas de Direitos Humanos e Abordagem Socio-psicológica do Crime e da Violência, porém, após um ano de exercício profissional a maioria afirmou que há diferença entre o que se aprende na teoria e o que se pratica. A partir da pesquisa podemos concluir que as representações sociais, ou seja, a influência dos policiais veteranos sobre os mais novos determina o comportamento nas ruas e ações violentas destes. Concluimos ainda que o treinamento não é capaz de influenciar a conduta da maioria dos policiais militares que cursam a Academia. Portanto, há necessidade de um estudo contínuo para, compreendermos, identificarmos e entendermos os policiais militares a partir de sua realidade e como ele atua no seu campo de ação.

Palavras-chave: Polícia militar. Contexto histórico. Formação. Aspectos psicossociais. Comportamento. Violência.

ABSTRACT

FERRO, Pedro Luiz. **Polícia Militar do Espírito Santo: Uma abordagem Histórica, Social e Psicológica, Sobre a Formação e a Violência.** 2018. 121 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2018.

Frequently we hear a lot about the theme of public security and these are topics of wide discussion in the Social Sciences. The aim of this study was to draw a profile of the military police of the Espírito Santo state, through the analysis of the historical, social and political aspects. These aspects are aligned with the constituent elements of the work, with military and police activities with the production of identity. We analyzed the social identity of the military police as the conscience that the individual has to belong to a particular social and professional group. We also identified if the training received by de military police was effective. The data were obtained from questionnaires which were administered to 100 military police from a formal training program of the Police Academy. This study took place at the Academy of Military Police of Espírito Santo (Cariacica-ES) and the 1st Battalion of Metropolitan Police (Vitória-ES). The interviews were divided into two stages: the first one between 2013 and 2015, and the second between 2015 and 2017. The questionnaires concentrated upon the police perceptions and responses toward different features of their courses and work. The interviews were transcribed and tabbed for the quantitative analysis of the answers. For the analysis of discourse, in order to identify rites and professional choice socialization processes were used as methodology the social representations of Moscovici (2010) and the social construction of reality of Berger and Luckmann (2012). As a result, about the professional choice, many declared that financial stability was the main factor, but there are cases where ideology and vocation are also important. More than half of respondents said that the image of the military police in the community is negative on the other hand, more than 90% responded that there is a good relationship with the community. Many consider important the subjects of "Human Rights" and "Socio Psychological Approach to Crime and Violence". However, after a year of professional practice most of them said that they don't practice what they have learned in theory in the course of formation. That is there is a difference between theory and practice. We conclude that the social representations, i.e. the influence of veteran cops on then newest determine the behavior on the streets and violent actions. We also conclude that the training is not able to influence the conduct of most of the military officers who attend the Academy. Therefore, there is need for a continuous study to understand the reality of the military police and how they act in their field of action.

Keywords: Military police. Historical context. Training. Psychosocial aspects. Behavior. Violence.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Guarda Imperial	27
Figura 2 - Posto Policial da Forca Pública (SP) - 1902	29
Figura 3 - Manobras da Forca Pública sob comando de oficiais da missão francesa - 1910. ...	30
Figura 4 - Revolução de 1924. Forca Pública de São Paulo no Palácio do Governo Campos Elíseos.....	31
Figura 5 - Forca Pública de São Paulo. 1ª Cia Choque – 1967. Prédio do DOPS.....	36
Figura 6 - Desocupação da PUC pela 1ª Cia Pelotão de Choque - 1977.....	38
Figura 7 - Distúrbios Cíveis na Rua São Bento (São Paulo). 3o Batalhão de Choque da PMESP - 1977.....	38
Figura 8 - Transição da PMESP Anos 80-90	42
Figura 9 - Primeiro Quartel da PMES em Vitória - ES.....	50
Figura 10 - Quartel do Parque Moscoso. Início do Século XX.....	52
Figura 11 - Patrulha Motorizada da PMES. Década de 80.....	53
Figura 12 - Organograma da Academia de Polícia Militar do Espírito Santo.....	56
Figura 13 - Estrutura Organizacional da Polícia Militar do Espírito Santo.	57
Figura 14 - Ações do PROERD.....	66
Figura 15 - Quartel do Moscoso, Parque Moscoso. Início do Séc. XX.....	68
Figura 16 - Primeira Turma Feminina formada no CFAP em 1983.....	69
Figura 17 - Estrutura organizacional da Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa.	70
Figura 18 - Eixos Articuladores e Áreas Temáticas.....	71
Figura 19 - Currículo do Curso de Formação de Oficiais (CFO).....	73
Figura 20 - Turma do CFO 2014.....	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação entre homens e mulheres por curso da Academia de Polícia Militar do Espírito Santo (N=100).....	99
Tabela 2 - Perfil etário dos alunos da Academia (N =100).	99
Tabela 3 – Fatores que determinaram a entrada na PMES (N=100).	100
Tabela 4 - Avaliação da imagem da PM junto à comunidade (N=100).	101
Tabela 5 - Avaliação da imagem da PM junto à comunidade em relação ao curso (N=100).....	102
Tabela 6 - Estratégias para melhorar a imagem da Polícia Militar junto à comunidade em relação ao curso de formação (N=100).	103
Tabela 7 - Avaliação da relação entre a Polícia Militar e a comunidade (N=100).....	103
Tabela 8 - Avaliação da relação entre polícia e comunidade em relação ao curso (N=100)..	104
Tabela 9 - Opinião sobre a violência na PM (N=100).....	105
Tabela 10 - Opinião sobre a violência na PM por curso (N=100).....	106
Tabela 11 - Avaliação do curso pelos (as) alunos (as) (N=100).	107
Tabela 12 - Principais dificuldades encontradas durante a formação (N=100).....	108
Tabela 13 - Avaliação das disciplinas de Direitos Humanos e Abordagem Sócio psicológica do Crime (N=100).	109
Tabela 14 - Diferença entre o que é ensinado na teoria e a prática diária (N=100).	110
Tabela 15 - Opinião sobre o militarismo na PM (N=100).....	110
Tabela 16 - Opinião sobre desmilitarização da PM (N=100).....	111
Tabela 17 - Opinião sobre desmilitarização da PM em relação ao curso (N=100).....	112
Tabela 18 - Perspectivas sobre a carreira (N=100).	113
Tabela 19 - Perspectivas sobre a carreira em relação ao curso (N=100).....	113
Tabela 20 - Áreas de interesse acadêmico (N=100).....	114
Tabela 21 - Opinião sobre plano de carreira e salários (N=100).....	115
Tabela 22 - Avaliação da imagem da PM junto à comunidade. Pós-formação (N=50).....	116
Tabela 23 - Opinião sobre a violência na PM. Pós-formação (N=50).	117
Tabela 24 - Opinião sobre o militarismo na PM. Pós-formação (N=50).	118

Tabela 25 - Diferença entre teoria e prática diária. Pós- formação (N=50).	119
Tabela 26 - Opinião sobre desmilitarização da PM. Pós- formação (N=50).....	120
Tabela 27 - Fatores que influenciam o policial militar no exercício profissional. Pós- formação (N=50).	120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução da Polícia – Contexto Histórico	41
Quadro 2 - Componentes curriculares do CFO 2012-2014.....	73
Quadro 3 - Turmas formadas pela Escola de Formação de Oficiais (ESFO) no período entre 1994 e 2004.....	77
Quadro 4 - Componentes curriculares do Curso de Habilitação de Sargentos – 2014.....	78
Quadro 5 - Componentes curriculares do Curso de Formação de Soldados – 2014.	79

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAS	Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos
CBM	Comando do Corpo de Bombeiros Militar
CFA	Centro de Formação e Aperfeiçoamento
CFAP	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
CFO	Curso de Formação de Oficiais
CFSd	Curso de formação de Soldados
CHS	Curso de Habilitação para Sargentos
CODI	Centro de Operações e Defesa Interna
CONASP	Conselho Nacional de Segurança Pública
CONSEG	Conselho Comunitário de Segurança
CPAE	Comissão de Processos Administrativos Especiais
DOI	Destacamentos de Operação Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
EME	Estado-Maior do Exército
EsFAP	Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
EsFO	Escola de Formação de Oficiais
FNSP	Fundo Nacional de Segurança Pública
IGPM	Inspetoria-Geral das Polícias Militares do Ministério do Exército
MJ	Ministério da Justiça
OBAN	Operação Bandeirante
ONU	Organização das Nações Unidas
PMES	Polícia Militar do Estado do Espírito Santo
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos

PNSP	Plano Nacional de Segurança Pública
PROERD	Programa Educacional de Resistências as Drogas
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
SDLC	<i>Scuderie Le Coq</i>
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SINESP	Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública
SNGCSP	Sistema Nacional de Gestão de Conhecimento em Segurança Pública
SUSP	Sistema Único de Segurança Pública
TAT	Teste de Avaliação de Tiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	CAPÍTULO I - A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA POLÍCIA MILITAR NO BRASIL	24
2.1	A Colônia e o Império	26
2.2	A Primeira República	28
2.3	De Vargas a Jânio.....	32
2.4	Estado Democrático de Direito.....	39
2.5	Anos 90 e a reforma da Segurança Pública no Brasil.....	42
3	CAPÍTULO II - POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO	49
3.1	A Polícia Comunitária no Espírito Santo.....	57
3.2	Análise do Papel da Polícia Comunitária.....	63
3.3	Os Projetos Sociais e a Diminuição da Letalidade	65
4	CAPÍTULO III - A FORMAÇÃO DO POLICIAL MILITAR.....	68
4.1	Histórico da Instituição de Ensino.....	68
4.2	Componentes curriculares dos cursos da Academia da PMES	71
4.3	Método Giraldi	81
5	CAPÍTULO IV - FATORES SOCIAIS E PSICOLÓGICOS DO POLICIAL MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.....	85
6	CAPÍTULO V - PERFIL DOS ALUNOS DOS CURSOS DE FORMACAO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO	97
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
	REFERÊNCIAS.....	126

1 INTRODUÇÃO

Há uma percepção generalizada na sociedade brasileira que indica ser a polícia militar particularmente violenta e profundamente desrespeitosa com os direitos humanos em praticamente todos os estados da federação. Nesse contexto, a população mais pobre e vulnerável parece receber mais pesadamente o ônus da violência. Tal imagem está presente na imprensa, com seus programas de rádio e televisão especializados na cobertura “policial”, bem como é expressa por lideranças sociais, políticas e “formadores de opinião” em geral. Ora incentivando o comportamento policial violento, ora criminalizando a polícia e os policiais pela violação dos direitos, a mesma imagem presta-se como lugar comum às lutas encarniçadas entre posições antagônicas. Mais recentemente, o cinema nacional também tem explorado esta seara em produções como “Tropa de Elite”¹ e “Rota Comando”², entre outras. A imagem não é nova; arrasta-se pelo menos desde o tempo do estado autoritário (militar) e há quem a relacione com a própria fundação da nação brasileira. Incomoda, todavia, a persistência deste quadro, mormente depois da redemocratização do país e da promulgação da “constituição cidadã de 1988” com sua promessa democrática, liberalizante e humanista.

A imagem de uma polícia violenta adere à imagem e à realidade de uma sociedade também violenta; esta apresenta altas taxas de criminalidade nas quais abundam os “crimes contra a pessoa”: dentre os quais assassinatos e latrocínios. Tudo se passa sob o pano de fundo das misérias e violências quotidianas da sociabilidade marcada por profundas desigualdades, humilhações e forte sentimento de injustiça acompanhado dos correlatos ressentimentos e ódios.

Muito esforço tem sido dedicado no sentido de superar esse quadro, tanto por agentes da sociedade como por quadros do Estado. No que compete especificamente ao cerne da presente tese, o objetivo de criar uma polícia adequada à plena vigência do Estado de Direito tem recebido a diligente atenção de juristas, administradores, cientistas sociais, psicólogos, assistentes sociais entre outros, além obviamente dos “policiólogos”. Esse conjunto de especialistas tem se dedicado a destrinchar o quadro e apontar perspectivas. Não obstante, a questão está longe de ser resolvida como tristemente demonstram os episódios que levaram às recentes intervenções federais nos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro.

¹ Tropa de Elite. Direção: José Padilha, Produção: José Padilha e Marcos Prado. Brasil. 2007.

² Rota Comando. Direção e Produção: Elias Júnior. Brasil. 2009.

A presente tese de doutorado tem o compromisso de somar-se aos esforços condizentes com a melhora da atividade policial no país, ainda que de forma bastante modesta. Trata, sobretudo, de indagar por que o imenso trabalho de formação dos policiais militares, empreendido pelo menos desde a democratização, parece baldar-se em seu objetivo fulcral de formar um agente público nos moldes do respeito aos direitos positivos e, sobretudo, humanos daqueles com quem interage. Assim sendo, seu escopo mais específico busca mapear as opiniões, valores, e “visões de mundo” dos policiais militares do Estado do Espírito Santo na tentativa de precisar a auto localização dos policiais nos conflitos materiais e simbólicos sobre o caráter das políticas de segurança pública. Assume-se que existe relação entre valores, informações, visões de mundo e comportamentos, ainda que não necessariamente de forma linear, seguindo ensinamentos da “sociologia do cotidiano”. Se há comportamento violento, certamente deve comparecer alguma “explicação” que o torne “razoável” perante a quem o pratica ou, então, quem convive com a prática. Busca-se, portanto, as representações associadas ao desempenho cotidiano da profissão. Como se sabe, a vida do policial o põe em contato frequente com práticas violentas, perpetradas por cidadãos ou mesmo por membros da corporação no exercício de função ou fora dela. Como ele interpreta tais contextos? Em ocasiões como essa podem ocorrer atitudes de policiais cujas racionalidades colidem com aquelas defendidas e preceituadas pela doutrina dos direitos humanos, quando não, explicitamente atentórias a estes.

Os cursos que formam os policiais militares no Espírito Santo e os que os preparam à ascensão na carreira, como é comum às corporações congêneres no Brasil, atendem à “Matriz Curricular Nacional da Secretaria Nacional de Segurança Pública”. Esta por sua vez decorre do preceito do Art. 8º; XVII; v. da Constituição Federal que coloca a capacidade legislativa sobre as Polícias Militares na União, inclusive, no que tange à “instrução”. Nela há ampla ênfase no desenvolvimento de valores e atitudes condizentes à vida civil. Assim, assegura-se na formação dos policiais militares a inserção de disciplinas que visem a diminuição da letalidade policial, pois sabemos que a atuação depende da mudança de foco dos organismos policiais, uma vez que a nova política nacional está baseada em uma gestão de preservação e prevenção da vida.

Permanece um contraste entre a realidade construída e aplicada nos cursos e a posteriormente desenvolvida durante a atuação profissional. Ou seja, há uma possível disfunção entre os objetivos com a formação profissional e o desempenho real da profissão.

Foi no contexto das questões levantadas no parágrafo anterior que esta tese pesquisou as opiniões, os valores e as crenças dos policiais militares procurando apurar em que medida a formação da Academia permanece introjetada durante o tempo de exercício profissional. A hipótese testada é que o conjunto de práticas e de interações inerentes ao exercício do policial conduz a um descrédito e abandono daquilo que foi absorvido durante o período formativo. Aparentemente tudo se passaria como se os contextos de aprendizado e da atuação fossem marcadamente distintos, configurando relações sociais também distintas. O “mundo” seria permanentemente reconfigurado por interações com “novos outros significativos” em cada um dos espaços sociais vividos pelo membro da força.

Para verificar a hipótese realizou-se um conjunto de entrevistas com dois grupos de policiais da Academia de Polícia Militar entre os anos de 2013 a 2017: durante o curso de formação e com os recém-formados após um ano de exercício. Os cursos considerados foram: Formação de Oficiais, Curso de Habilitação de Sargentos e Curso de Formação de Soldados. Procurou-se, a partir do contraste destas duas situações temporais, determinar diferenças da cultura profissional e das motivações atribuídas a estas transformações. Por outro lado, buscou-se compreender também se diferenças na locação profissional influem neste processo, isto é, o tipo de trabalho ao qual o funcionário é designado, policiamento ostensivo, burocrático etc. Evidentemente há aqui o pressuposto de que ocupações distintas apresentam diferentes graus de exposição quotidiana à violência.

O horizonte normativo do estado de direito supõe que a polícia deve observar os preceitos básicos das ações normativas deste estado. Antes disso, no entanto, deve compreender que o que policial realiza diuturnamente é o primeiro passo para a análise da eficiência de um bom programa de policiamento comunitário. O treinamento na Academia deve estar diretamente relacionado aos anseios da sociedade moderna bem como aquele serviço que é desejado e esperado.

Existem modelos socialmente construídos de atuação policial cujo cerne constitui o desempenho de atos violentos que são abraçados pelos policiais logo no início de suas carreiras, que emergem dentro e fora dos quartéis. Conceitos esses que ditam as regras subjetivas junto à sociedade civil. São regras, muitas legais e outras nem tanto, interiorizadas através das representações sociais nas quais o policial militar se encontra inserido. Muitas destas são imperceptíveis ao olhar do pesquisador porque são princípios afetivos enraizados em suas ações.

A vida cotidiana do policial militar é, por conseguinte, cheia de complexidades. Para analisar e mensurar o que é idealizado e o que é realizado pela tropa cotidianamente deve-se, antes de tudo, abranger conhecimentos normativos de ordem jurídica e psicossocial. Além deste entendimento histórico, buscamos a perspectiva do policial através de uma pesquisa, uma vez que muitas vezes este aspecto causa pouco entendimento.

O processo de seleção e atuação do policial militar visa uma política de gestão compartilhada e uma atuação da tropa junto à comunidade. Ainda assim, o processo de imagem da corporação policial militar tem percorrido um longo e dificultoso caminho para que os índices de confiabilidade da população ganhem credibilidade.

O que se pretende discutir e analisar com a presente tese reside no paradoxo daquilo que é preconizado, idealizado e no que podemos observar até o presente momento, ou seja, por que apesar de todos os esforços objetivando uma polícia cidadã, observamos no dia a dia uma polícia violenta e a serviço de interesses privados e totalmente militarizados, preservando ainda comportamentos típicos de uma guerra.

Para fundamentar e dar mais objetividade ao problema e a hipótese, buscamos inúmeros autores para contribuir com a pesquisa e a análise dos fatores relacionados à Segurança Pública - entre eles, Mesquita Neto (2011), que estabelece conceitos concretos entre a capacidade de planejamento e a efetividade da conduta do policial militar, naquilo que tange aos resultados esperados pela sociedade civil.

Para analisar a vida cotidiana e as experiências subjetivas que contribuíram para a investigação dos fenômenos políticos, sociológicos e psicológicos quanto à formação e prática do policiamento, utilizamos Berger e Luckmann (2009), que descrevem a realidade a partir da convicta inefabilidade que nos rodeia. Tais interpretações passam a ser científicas ao passo que nos defrontamos com a realidade cotidiana.

Para a compreensão de como os policiais militares veem o mundo social e de como eles enxergam sua própria realidade, bem como seu papel neste contexto, é preciso mencionar a realidade policial, ou seja, falarmos da cultura policial que muitas vezes não está presente nos estudos acadêmicos. A partir de Reinner (2004), tornou-se necessário realizar uma análise do que eles fazem e como eles fazem dentro do seu papel social.

Através da obra de Jacqueline Muniz (1999), que define o próprio policial como o mundo da rua, analisamos as variáveis das incertezas, das inseguranças e das angústias, uma mistura singular e muitas vezes sem fronteiras que é constantemente alimentada por pressões morais exercidas sobre o cidadão policial militar.

Oliveira Júnior (2008), apresenta a natureza policial como um fator dicotômico, pois uma vez que a polícia tem a responsabilidade de controlar o crime, os policiais investem a maior parte do seu tempo de atividade no atendimento de ocorrências não criminais, muitas vezes prestando atendimento em ocorrências de socorro, mediando conflitos ou até mesmo oferecendo aconselhamento para algumas famílias.

Como nos esclarece Thompson (1996), a reprodução das relações sociais exige não apenas condições materiais dentro de um contexto social, mas também a reprodução dos valores e crenças que concedem ao sujeito elementos dentro de uma determinada ideologia por ele escolhida, que por sua vez será defendida por ele e poderá garantir a adesão de outras pessoas incluindo, é claro, o cidadão policial militar.

Não poderíamos deixar de lado os Ensaio da Microfísica do Poder (FOUCAULT, 1979), na medida em que sabemos que os policiais militares podem ser utilizados como força auxiliar das Forças Armadas e, sendo assim, passam por um processo de treinamento destinado à guerra. Sabemos que a disciplina para a guerra fabrica corpos submissos e adestrados para lidar com inimigos, com técnicas específicas desenvolvidas nas Corporações Militares bem longe daquelas utilizadas para o policiamento destinado à comunidade civil.

Adorno (1994), aponta que a violência é seletiva em muitos casos e que a noção sociológica de violência é complexa uma vez que transcende a vida privada e exige políticas públicas com a presença do Estado e da população civil organizada.

A Polícia Militar ainda é modelada para a guerra, como afirma Bittencourt (2014), é incapaz de atuar em respeito aos Direitos Humanos e utiliza um policiamento agressivo, dividindo a sociedade entre amigos e inimigos. Percebemos que, apesar das garantias da Constituição Federal de 1988, ainda não é possível assegurar a integridade pessoal dos cidadãos mais vulneráveis e indefesos (PINHEIRO, 1997).

A presente tese foi organizada em cinco capítulos, iniciando o percurso com o debate sobre a formação das polícias militares no Brasil - separando os períodos históricos significativos - com o propósito de determinar as mudanças ocorridas a partir da Constituição Federal de 1988 e permitir a análise política, social e psicológica dos policiais militares do Estado do Espírito Santo. O eixo condutor da exposição não poderia ser outro do que o do “vício de origem” da polícia ostensiva: seu militarismo. De fato, as Forças Públicas Estaduais (e mesmo a Guarda Nacional que a precedeu) são criadas com o objetivo de limitar o poder das Forças Armadas por um contraponto militar em outras mãos. O objetivo claro era evitar golpes militares por uma espécie de equilíbrio de poder bélico. A organização oriunda do belicismo estaria assim fadada a interpretar sua missão institucional nos registros da lógica amigo/inimigo; do combate?

Na tentativa de mapear tais questões nos servirmos de estudos que refletem a violência urbana no Brasil com seu paradoxo que marca o país nas últimas décadas; pois justamente quando o país recuperava a democracia no final de 1978, foi atingindo por crescentes taxas de criminalidade, bem como pela não conciliação das ideias críticas sobre a falta de cidadania nas instituições da polícia. Nem o perdão, nem a pacificação foram discutidos publicamente pelas instituições policiais após o término do Regime Militar para além da mera formalidade.

A pesquisa realizada no segundo capítulo foi direcionada para a história da Polícia Militar do Espírito Santo, que passou por inúmeras transformações ao longo de sua história até à década de 90 onde inicia, junto com as demais polícias brasileiras, as reformas determinadas pela Constituição de 1988.

O terceiro capítulo traz um resgate histórico da Academia de Polícia Militar do Espírito Santo, desde sua criação até os dias atuais, e uma análise dos aspectos curriculares dos cursos de formação. Investigamos as mudanças que foram implantadas a partir da Constituição Federal de 1988, bem como sua aplicação no dia a dia dos alunos e policiais. Tratamos de apreciar se a formação dos policiais militares do estado do Espírito Santo, desde a implantação das Diretrizes de Direitos Humanos, tem sido corretamente aplicada e seguida a matriz curricular da Secretaria Nacional de Segurança Pública, observando se a prática dos Direitos Humanos no Espírito Santo tem sido efetiva.

O quarto capítulo realizou uma análise social e psicológica do comportamento coletivo e individual dos policiais militares a partir de alguns discursos que eram proferidos regularmente pelos (as) alunos (as) durante a formação, com o objetivo de constatar ou não se as lideranças, ou seja, se os superiores hierárquicos possuem influência direta sobre tais discursos coletivos.

O quinto capítulo foi elaborado a partir das entrevistas de alunos (as) dos cursos de formação da Academia de Polícia Militar: Curso de Formação de Oficiais, Curso de Habilitação de Sargentos e Curso de Formação de Soldados; com o objetivo de avaliar os fatores políticos, sociais e psicológicos na determinação das atitudes e vivências dos policiais militares do Espírito Santo. No âmbito da Academia de Polícia Militar pesquisamos entre os policiais a opinião sobre as instruções que tangem aos Direitos Humanos e Abordagem Sociopsicológica do Crime e da Violência, uma vez que as questões psicossociais e políticas merecem mais atenção na pesquisa social e política no que tange à sua relação com a sociedade.

2 CAPÍTULO I - A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA POLÍCIA MILITAR NO BRASIL

O presente capítulo irá discorrer sobre a história da polícia brasileira para entender as escolhas institucionais que formataram o presente modelo de organização policial. Como se sabe, as instituições condicionam de forma ampla valores, hábitos, comportamentos e atitudes de seus membros. Assim, em grande medida, as decisões ordenadas determinam a vida e a práxis do policial militar.

As decisões sobre a formação de uma organização são, por sua vez, condicionadas pelas variáveis de contextos sócio históricos das quais emergem. Compete observar, as questões e disputas políticas sobre as quais os diversos agentes que fizeram parte da história foram capazes de prover soluções. A história política da formação do policial militar brasileira ilumina, assim, a racionalidade dos agentes e de suas atitudes.

A dependência que as organizações apresentam em relação aos condicionantes presentes em sua formação, bem como os vínculos entre as atitudes de um membro de uma corporação e as variáveis institucionais que esta apresenta, é mais bem evidenciada num prisma comparativo. Por essa razão, sempre que o assunto assim o exigir, apresentaremos experiências estrangeiras que ajudem a observar as peculiaridades das escolhas brasileiras.

A primeira parte deste capítulo irá discorrer sobre a origem da polícia militar no Brasil. Antes, porém, é necessário apresentar a história da polícia moderna - cuja origem é atribuída à Europa - para, deste modo, desenharmos elementos comparativos entre elas.

A história da polícia brasileira merece destaque, pois, diferente das estruturas e do modo de fazer policiamento que os demais países empreenderam ao longo da história, tem-se a necessidade de um estudo comparativo para desnudar nosso modelo. O estudo das transformações internas na organização policial brasileira é uma dimensão essencial, no qual a profissionalização, a especialização e a politização da polícia se constituem objetos de desenvolvimento substanciais, assim como a competência, a consciência profissional e a eficácia são, certamente, muito desejáveis (MONET, 2006).

Segundo Monjardet (2012), a polícia é uma instituição constituída de um conjunto de regras estabelecidas com vistas à satisfação de interesses coletivos. Uma instituição que, por mandato, mantém duas ordens: a instrumental e substancial. Para entender a polícia e a importância a ser conferida à força física, Monjardet (2012), afirma que:

(...) A força física constitui “apenas o mais espetacular do conjunto dos *meios de ação não contratuais* que fundam o instrumento policial e que ele detém” (p. 28). Em sua definição, a polícia é, ao mesmo tempo, um instrumento de poder, um serviço público suscetível de ser requisitado por todos e uma profissão que desenvolve seus próprios interesses (*Ibid.*, p. 15).

A polícia militar não tem o monopólio da força, nem esta é seu meio de ação mais significativo. Salvo exceções em que são impostos limites, está habilitada a intervir em todos os lugares, em todos os tempos e em relação à qualquer um. Nesse sentido, a força pública é - em seu território - universal. Assim, caso se faça questão de conservar a ideia de monopólio, pode-se dizer que a polícia detém o monopólio da força em relação à todos.

Segundo Weber (1980), todo Estado se funda na força. Se existissem estruturas sociais em que a violência estivesse ausente, o conceito de Estado teria também desaparecido e apenas subsistiria o que se denomina anarquia, no sentido próprio da palavra. A violência não é, evidentemente, o único instrumento de que se vale o Estado, mas é seu instrumento específico, sem dúvida. Em nossos dias, o Estado e a violência são particularmente íntimos. Em todos os tempos, os agrupamentos políticos mais diversos, a começar pela família, recorreram à violência física como instrumento de poder (WEBER, 1980. p. 56).

A ideia de legalidade e impessoalidade da administração pública e da dominação racional legal, bem como o marco da igualdade jurídica só podem ser dados por este tipo de ideologia, ou seja, a dominação do Estado³. Assim, a força pública é calibrada de tal maneira que possa vencer qualquer outra força privada. Se acaso esta falhar, todas as legislações, sem exceção, preveem o recurso das Forças Armadas para ajudar a polícia e elas mesmas se tornarem, momentaneamente, polícia. De tal modo que toda manifestação de força policial é sempre suscetível de escalada, até o ponto em que seja atingido o objetivo, seja ele qual for.

³ Marx compreende o Estado como uma relação entre a infraestrutura e a superestrutura. A infraestrutura é a base econômica, ou melhor, é o conjunto das relações de produção que corresponde a um passado determinado do desenvolvimento das forças produtivas. Já a superestrutura tem como parte principal o Estado que é constituído pelas instituições jurídicas e políticas e por determinadas formas de consciência social (ideologia). Para Marx, o Estado como superestrutura que é, depende da sociedade civil compreendida como a base econômica e é na sociedade civil que se formam as classes sociais e onde são também revelados os antagonismos de classe que são inconciliáveis na visão marxiana. O Estado é resultado de um determinado grau de desenvolvimento econômico que está ligado à divisão da sociedade em classes (WEBER, 1980 p. 139).

2.1 A Colônia e o Império

No Brasil, o marco inicial da atividade policial teve início em 1808, com a vinda da Família Real, através da implantação da Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil. Este órgão foi instituído com o objetivo de implantar e dirigir a segurança pública da Corte e em todo o território brasileiro, seguindo o modelo da Intendência Geral de Polícia da Corte e do Reino em Lisboa. A intendência de Polícia Geral da Corte tinha a tarefa de zelar pelo abastecimento da Capital - Rio de Janeiro - e também atuar na manutenção da ordem. Incluía em suas atribuições a captura de criminosos, a investigação de crimes e, também, a captura de escravos (HOLLOWAY, 1997).

A Guarda Nacional⁴ foi criada através Lei de 18 de agosto de 1831. A classe dominante de senhores de escravos e proprietários de terras lutava para manter-se no controle do aparelho do Estado e foi instituído o instrumento militar de que se necessitava, empreendendo a neutralização das forças armadas regulares, que seriam relegadas em segundo plano (SODRÉ, 1979, pg. 151)⁵, o que mais tarde daria origens às Polícias Militares do Brasil. Essa Guarda foi organizada militarmente e dispunha de amplos poderes para manter a ordem (assim como nos dias atuais). Era subordinada ao Intendente Geral de Polícia e não possuía orçamento próprio. Os recursos financeiros vinham de taxas públicas, empréstimos privados e subvenções de comerciantes locais. Os métodos empregados pela Guarda espelhavam a violência e a brutalidade das ruas e da sociedade em geral como resultado da ineficácia das políticas e do gerenciamento das crises da época.

⁴ A Guarda Nacional era recrutada entre os cidadãos com renda anual superior a 200 mil réis, nas grandes cidades e 100 mil réis nas demais regiões. Era vista por seus idealizadores como o instrumento apto para a garantia da segurança e da ordem, vale dizer, para a manutenção do espaço da liberdade entre os limites da tirania e da anarquia. Tinha como finalidade defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império, mantendo a obediência às leis, conservando a ordem e a tranquilidade pública. Com a criação da Guarda Nacional, Feijó fortalecia as elites políticas locais, pois eram elas que formavam ou dirigiam o Corpo de Guardas, e, ao mesmo tempo, demonstrava a falta de confiança do governo na fidelidade do Exército. A posição das tropas, participando das lutas políticas e posicionando-se pela volta de D. Pedro I, no caso da oficialidade, e reivindicando por melhores soldos e mostrando-se contra as discriminações racial e social, no caso das patentes mais baixas, tornavam-no suspeito para garantir a ordem no país. (RODRIGUES, FALCON, & NEVES, 1981).

⁵ O autor refere-se à Lei de Terras de 18 de setembro de 1850 que foi a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil. Até então, não havia nenhum documento que regulamentasse a posse de terras e com as modificações sociais e econômicas pelas quais passava o país, o governo se viu pressionado a organizar esta questão. A Lei de Terras foi aprovada no mesmo ano da Lei Eusébio de Queirós, que previa o fim do tráfico negreiro e sinalizava a abolição da escravatura no Brasil. Grandes fazendeiros e políticos latifundiários se anteciparam a fim de impedir que negros pudessem também se tornar donos de terras (MACHADO, P. 1999).

A Guarda Nacional, por conta da lei que a criou, era uma organização permanente. Seu serviço era ordinário dentro e fora dos municípios, em destacamentos, à disposição de juízes de paz, presidentes de províncias e ministros da justiça, mediante requisição de autoridade civil.

Figura 1 - Guarda Imperial



Fonte: Exposições Virtuais do Arquivo Nacional⁶

Segundo Sodré (1979), a Guarda Nacional representava uma criação específica do regime denominado pela classe senhorial e demonstrava sua subordinação às comarcas municipais, aos juízes de paz e às elites eleitorais. Demonstrava, também, características aparentes de classe, uma vez que tais elementos eram representantes diretos dos senhores de terras. Ao lado das forças de linha, criava-se um instrumento militar específico de grandes proprietários, destinado, pela confiança integral que merecia deles, a neutralizar, em qualquer eventualidade, as tendências da tropa regular. Não por mera coincidência, que em decreto de

⁶ Disponível em:

<http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/media/221/normal_gra157_corpo_cavalaria_fig2.jpg>.

Acesso em: junho de 2018.

17 de janeiro de 1832, ficava declarado que os militares não gozavam de foro especial no caso de crime político. A Sociedade Militar - “perigosa” organização paralela que agrupava numerosos elementos militares envolvidos nos tumultos da época - foi dissolvida em 07 de dezembro de 1832. Em 12 de agosto de 1834, foi aprovada no legislativo a emenda constitucional, cuja essência representava os interesses de uma classe dominante (SODRÉ, 1979, p. 153).

A Guarda Nacional foi extinta, em setembro de 1922. Os oficiais foram redistribuídos pelas unidades dos exércitos e os praças, dispensados do serviço, como poderemos analisar com mais detalhes na Primeira república.

A partir de Reiner (2004), entendemos que a cultura da polícia, como qualquer outra, não é monolítica e que há variantes particulares, como uma subcultura que pode distinguir-se no interior da cultura policial mais geral, geradas por experiências distintas associadas à posições estruturais específicas, ou por orientações especiais que os policiais trazem em sua biografia. Somado à isso, no final do século XIX no Brasil, as culturas variavam e modelavam diferentes padrões e problemas de seus ambientes. A seguir, tentaremos entender o papel repressor da polícia no período republicano.

2.2 A Primeira República

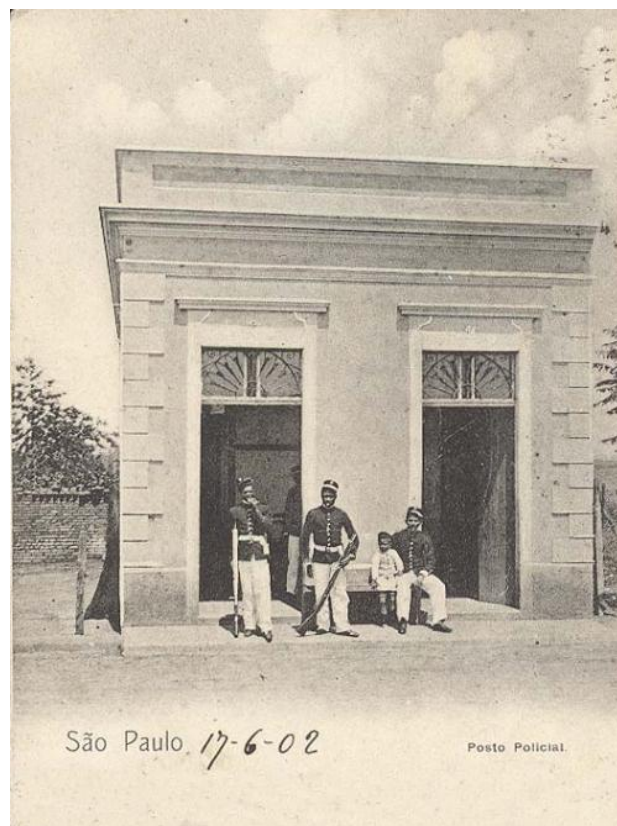
A Proclamação da República em 1889 inaugurou uma nova ordem política e houve a organização do aparato repressivo estatal. Embora o advento da República não tenha significado uma alteração fundamental na composição da classe dominante, a nova ordem política modificou consideravelmente as relações entre as classes dominantes e as subalternas. A abolição da escravidão, a instauração de um federalismo altamente descentralizado e o rápido crescimento urbano das principais cidades brasileiras exigiram profundas modificações nas instituições policiais (SOUSA; MORAIS, 2011).

No aspecto político e social, a abolição da escravidão afetou profundamente o trabalho policial. O papel das polícias no controle social concentrava-se na vigilância das classes urbanas perigosas e com o fim da escravidão, as polícias reinterpretaram sua função na estrutura de controle social. Uma das primeiras tarefas impostas ao aparelho policial foi o controle da população rural que migrou em massa para os principais centros urbanos.

Novos instrumentos e mecanismos de controle social precisaram ser desenvolvidos. Sob forte influência do direito positivo, o Código Penal foi reformado em 1890. Uma vez que a ênfase deveria recair sobre o criminoso e não sobre o ato criminal, o novo código passou a dar maior importância às práticas comuns das ditas classes perigosas como a vadiagem, a prostituição, a embriaguez e a capoeira. A ideia era permitir um melhor controle dos grupos perigosos, na medida em que seus hábitos passaram a ser considerados crimes (HOLLOWAY, 1997).

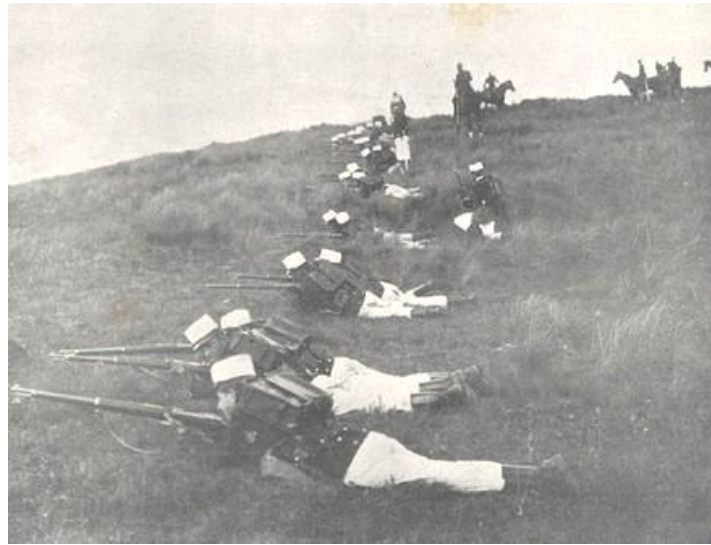
No final do século XIX e início do século XX, o modelo federativo adotado com a República fez com que as antigas províncias se constituíssem em estados autônomos. Tratou-se rapidamente de preservar o modelo e a independência conquistados, afinal, as forças armadas - então representadas pelo exército e pela marinha - eram corporações nacionais à serviço da União. Contra elas era preciso antepor dispositivos de dissuasão capazes de dificultar ou mesmo impedir que o poder central se tornasse incontestável, anulando, desta forma, a autonomia das unidades federadas. Foi assim que se constituíram verdadeiros exércitos estaduais chamados Forças Públicas ou Brigadas ou qualquer outra designação que ainda tenham (BICUDO, 2000).

Figura 2 - Posto Policial da Força Pública (SP) - 1902



Fonte: Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo

Figura 3 - Manobras da Forca Pública sob comando de oficiais da missão francesa - 1910.



Fonte: Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Se no plano federal as Forças Armadas serviam aos interesses de grupos oligárquicos, no plano estadual as Forças Públicas representavam os mesmos interesses que correspondiam, nesse caso, aos partidos políticos regionais. A sua missão era, num primeiro plano, defender o governo local dos excessos da União e as classes dominantes de eventuais manifestações de protesto contra as classes populares (BICUDO, 2000, p. 92).

A Primeira República e as eleições realizadas neste período foram, historicamente, em torno de clientelas e múltiplos mediadores. Até mesmo o patrão rural mais poderoso - o "Coronel" - deveria agradar os "coronéis menores", seus aliados, para conseguir ser eleito no parlamento ou no governo central. Os votos dos seus clientes eram comprados não só com bens e serviços privados, mas também com verdadeiras melhorias locais (muitas vezes com pressões sobre os eleitores, trabalho esse realizado pelas Forças Públicas estaduais). O equilíbrio entre o governo central e as oligarquias provincianas fez com que a negociação e a manipulação eleitoral fossem mais importantes que os conflitos abertos e violentos, embora tenham existido conflitos localizados⁷ que nunca dividiram tanto o país (ZALUAR, 2007).

⁷ Tão pouco a escravidão dividiu o país em guerra civil. Se bem que seja verdade que a escravidão resultou em séculos de violência interpessoal entre senhores e escravos, os episódios explosivos de ódio racial, religioso ou político foram igualmente transitórios e localizados. Eles jamais fracionaram o país pela guerra civil. Algumas revoltas de escravos terminaram por compromissos entre eles e seus senhores nos quais os africanos negociaram os seus direitos a um dia de repouso semanal, assim como a dançar e a praticar seus rituais religiosos acompanhados dos instrumentos de percussão que caracterizam esses rituais (Reis, 1986).

Nas províncias, ou seja, nos novos Estados da Federação, imperavam os chefes locais (juízes) que até então não tinham autonomia. Suas decisões, usualmente, beneficiavam os poderosos coronéis e, em muitos casos, os crimes resultavam em impunidade. Na Primeira República podemos afirmar que tanto os tribunais quanto as forças policiais não estavam acima do poder privado. Os policiais foram recrutados e treinados para satisfazer os proprietários rurais e a eles se submeterem reprimindo os pobres, os afrodescendentes e os indígenas (ZALUAR, 2007, p. 37).

Parece incontroverso que as instituições especializadas surjam somente em sociedades relativamente complexas. Enquanto o policiamento pode se originado de processos coletivos e comunais de controle social, as forças policiais especializadas cresceram lado a lado com o desenvolvimento das desigualdades sociais e das hierarquias (REINER, 2004). Essas forças policiais foram consideradas instrumentos para a emergência e proteção de sistemas estatais mais centralizados e dominantes, como podemos observar no Brasil durante o período da Primeira República.

Figura 4 - Revolução de 1924. Força Pública de São Paulo no Palácio do Governo Campos Elíseos.



Fonte: Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

2.3 De Vargas a Jânio

O golpe de 1930 pôs fim ao arranjo político da Primeira República, já corroído pelo clientelismo e pelo localismo⁸. Com Getúlio Vargas ao poder, houve a intenção de inaugurar uma nova ordem política, baseada em um Estado forte o suficiente para conduzir a sociedade a novos rumos. O regime autoritário de Vargas, consolidado em 1937, foi marcado pela excessiva centralização no plano federativo e pela limitação dos canais de participação no plano partidário (COSTA, 2004a).

A polícia assumiu papel fundamental na construção e manutenção desse regime autoritário. Suas tarefas foram ampliadas, sendo de sua competência o controle dos grupos políticos dissidentes. Aqueles que eram vistos como inimigos do Estado (comunistas, judeus, dissidentes políticos, entre outros) deveriam ser vigiados e controlados, juntamente com as "classes pobres perigosas" (CARVALHO, 2007).

As polícias sofreram várias transformações para se adequarem às novas configurações constitucionais. Logo nos primeiros meses do governo Vargas, promoveu-se uma ampla reforma nos quadros da Polícia Civil do Distrito Federal e de alguns outros Estados. Delegados foram exonerados e substituídos por pessoas de estrita confiança do regime, sendo esse o primeiro passo para um redimensionamento do aparato policial brasileiro. Nesse período, a despeito da oscilação entre centralização e descentralização, o país sofreu várias interrupções no seu processo democrático. Bicudo (2000), descreve a Era Vargas a seguir:

[...] A Era Vargas foi marcada pelo Estado Autoritário, se antes a Força Pública era útil como instrumento de contenção popular, ela ia perdendo para as Forças Armadas, representadas pelo Exército a posição central antes disputada. Para evitar rebeliões contra o poder central, ela foi se despidendo de sua autonomia no que diz respeito ao controle dos armamentos à sua Disposição e as dimensões de sua organização. Em pouco tempo, o seu efetivo não passava de uma fração no conjunto das forças armadas [...]

⁸ O Estado brasileiro, desde a Colônia, tornou-se cartorial e assim persiste em nossos dias. Caracteriza-se o Estado Cartorial por ser o instrumento de manutenção de uma estrutura econômico-social fundada numa economia primária de exportação e nos privilégios de classe a ela correlatos. Sua nota distintiva reside no fato de que no serviço público, em lugar de consistir no atendimento das necessidades coletivas, é um mecanismo de manipulação das clientelas eleitorais destinado a perpetuar os privilégios da classe dominante, proporcionando, sem a contrapartida da prestação de serviços efetivos e socialmente necessários, empregos e favores à clientela dos grupos dirigentes (JAGUARIBE, 1950, p. 41).

Em 1934, foi instalada amplamente a reforma na estrutura da polícia pelo Decreto nº 24.531, de 02 de junho de 1934. Além de redefinir funções e responsabilidades dos quadros, o poder do Chefe de Polícia foi ampliado e a estrutura policial, expandida. Como resultado dessas reformas, a Chefia de Polícia suplantou a estrutura do Ministério da Justiça e exerceu poder direto sobre órgãos de repressão federais e estaduais (COSTA, 2004b).

A repressão política empreendida por Vargas apoiava-se no tripé: polícia política, legislação penal sobre crimes políticos e Tribunal de Segurança Nacional⁹. O controle desse aparato repressivo estava diretamente subordinado ao Presidente da República. No âmbito nacional, a vigilância política era centralizada no Distrito Federal, cuja Polícia Civil coordenava as ações policiais dos demais estados (FAORO, 1997).

Além desse vínculo formal, o Exército também fornecia equipamento às polícias e completava a formação da oficialidade. A partir desse período, ocorre o sucateamento das Polícias Militares que só poderiam utilizar armamento e treinamento aprovado pelo Exército Brasileiro, o que gerou uma defasagem de tecnologia que até hoje atinge as mesmas. A questão começou a entrar no debate público, quando houve a recolocação dos policiais militares em outras funções que eram ocupadas pela Polícia Civil, a Guarda Civil propriamente dita.

Desde que perdera o fundamento de sua existência, era óbvio que o próprio Estado tomasse a iniciativa de buscar uma solução para o novo problema, afinal, eram milhares de homens que participavam de grande fatia do orçamento e que exerciam funções nos governos estaduais. O equacionamento nem sempre encontrou nas próprias autoridades governamentais melhores enfoques (BICUDO, 2000).

Com o fim da Segunda Guerra e com o fim da Era Vargas, os governos estaduais retomaram sua autonomia. Vale destacar que, em 1956 no Estado de São Paulo - no governo de Jânio Quadros -, foram nomeados tenentes e capitães para desempenhar funções precípuas

⁹ O Tribunal de Segurança Nacional foi um órgão de exceção, criado em setembro de 1936, para julgar os dissidentes envolvidos nas revoltas comunistas de 1935. De início o TSN ficou atrelado à Justiça Militar, tendo as suas sentenças atenuadas e mesmo anuladas pelo Supremo Tribunal Militar, que as julgava em segunda instância. Somente após o golpe que instituiu o Estado Novo, em novembro de 1937, é que o Tribunal de Segurança passa a gozar de autonomia para definir suas penas em consonância com as ideias do grupo situacionista, representado na figura de Getúlio Vargas. Como havia ganhado terreno, o TSN passou a julgar também os crimes contra a economia popular, os integralistas que participaram do putsch de 1938 e outros delitos ligados a sabotagem, espionagem e propaganda, sendo esses últimos já dentro do período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). (NEVES, 1981).

da Polícia Civil. Foi o primeiro esboço da criação do que chamaríamos de uma polícia unificada.

O Governo Jânio reuniu em um corpo só - de características eminentemente civis - a Força Pública e a Guarda Civil que teriam apenas um comando, permanecendo a Polícia Civil com seus delegados e investigadores nas tarefas judiciárias, modelo este que hoje é adotado com a figura do Secretário de Segurança Pública.

Ainda no governo Jânio Quadros foi constituído um grupo de trabalho - sob a coordenação de um membro do Ministério Público que estivera por vários meses estagiando na *Scotland Yard*¹⁰ - visando obter informações sobre organizações que contestavam o que seria, futuramente, a ditadura militar (BICUDO, 2000). Grandes retrocessos já ecoavam em várias regiões do Brasil, e um período obscuro na história estava por chegar. Vários adeptos das oligarquias esperavam pelo momento de voltar ao poder e o autoritarismo e o Regime Militar estavam prestes a entrar em cena.

A exemplo da Era Vargas, o aparato policial foi utilizado para conter a oposição política. Para tal fim, “usou-se e abusou-se” da repressão, da tortura e das prisões. A violência policial foi o instrumento utilizado contra a dissidência política. Entretanto, diferentemente do que ocorreu na ditadura de Vargas, não foram apenas as polícias que praticaram a repressão política, mas também as Forças Armadas que, nesse período, detiveram o monopólio da coerção político ideológica (COSTA, 2004).

Toda a legislação posterior ao Golpe de 1964 teve como tônica a preocupação de subordinar as milícias estaduais ao comando geral e central das Forças Armadas¹¹. Observa-se que as polícias militares estaduais ainda sofrem intervenção da esfera hierárquica e operacional, fato este recentemente observado durante a crise na Polícia Militar do Estado do Espírito Santo. Isso se comprova na medida em que o Estado Maior do Exército exerce, ainda, fiscalização administrativa sobre as Polícias Militares.

¹⁰ A *Scotland Yard* (também conhecida por *New Scotland Yard* ou *Yard*) é a sede central ou quartel general da Polícia Metropolitana de Londres (*Metropolitan Police Service*). Popularmente, o termo *New Scotland Yard* é usado como metonímia para designar a Polícia Metropolitana ou a polícia judiciária de Londres. Disponível em: < <https://www.met.police.uk/newscotlandyard/home.php> >. Acesso em junho de 2018.

¹¹ O inciso XXI do Art. 22 da Constituição Federal de 1988 (CF/88) cita que “Compete a União Legislar sobre normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpo de bombeiros militares”; O § 6º do Art. 144 da CF/88 menciona que “As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados e do Distrito Federal”.

O Decreto Lei nº 317 de 13 março de 1967 reorganizou a as Polícias e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal e criou a Inspeção Geral das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares (IGPM). Posteriormente, o Decreto Lei nº 667 de 2 Julho de 1969 reorganizou as PM e os CBM, fazendo com que a IGPM integrasse o Estado Maior do Exército (EME)¹².

Compete à inspeção Geral das Polícias Militares:

Centralizar e coordenar todos os assuntos da alçada do Ministério da Guerra relativos às Polícias Militares; inspecionar as Polícias Militares, tendo em vista o fiel cumprimento das prescrições deste decreto-lei; proceder ao controle de organização, dos efetivos, do armamento e do material bélico das Polícias Militares; baixar normas e diretrizes e fiscalizar a instrução militar das Polícias Militares em todo o território nacional, com vistas às condições peculiares de cada Unidade da Federação e a utilização das mesmas em caso de convocação, inclusive mobilização em decorrência de sua condição de forças auxiliares, reservas do Exército; cooperar com os Governos dos Estados, dos Territórios e com o Prefeito do Distrito Federal no planejamento geral do dispositivo da Força Policial em cada Unidade da Federação, com vistas a sua destinação constitucional, e às atribuições de guarda territorial em caso de mobilização; propor, através do Departamento Geral do Pessoal, ao Estado-Maior do Exército os quadros de mobilização para as Polícias Militares de cada Unidade da Federação, sempre, com vistas ao emprego e suas atribuições específicas e guarda territorial. cooperar no estabelecimento da legislação básica relativa às Polícias Militares (Art. 22 do Decreto Lei nº 317 de 13 março de 1967).¹³

O papel da Polícia Militar aparece, portanto, bastante claro, qualificando as populações marginalizadas (as mais expostas a essa guerra) com o conceito advindo da ideologia de segurança nacional, ou seja, do combate ao inimigo interno que cabe eliminar (BICUDO, 2000).

A democratização que começou no fim dos anos 70 não modificou o jogo entre o executivo e o legislativo. A abertura do Regime Militar foi reduzida aos direitos políticos e ao sistema eleitoral. Nem tudo foi previsto e planejado pelas Forças Armadas no que dizia respeito ao quadro da criminalidade e sua repressão. Por ter empregado a tortura com a participação direta da Polícia Militar, bem como prisões ilegais e a censura, o Regime Militar abriu caminho para a disseminação do crime organizado em vários setores. Alguns oficiais haviam aderido a esta prática subterrânea e tornaram-se membros de grupos de extermínio (ZALUAR, 2007). O

¹² O Decreto-Lei nº 667, de 2 julho de 1969 (modificado pelos Decretos nº 1406 e 2010 de 24 de junho de 1975 e 12 de janeiro de 1983, respectivamente), revogou o Decreto-Lei nº 317 acima citado e reorganizou as PM e os CBM, fazendo com que a IGPM integrasse o Estado-Maior do Exército (EME), subordinando-a no mesmo nível das demais Subchefias. Cargo de Inspetor-Geral exercido por um General de Brigada.

¹³ Inspeção Geral das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares. Disponível em: <<http://www.coter.eb.mil.br/index.php/igpm>>. Acesso em: junho de 2018.

Esquadrão da Morte foi o nome dado a grupos policiais que entre os anos 1950 e 1980 com o beneplácito de membros do poder executivo, do legislativo e judiciário, de parte da sociedade civil. Após 1964, com apoio de integrantes do regime militar instalado em nosso país, constituíram-se grupos de extermínio que passaram a atuar em alguns estados do Brasil (COSTA, 2004b).

Assim como muitos aparelhos repressivos da ditadura foram criados no contexto da ditadura militar que vigorou no Brasil entre os anos de 1964 e 1985 - Operação Bandeirante (OBAN), Destacamentos de Operação Interna (DOI) e Centros de Operações e Defesa Interna (CODI) - os “grupos de extermínio” eram formados por policiais e militares que se propunham a eliminar supostos delinquentes. Eram constituídos, muitas vezes, através de financiamento privado de empresários e tinham como métodos sequestro, tortura e execução sumária. Embora o primeiro grupo de extermínio seja datado de poucos anos antes do golpe civil militar com os “12 homens de ouro” do Rio de Janeiro, foi durante o regime de segurança nacional que esses grupos se difundiram amplamente pelo país, especialmente a partir dos anos 1970, auge da repressão política e censura prévia (BITTENCOURT, 2014).

Figura 5 - Força Pública de São Paulo. 1ª Cia Choque – 1967. Prédio do DOPS.



Fonte: Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

O pretexto para o início das atividades do Esquadrão da Morte na cidade de São Paulo foi dado pelo assassinato do investigador de polícia David Romeiro Paré, morto por Carlos Eduardo da Silva, o Saponga. As manchetes de jornais da época trouxeram com grande

estardalhaço o ocorrido. Alguns dias depois do enterro de Pará, uma Reportagem informava que o Esquadrão da Morte, através de suas “relações públicas” tinha comunicado à imprensa o início do fuzilamento de marginais, e que o “listão” com os nomes das “vítimas” estava em poder de agentes da Delegacia de Roubos e Furtos de São Paulo. Dentre as vítimas da fúria do Esquadrão da Morte estavam pequenos delinquentes, traficantes e assaltantes, e também pessoas assassinadas pelo simples acaso de estarem nas proximidades dos locais de execução ou por conhecerem os executados (COSTA, 2004).

Os militares que se envolveram com o crime organizado do “jogo do bicho” e do tráfico foram protegidos pela Lei de Segurança Nacional - suprimida em 1988 - bem como a Lei de Anistia de 1979. Como a lei proibiu processos de acusação, esses personagens que espalharam práticas do crime organizado permaneceram impunes. É importante não esquecer que essa forma de conciliação imposta pelos militares envolvidos foi arquitetada para reprimir a memória de quaisquer atos ilegais sem um debate público sobre o perdão e reconciliação conscientes e aceitos pelos cidadãos brasileiros (ZALUAR, 2007).

Um dos principais expoentes destes grupos de extermínio no Espírito Santo foi a *Scuderie Detetive Le Cocq*, “sociedade civil sem fins lucrativos criada mediante registro civil em 24/10/1984, com finalidade social para bem servir a coletividade através do aperfeiçoamento moral, intelectual e profissional de seus membros” (MATEUS; COIMBRA, 2018).

Trata-se de uma organização que se destinava ao assassinato de supostos delinquentes que, sob a capa da impunidade, praticou os mais hediondos crimes. Congregava, sobretudo, policiais civis e militares, aos quais se agregaram membros do Ministério Público, do Poder Judiciário e outras autoridades públicas, além de indivíduos da sociedade civil. “De acordo com algumas entrevistas, ela mostrou ser um sindicato do crime bem estruturado, contando com diversos departamentos, tribunais de justiça internos, procuradorias, tentando reproduzir, internamente, o aparelho estatal” (ZANOTELLI, 2001).

Em face de diversas denúncias apresentadas, foi solicitada sua dissolução em 20/11/1995, porém existem fortes indícios da continuidade de suas ações, em especial, no que tange aos inúmeros assassinatos de jovens, praticados por grupos conhecidos de policiais, civis e militares, assim como assassinatos misteriosos de juízes, representantes de movimentos sociais e líderes comunitários ocorridos no estado nos últimos anos.

Usando os mesmos métodos do passado, quando guerrilheiros eram perseguidos e assassinados (ou dados como desaparecidos), estes agentes do Estado forjam histórias, apresentadas tanto às corregedorias quanto à mídia, que produzem e instituem como verdade a história dos “vencedores”. Estas histórias, se analisadas através da versão dos vencedores, têm uma grande semelhança com os tiroteios do passado, em que as vítimas eram os guerrilheiros (ZANOTELLI, 2003). Consta-se que no Brasil não se discutiu as consequências da militarização das polícias durante o regime militar e nem as formas de ação superadas para um mundo criminal, governado por organizações transnacionais ligadas aos negócios ilegais (ZALUAR, 2007).

Figura 6 - Desocupação da PUC pela 1ª Cia Pelotão de Choque - 1977



Fonte: Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Figura 7 - Distúrbios Civis na Rua São Bento (São Paulo). 3o Batalhão de Choque da PMESP 1977.



Fonte: Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo

2.4 Estado Democrático de Direito

Em 1985, chega ao fim a Ditadura Militar com expectativas de dias melhores. Em 1987, foi instaurada a Assembleia Nacional Constituinte, que culminou com a Constituição Federal do Brasil de 1988, a qual trouxe inovações importantes na seara da Segurança Pública se comparada ao padrão tradicional de Segurança Pública incorporado à Segurança Nacional da época de exceção.

As inovações constitucionais, no campo da Segurança Pública, foram significativas. Houve uma tentativa de mudança do paradigma reativo para uma ação proativa (preventiva), bem como ocorreu a inserção do princípio da gestão participativa na resolução de problemas da violência e da criminalidade, conforme é possível vislumbrarmos na redação do Artigo 144 da Constituição Federal “[...] A Segurança Pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (BRASIL, 2010, p. 90-91).

A ordem constitucional erigida a partir de 1988 elegeu, entre seus objetivos fundamentais, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, o desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades sociais e o respeito à dignidade da pessoa. No modelo democrático pós Constituição Federal de 1988 (CF/88), a Segurança Pública é via de acesso à cidadania plena, ao garantir o respeito à dignidade da pessoa e aos próprios Direitos Humanos (SOARES, 2006).

A associação entre a retomada do Regime Democrático, nos meados da década de 1980, com a não conversão automática do padrão de letalidade da ação policial ao nível característico das democracias consolidadas, levou grande parte dos trabalhos acadêmicos a temas que envolviam a letalidade policial como instrumento de resistência dos grupos sociais conservadores à nova polícia e à nova ordem democrática (OLIVEIRA JÚNIOR, 2008).

O que podemos observar é que, no Brasil, a filosofia democrática não foi aplicada de modo eficaz, pois sempre o poder do cidadão em mobilizar a polícia a respeito de certos problemas sociais nunca fora levado a sério através de políticas públicas permanentes. Verificamos, ainda, que a seleção proativa de alvos jamais fora igualitária, ou seja, sempre foi seletiva dando continuidade a conflitos entre cidadãos.

Temos que refletir sobre dois paradoxos e um enigma que se desenvolveram no Brasil no período pós-ditatorial, justamente quando o país recuperava a democracia. O primeiro paradoxo se deu por conta do aumento da criminalidade envolvendo adolescentes e jovens, mais especificamente, homicídios. O segundo paradoxo reside em uma nação que foi construída pelos ideais da cordialidade e da conciliação e que mudou recentemente esses ideais após a crítica de intelectuais importantes sobre a ausência de cidadania nas políticas públicas ligadas às atuações das polícias. O grande enigma focaliza a inércia institucional que se explica pelas contínuas violações dos direitos civis e na ineficácia do sistema de justiça o qual possui raízes histórias de articulação com a política (ZALUAR, 2007).

Com a anarquia provocada pelas altas taxas de crime, a democracia também pode se romper. O controle do crime, mais que uma contradição aos valores democráticos, é apenas outro aspecto do “servir a esses valores” (SHERMAN, 2003).

Sempre existiu um paradoxo no Brasil entre os direitos formais, escritos na lei e os realmente praticados (ZALUAR, 2007). De maneira geral, a investigação do Caso Polícia faz parte de uma preocupação mais ampla com as dificuldades do processo de consolidação da democracia no Brasil, onde os direitos básicos ainda são inacessíveis à grande maioria da população (NEME, 1999). Podemos observar que o comportamento da polícia no Brasil, desde sua criação, esteve à margem da sociedade, como descreve Azevedo (2012):

[...] As instituições policiais são vistas muitas vezes como apartadas da sociedade e as pesquisas sobre elas são consideradas simplificações da complexidade social. Soma-se a isso, que estudá-la implica a assumir a necessidade de autocontenção das liberdades sociais e admitir a importância dos controles coletivos [...].

Pode-se dizer, ainda, que a criação da polícia moderna está intimamente associada à construção do espaço público e às mudanças nele transcorridas. A vida nas cidades e o aparecimento dos espaços comuns e seus fluxos configuraram novas dinâmicas demográficas que vão desde a utilização de espaços coletivos de lazer até o vaivém diuturno entre moradia e local de trabalho. A conquista burguesa da cidadania, à medida que se estendia a outras categorias sociais, redesenhava o acesso às vias e locais públicos, universalizando sua disponibilidade. Nos países europeus tornou-se inaceitável, no fim do século XIX, o emprego do combate ao crime para a sustentação da ordem contra oponentes civis em sua maioria desarmados. Apenas excepcionalmente os exércitos retornariam às cidades para impor a ordem, mas de forma episódica, no limite da guerra civil (MUNIZ, 1999).

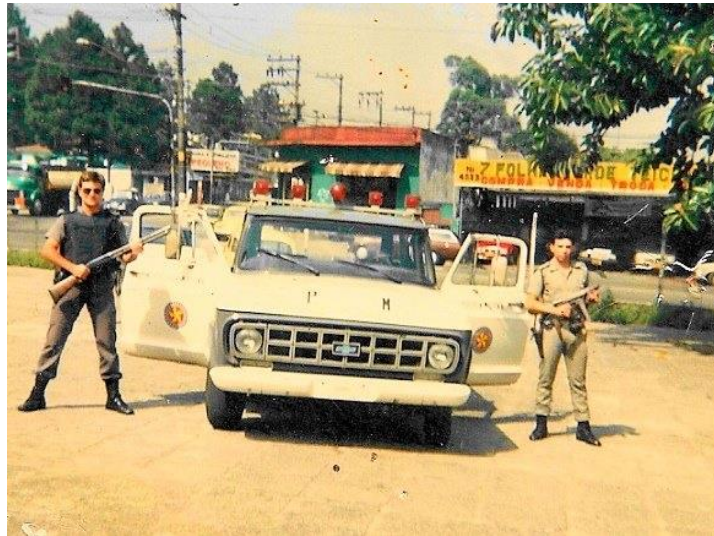
Para a filosofia democrática, qualquer tentativa de eliminar o poder do cidadão em monopolizar a polícia a respeito de certos problemas sociais pode ser mais preocupante. Mesmo que a seleção proativa de alvos seja mais igualitária, ela pode fazer menos para acalmar – entre os cidadãos –, os conflitos que podem causar o crime (SHERMAN, 2003). No Quadro 1 podemos observar a evolução da Polícia Militar dentro do contexto histórico brasileiro.

Quadro 1 - Evolução da Polícia – Contexto Histórico

CARACTERÍSTICAS GERAIS	ERA POLÍTICA 1830-1930	ERA DA REFORMA 1930-1980	ERA SOLUÇÕES DE PROBLEMAS COM A COMUNIDADE 1980 - 2000
Autorização e legitimidade	Políticos locais e lei	Lei e profissionalismo	Lei profissionalismo e comunidade
Função	Políticos locais e lei	Lei e profissionalismo	Lei profissionalismo e comunidade
Relacionamento com a comunidade	Serviço social amplo	Controle de crime	Serviço policial amplo e personalizado
Táticas e tecnologia	Íntimo	Distante e remoto	Íntimo
Resultados esperados	Patrulhamento a pé	Patrulhamento motorizado e acionamento por telefone	Patrulhamento a pé, envolvimento da comunidade para a solução de problemas.
Função	Satisfação dos cidadãos e dos políticos locais	Respostas rápidas para controlar os crimes	Qualidade de vida e satisfação da comunidade

Fonte: Adaptado de SENASP/MJ (2009).

Figura 8 - Transição da PMESP Anos 80-90



Fonte: Acervo do autor

2.5 Anos 90 e a reforma da Segurança Pública no Brasil.

No plano federal, destaca-se o papel da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), criada em 1997 com o objetivo de sanar problemas de coordenação e articulação entre os órgãos de segurança pública no país. Em 2000, a SENASP anunciou o primeiro Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), no qual reconheceu a necessidade de envolver diferentes órgãos governamentais, em todos os níveis, e as entidades da sociedade civil no desafio de implementar ações que surtiram efeito na diminuição das taxas de crime e violência, com estratégia de fortalecimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) (CUNHA; MEDEIROS; AQUINO, 2010).

Estruturado em quatro capítulos, o PNSP deu ênfase ao crime organizado e ao narcotráfico como principais alvos de atuação no que diz respeito ao papel desempenhado de forma direta pelo governo federal. A partir de um diagnóstico que apontava esses fatores como ameaças crescentes à sociedade e às instituições democráticas, as ações voltadas contra as organizações criminosas envolvidas nessas atividades constituíram compromisso de destaque no primeiro capítulo do plano (BRASIL, 2010). Objetivou-se organizar esforços no combate ao contrabando, ao tráfico aéreo ilegal, ao descaminho de bens e valores, ao roubo de cargas, bem como aumentar a vigilância nas fronteiras, nos portos e nos aeroportos.

Outro ponto importante foi a Política do Desarmamento e Controle de Armas, apoiada na Lei Federal nº 9.947/1997, que tornou crime o porte ilegal de armas. Nesse sentido, foram definidas medidas como o cadastramento e a intensificação da fiscalização das empresas de vigilância privada, a restrição de comércio das armas de fogo e a campanha de desarmamento.

No segundo capítulo do PNSP - referente às ações no âmbito da incorporação do governo federal com os governos estaduais - foram definidas medidas direcionadas à diminuição da violência urbana com a inibição de gangues e o combate à desordem social, além das ações referentes ao combate da violência no meio rural, por intermédio da criação de equipes de prevenção de conflitos rurais. Outro tema contemplado foi a capacitação profissional e o reaparelhamento das políticas estaduais, incluindo também o aperfeiçoamento do sistema penitenciário e a intensificação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH).

O terceiro capítulo contemplou medidas de caráter normativo, prevendo o aumento da capacidade jurídica punitiva do Estado e a criação de instrumentos mais eficientes para coerção aos novos tipos penais. Finalmente, no quarto capítulo, o plano tratou de propostas destinadas ao fortalecimento institucional e organizacional do Estado para implementação da segurança pública, o que envolve a consolidação de uma base nacional de dados, estendendo para os estados as informações da Rede de Integração Nacional de Informação de Justiça e Segurança Pública¹⁴.

Apesar dos esforços perpetrados pela SENASP, vários dos objetivos estabelecidos no PNSP foram parcamente levados adiante. Entre tais objetivos destaca-se, como crucial, a criação de uma base de dados confiáveis, que permitiria a elaboração e o acompanhamento eficaz dos vários programas na área de segurança pública em nível nacional. Um sistema eficaz de informações em segurança pública é fundamental para os processos de avaliação e tomada de decisão do governo, possibilitando alocação eficiente de recursos e identificação de erros de estratégias (BRASIL, 2010).

A partir de 2003, com o lançamento do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública (SINESP), a SENASP buscou um caminho para superar a precariedade das informações até então encaminhadas pelos estados. Diante da falta de uma política clara de coleta e análise por parte do próprio governo federal, cada estado trabalhava com um sistema diferente de

¹⁴ Congrega informações de âmbito nacional de dados de indivíduos criminalmente identificados, armas de fogo, veículos, condutores etc. Disponível em: < https://www.governodigital.gov.br/documentos-e-arquivos/E15_1564INFOSEG.pdf> Acesso em 20 de jun 2018.

classificação de delitos e não havia nenhuma padronização na forma de envio de informações para a SENASP (BRASIL, 2010).

Para promover maior credibilidade e integridade entre os órgãos de segurança pública e justiça criminal, o objetivo foi, não apenas melhorar a qualidade dos dados, mas também ampliar sua disponibilidade para que fossem utilizados pelos diversos órgãos envolvidos com a segurança pública, seja na parte de planejamento, execução ou avaliação das políticas na área. Pensando nessa integração, surgiu a iniciativa de se criar um Sistema Nacional de Gestão de Conhecimento em Segurança Pública (SNGCSP), com intuito de envolver as secretarias e os departamentos do Ministério da Justiça, além dos estados, as organizações policiais e guardas municipais, os centros de pesquisa e universidades, o sistema penitenciário e o Poder Judiciário. Dessa forma, seria possível criar no âmbito nacional, um sistema de gestão voltado para resultados, pois levaria em consideração a complexidade das políticas de combate à criminalidade (BRASIL, 2010).

Todas as ações foram orientadas no sentido de promover a institucionalização do processo de coleta, sistematização, análise, divulgação e intercâmbio de dados, e construir uma relação de confiança e credibilidade entre a SENASP e os gestores dos órgãos de segurança pública e, com isso, enraizar uma política clara de gestão do conhecimento. A arquitetura do sistema foi desenhada com base nas consultas efetuadas aos atores acima mencionados, nos diagnósticos elaborados pelos técnicos da SENASP e no mapeamento do estágio da produção de informações relativas à área de segurança pública no país. A estruturação do sistema contou, ainda, com o levantamento das experiências internacionais (EUA, Colômbia, Canadá, etc.) e com as recomendações técnicas produzidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) publicada em 2002 com título *Manual for the development of a System of Criminal Justice Statistics* (SENASP, 2009, p. 7).

A implementação efetiva desse sistema de gestão ajudaria a SENASP na tarefa de aumentar a racionalidade quanto à utilização dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) no Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Para isso, criou-se um instrumento de monitoramento das ações realizadas pelos estados, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento destas conforme as diretrizes definidas no Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP). Os percentuais da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) a serem repassados para os estados, bem como o número de equipamentos fornecidos pela SENASP em 2010, seriam determinados pelas informações obtidas a partir desse

monitoramento de implementação do SUSP. Em relação aos municípios, a distribuição de recursos do FNSP também seria pautada pelas informações do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento em Segurança Pública (BRASIL, 2010).

A política de desarmamento implementada pelo governo ganhou grande destaque na mídia a partir do debate desencadeado pelo referendo de 23 de outubro de 2005, previsto no Art. 35 da Lei Federal nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento). Embora não seja possível afirmar que a campanha nacional de desarmamento seja a principal causa para a redução da taxa de homicídios observada a partir de 2003, a correlação existente entre a quantidade de armas de fogo em posse da população e a taxa de homicídios no período não pode ser ignorada (WAISELFISZ, 2008).

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) também se configurou como projeto de destaque dirigido pelo Ministério da Justiça. Lançado em 2007, trata-se de um projeto intersetorial, envolvendo vários ministérios e secretarias no âmbito da administração federal, instituído pela Medida Provisória nº 384, de 20 de agosto de 2007, alterada pela Lei Federal nº 11.707, de junho de 2008. Essa política inclui ações estruturais, voltadas para territórios considerados mais vulneráveis à criminalidade nas regiões metropolitanas, focalizando, de forma contextualizada, programas de proteção social, incluindo estímulo e melhoria nas condições para prática de esportes, projetos culturais, de educação e saúde, além de articulação com mecanismos de policiamento comunitário e facilitação do acesso à Justiça. Com ênfase na implementação local, o PRONASCI conta com a participação dos governos estaduais e municipais na sua execução (BRASIL, 2010).

Outro esforço na política de segurança pública foi a criação no Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP), instituído no decreto nº 98.936/1190, tendo sofrido nova regulamentação por meio do Decreto nº 2.169/1997. Porém, até então o CONASP vinha funcionando como órgão meramente consultivo, constituído exclusivamente por autoridades governamentais, sem qualquer participação da sociedade civil. Não se adequava, portanto, aos moldes dos conselhos setoriais preconizados pela CF/88, os quais, por definição, devem ser órgãos deliberativos com competência para formular diretrizes e estratégias em cada área de atuação, inclusive com a possibilidade de convocar conferências nacionais. Em 2009 realizou-se o I Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG), executado em etapas municipais entre os meses de abril e maio, em etapas estaduais entre junho e julho e, finalmente, culminando no Encontro Nacional realizado entre 27 e 30 de agosto daquele ano. Uma nova conformação do

CONASP foi então instituída com o Decreto nº 6.950/2009, publicado no primeiro dia de realização da etapa nacional de conferência. Com mandado de dois anos, as principais tarefas atribuídas aos novos conselheiros foram criar um regimento interno e estabelecer as normas para o processo seletivo que deveria reger a próxima composição do conselho (BRASIL, 2010).

Com o CONSEG foram estabelecidos dez princípios de 40 diretrizes para nortear a segurança pública no Brasil. Avaliando tais princípios e diretrizes, constatou-se algumas contradições e tensões provenientes de posições de diferentes grupos, tanto do governo quanto da sociedade civil que, em muitos casos, não chegaram a possuir denominadores comuns em relação às melhores metas e aos meios de aprimorar as políticas do setor. Entre os primeiros princípios aprovados, encontravam-se a integração sistêmica do processo de gestão democrática na segurança pública e a consolidação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) e do próprio Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP). Também a consolidação do papel do município como cogestor da segurança pública, o que é reforçado por uma das diretrizes aprovadas, que consiste na regulamentação dos guardas civis como polícias municipais (BRASIL, 2010).

Desde a elaboração do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), a participação dos municípios nas políticas de segurança pública vem sendo auxiliada financeiramente e orientada pela SENASP. Esta contribuiu criativamente para a criação das guardas municipais, na medida em que vinculou, em 2001, a liberação de recursos do PNSP para os estados à existência de guardas civis ou de Secretarias de Segurança nos municípios. Assim, os recursos do orçamento da União para área de segurança pública deixam de ser divididos apenas entre os policiais estaduais. Além disso, a orientação que veio do Ministério da Justiça baseia-se em várias instruções que defendem a centralidade do papel do município na segurança pública, entre as quais se encontram o “Guia para prevenção do crime e da violência nos municípios”, elaborado em 2005. Este Guia visa, entre outros objetivos, orientar a atuação dos guardas municipais, a elaboração de planos municipais de segurança pública, a discussão da inclusão dos municípios no SUSP e a matriz curricular - cuja finalidade é contribuir para a construção da identidade profissional das guardas municipais, criando padrões comuns de organização, gestão e atuação (BRASIL, 2010).

O PRONASCI também atribuiu ao poder público municipal a responsabilidade por medidas contra a criminalidade. Com isso, a autoridade e a propriedade do governo estadual sobre os assuntos de segurança pública são relativizadas. Isso tem várias consequências. É

possível, por exemplo, mencionar nos discursos dos candidatos à prefeito, o investimento em segurança pública como promessa de campanha. Com relação ao sistema de justiça, as polícias estaduais eram tradicionalmente a linha de frente, registrando boletins de ocorrência e queixas criminais. Mas, em que pese à inconstitucionalidade dessas ações, em alguns municípios os guardas municipais já fazem esse tipo de atendimento, atuando infratores, efetuando o primeiro atendimento a ser processado pelo sistema de justiça, com a produção de termos circunstanciais da ocorrência de crimes (BRASIL, 2010).

A descentralização da ação pública que se inicia no Brasil a partir da CF/88 assume caráter bem peculiar na área de segurança pública. O Art. 144 da Constituição Federal, em seu inciso 8º, afirma que “os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei” (CAMPOS, 2013, p.89-90). Assim, o texto constitucional prevê a criação das guardas municipais e delimita, preliminarmente, a sua esfera de atuação, mas sem determinar de forma precisa sua organização. Na prática, o debate nas searas do Poder Legislativo e da opinião pública se desenvolveu a partir justamente das propostas de emenda ao texto constitucional. Destaca-se, entre as emendas, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Nº 534/2002, que instituiu o poder de polícia à guarda municipal e que ainda aguarda a votação de Senado Federal. Dessa forma, o papel das guardas e das secretarias municipais de segurança pública e sua forma de interlocução com a sociedade ainda são questões abertas, passíveis de acompanhamento e investigação (BRASIL, 2010).

Segundo o relatório da SENASP (2007, p. 3-8), havia em 2007 cerca de 40 mil integrantes de guardas municipais distribuídos pelo país, sendo a maioria concentrada nas regiões Sudeste e Nordeste. Esse estudo aponta que devido ao rápido crescimento dos efetivos das guardas municipais e da quantidade de municípios por elas atendidos nos últimos anos, houve progressivo deslocamento de atividades de proteção ao patrimônio público e apoio à comunidade para outras de competência original da polícia militar, tais como atendimento a ocorrências e policiamento ostensivo. Esse fenômeno demonstra a crescente preocupação das administrações municipais em atuar nos espaços criados pelas deficiências dos aparelhos estaduais de segurança pública, o que se soma aos estímulos já produzidos pelo governo federal na forma de repasse de recursos (BRASIL, 2010).

Não obstante, sua contribuição para a dissuasão do comportamento delituoso no curto prazo, o emprego da guarda municipal como instrumento concorrente de polícia pode acarretar

alocação ineficiente dos recursos públicos destinados à segurança, devido a problemas oriundos da superposição de atividades das diferentes políticas e da heterogeneidade de qualificação de seus efetivos, além do abandono de suas atividades originais de proteção dos espaços públicos e apoio direto à comunidade, atividades estas de importância decisiva para a prevenção e redução da criminalidade no longo prazo. (BRASIL, 2010).

De qualquer forma, dados publicados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2008) demonstram que os municípios podem desempenhar função relevante na área de segurança pública. Entre os 188 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes que declaram gastos com segurança pública em 2006, o conjunto dos que apresentam mais gastos – em média R\$ 13.986,50 por mil habitantes – apresenta índices baixos ou médios de violência. Já os municípios com menos gastos em segurança pública – em média R\$ 6.282,00 por mil habitantes -, apresentam índice alto ou muito alto de violência. Ainda, 96,2% da população residente nas cidades com baixo índice de violência é contemplada com gastos em segurança pública em seu município. Respectivamente, isso acontece com apenas 62,1% e 45,7% das populações residentes em municípios com índice alto e muito alto de violência (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2008). Isso realça o papel das políticas preventivas, que de maneira geral, caracterizam as ações do poder municipal na área de segurança pública, em contraposição às ações dos estados, predominantemente referentes às atividades policiais (BRASIL, 2010).

Observou-se ao longo deste tópico que dentre as políticas adotadas e os documentos elaborados nas últimas décadas não há menção direta à Polícia Militar, mesmo sabendo que a mesma foi beneficiada indiretamente pelo programa através de repasse de verbas juntos às secretarias de segurança pública para aquisição de materiais.

Neste primeiro capítulo, foi realizada uma análise da evolução da Polícia Militar brasileira dentro do seu contexto político e histórico. Pode-se observar que a mesma sempre seguiu os modelos internacionais desde a família real passando pelos moldes franceses, ingleses e estadunidenses. Finalmente podemos observar que, desde sua base, a formação da polícia militar brasileira sempre esteve diretamente alinhada às Forças Armadas, sendo assim até os dias atuais.

O próximo capítulo irá tratar, especificamente, da criação e da evolução da Polícia Militar do Espírito Santo e sua evolução em seus 186 anos de história.

3 CAPÍTULO II - POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO

Neste capítulo será abordado o histórico da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) desde o império, passando pelo período republicano, até os dias atuais. Assim como as polícias estaduais brasileiras tiveram seu início entre os séculos XVII e XIX - acompanhando as transformações do Brasil e da própria polícia desde a criação da Força Pública Provincial (Província Estadual) – o surgimento da PMES também data desta época.

Segundo Loiola (2014), a história da militarização do Espírito Santo teve início com a inserção de uma Companhia de Infantaria do Exército Brasileiro após a tentativa de invasão holandesa de 1640. A história da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo (PMES) começa a ser delineada a partir da nomeação do Capitão de Fragata, Antônio Pires da Silva Pontes. Através do Decreto de 11 de setembro de 1797, o Capitão assumiu o governo da Capitania do Espírito Santo, porém, somente no dia 29 de março de 1800, é que Antônio Pontes assume o governo com base na Carta Régia de 12 de março de 1798 de D. Rodrigo de Souza Coutinho, Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. O Corpo de Pedestres, criado em 04 de abril de 1800 com 300 soldados e localizado em Porto do Souza, distrito do Rio Doce (Linhares-ES), tinha o objetivo de fiscalizar e combater roubos e ataques indígenas ao longo das vias fluviais da Capitania, única via de transporte da época. Surge assim, o embrião da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) (LOIOLA, 2014).

O Decreto Imperial de 01 de dezembro de 1824 - que organizou os Corpos de 1ª e 2ª linhas do Exército Brasileiro - instituiu os termos para que as Companhias de Infantaria da Província do Espírito Santo e o Corpo de Pedestres da mesma Província se unissem, transformando-se no 12º Batalhão de Caçadores do Exército, com sede na cidade de Vitória. Com esta modificação, a Companhia de Caçadores de 1824 passa a executar o policiamento da Província do Espírito Santo até a Regência Trina (LOIOLA, 2014). É nesse período que o Padre Diogo Antônio Feijó - ministro da Justiça do Brasil - cria as Guardas Nacionais pelo Decreto de 18 de agosto de 1831 (Art. 1) com base no modelo francês, fortalecendo as elites políticas locais. Com isso, nasce também, o coronelismo, uma vez que o recrutamento era vinculado às estas elites.

Através do Decreto de 10 de outubro de 1831 foi criado o Corpo de Guardas Municipais Voluntários a Pé e a Cavalos, autorizando os presidentes em Conselho a criarem seus corpos, quando assim julgassem necessário. A medida determinava a extinção da Guarda Real de polícia de 1809, autorizando os Conselhos de Governo Provincial a criarem o Corpo de Guardas Permanentes no Rio de Janeiro e nas demais províncias brasileiras, incluindo o Espírito Santo (DEMONER, 1985). A partir deste fato é criada a Guarda Municipal da Província do Espírito Santo, com a missão de executar o policiamento provincial, um novo modelo de força policial paga pelo cofre público.

Através de um Ato Adicional (Emenda Constitucional), de 12 de agosto de 1834, foi implantada a Regência Una, alterando a organização política e administrativa do Império e dando maior autonomia às províncias, criando as Assembleias Legislativas Provinciais (Congressos Legislativos). Dessa forma, a competência para expedir os dados referentes à Força Policial Provincial (efetivo, recrutamento, orçamento) visando a sua criação era realizada pela Assembleia Legislativa Provincial, ou seja, os presidentes das Províncias brasileiras. A primeira sessão oficial de instalação da Assembleia Legislativa da Província do Espírito Santo foi realizada no dia primeiro de fevereiro de 1835, sob a presidência do deputado Padre João Climaco de Alvarenga Rangel (DEMONER, 1985).

Figura 9 - Primeiro Quartel da PMES em Vitória - ES.



Fonte: Acervo do Museu da Academia de Polícia Militar do Espírito Santo.

Em 1840, foram instalados em pontos estratégicos na Capitania capixaba: a) o Quartel do Porto de Souza na parte sul do Rio Doce; b) o Quartel de Lorena e o Quartel de Regência Augusta, na margem sul do Rio Doce; c) o Quartel de Marcha na margem sul do Rio Pancas; d) o primeiro Quartel de Linhares, em Povoação; e) o segundo Quartel de Linhares na lagoa Juparanã; f) o Quartel de Aguiar em Povoação, Linhares; e g) o Quartel do Riacho Grande distante quatro léguas de Povoação.

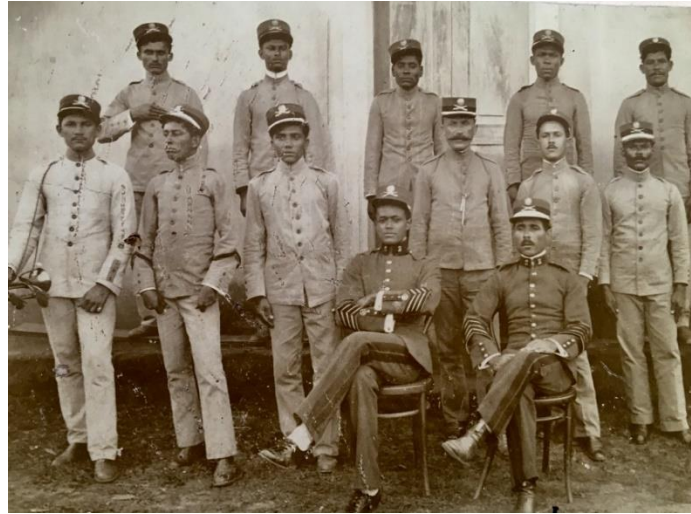
No período entre o fim do Império e o estabelecimento da República, a Polícia Militar (antiga Força Pública) marca participação na defesa da integridade nacional e estadual. Com o Decreto n. 3371 de 07 de janeiro de 1865, que criou os Corpos de Voluntários da Pátria, a província do Espírito Santo - através de seu presidente Dr. Eduardo Pindhaíba de Matos - atendendo as ordens do governo Central, determinou que se procedesse ao chamado junto à população para conseguir voluntários, formando um contingente de forças para a luta no sul do País. Por conseguinte, em 20 de janeiro de 1865 seguiram para a Corte 309 praças de diferentes classes (207 Guardas Nacionais, cinco recrutas do exército, 87 Voluntários da Pátria, seis recrutas da armada e quatro Voluntários da Armada) a fim de auxiliar o exército brasileiro (DEMONER, 1985).

Em maio de 1924, deflagrara em São Paulo a revolução chefiada pelo General Isidoro Dias Lopes. Em defesa da legalidade, o Governador do Espírito Santo, Dr. Florentino Avidos, enviou o contingente da Força Pública de Vitória, com 321 homens comandada pelo Ten. Cel. PM Abílio Martins.

Em 1930, havendo necessidade de manter a tropa mobilizada até que o país voltasse a normalidade administrativa, foi instalada uma guarnição militar em Vitória, composta de elementos do Exército Nacional e da Polícia Militar do Estado. No dia 18 de outubro de 1930, a cidade de Vitória foi ocupada militarmente pela coluna do Comandante Amaral, das Forças Revolucionárias.

Em 1932, a Força Pública do Espírito Santo participou da Revolução Constitucionalista em São Paulo e de acordo com ordem expedida pelo Exmo. Sr. Chefe do Governo Provisório ao Exmo. Sr. Interventor do Espírito Santo, o Regimento Policial, com um contingente de 1.328 homens, distribuídos em três batalhões.

Figura 10 - Quartel do Parque Moscoso. Início do Século XX.



Fonte: Acervo do Museu da Academia de Polícia Militar do Espírito Santo.

A Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) recebeu diferentes denominações ao longo da sua existência, dentre elas: Corpo de Permanentes (1831), Guarda de Polícia Provincial (1835), Corpo de Pedestres (1845), Força Policial (1856) e Companhia de Polícia (1857 1889), Guarda Cívica (1889), Milícia Cívica (1891), Corpo de Segurança (1892), Corpo de Polícia (1893), Corpo Militar de Polícia (1908), Regimento Policial Militar (1924), Força Pública do Estado (1934), Polícia Militar do Estado (1936), Força Policial (1940), Polícia Militar do Estado Espírito Santo (1946) e, finalmente, Polícia Militar do Espírito Santo (2009) (LOIOLA, 2014).

Desde o período da Primeira República até o Estado Democrático de Direito observa-se que a Polícia Militar do Espírito Santo prosseguiu totalmente militarizada e subordinada diretamente ao Exército Brasileiro, uma vez que, os governos se caracterizavam pelo uso e abuso do estado de sítio e pela brutalidade repressiva com as classes populares, tratando, enfim, “a questão social como caso de polícia”, segundo os dizeres do seu último presidente. Ancestrais das atuais Polícias e Bombeiros Militares, as Forças Públicas tinham funções de polícia rural, tropa de choque, segurança de autoridades e defesa civil, mas não de policiamento ostensivo urbano, função que era deixada com a Guarda Civil, antigo segmento uniformizado da Polícia Civil. Durante a Era Vargas, as Forças Públicas se tornaram auxiliares e reservas das Forças Armadas, para enfraquecer o poder militar dos governadores estaduais (BITTENCOURT, 2014).

Outro fato obscuro que, infelizmente, manchou a história da Polícia Militar do Espírito Santo foi a participação de seus ex-integrantes no crime organizado (*Scuderie Le Coq*) durante os anos 1970 e 1980. Em um local onde o efetivo policial federal e estadual flutuava um pouco acima dos 10 mil em atividade, era de se esperar que uma organização que conseguiu filiar quase mil destes representaria uma influência considerável nos órgãos policiais. Entre os policiais filiados havia os de alto escalão corporativo e, ao lado destes, políticos eleitos e empresários. A “área de influência” da *Scuderie Le Coq* (SDLC) se situava, principalmente, na Grande Vitória, onde, em proporção à população e centralidade político-econômica, supomos que operasse mais ou menos metade do efetivo policial presente no Estado. Considerando que entre os “lecoquianos” havia empresários, políticos e membros de profissões jurídicas, então há de se pensar qual era o impacto dessa organização na governabilidade do Estado e suas consequências nos índices de criminalidade.

Figura 11 - Patrulha Motorizada da PMES. Década de 80.



Fonte: Acervo do Museu da Academia de Polícia Militar do Espírito Santo.

Diante de várias denúncias contra a SDLC, o Governador Albino Azeredo criou por decreto, em 05 de novembro de 1991, a Comissão de Processos Administrativos Especiais (CPAE), dissolvida por iniciativa do mesmo governante em 17 de agosto de 1994. Dentre os integrantes da referida comissão, o delegado de Polícia Civil Francisco Badenes, que já havia conduzido investigações sobre membros da SDLC, anos depois ingressaria em programas federais de proteção a testemunhas e o advogado Joaquim Marcelo Denadai seria assassinado. Apesar de dissolvida a comissão, os resultados das investigações foram encaminhados ao

Ministério da Justiça, levando membros do Ministério Público Federal a requisitar a dissolução da SDLC, com base em “fins sociais ilícitos” e “caráter paramilitar” da organização, o que seria decidida pela justiça federal apenas em meados de 2006.

É difícil determinar o quanto a SDLC era capaz de pautar a ação policial e a política de segurança na Grande Vitória e no Espírito Santo. As conexões subterrâneas que relatamos acima levam a crer, ao menos, que as pessoas ligadas à organização eram capazes de tornar “ingovernáveis” os aparelhos de segurança pública. Em aliança com outros agentes públicos relevantes, instalados no Legislativo e Judiciário, essa capacidade parece ter sido bem-sucedida, pois nada menos que três governadores eleitos, Albuíno Azeredo, Victor Buaziz e José Inácio Ferreira, abandonaram a política após cumprirem os seus mandatos. Coincidiram com esses governos um arranjo entre Executivo e Legislativo, que atingiu seu auge com a chamada “Era Gratz”, em referência ao deputado estadual José Carlos Gratz, que presidiu a Assembleia Legislativa por três vezes consecutivas (entre 1997 e 2002), com poderes comparáveis a um primeiro ministro (RIBEIRO JÚNIOR, 2012).

Foi nesse contexto de crise política gravíssima que foi implantado o primeiro “Plano de Segurança” do Espírito Santo. Praticamente não houve política estadual de segurança pública até 1999, apesar de algumas iniciativas locais, como a polícia interativa em alguns municípios do interior sul, como Guaçuí, e em alguns bairros de Vitória. A polícia interativa, versão espírito-santense do policiamento comunitário, foi resultado de uma parceria entre a Polícia Militar e governos municipais (LIBARDI, 2012).

No Espírito Santo, a segurança pública é legalmente organizada por normas federais, mas profundamente marcada por processos sociopolíticos em nível estadual e por grupos parapoliciais ligados à lideranças políticas locais. O primeiro “plano de segurança pública” foi implementado a partir de 1999, em meio à grave crise administrativa e política que já se arrastava desde o início dos anos 1990. A partir de 2003, foi implementada uma política de modernização administrativa mais ampla, elaborada em conjunto com grupos empresariais oligopolistas. A reforma consistiu na adoção de “medidas de austeridade fiscal” e de métodos e parcerias empresariais na administração estadual, não deixando de afetar a segurança pública e o sistema prisional, através de um projeto de construção de um sistema integrado de gestão policial da vida social. Houve uma expansão do encarceramento de pobres e jovens. (BITTENCOURT, 2014). Bittencourt (2017), segue afirmado que:

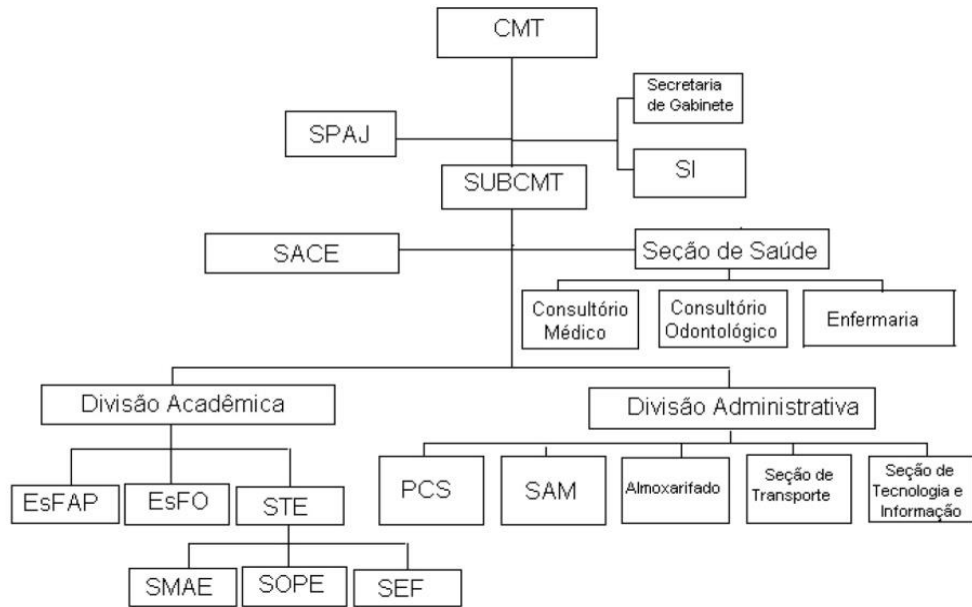
[...] A experiência, apesar de prestigiada e tida como modelo em outras partes do Brasil, não poderia ser generalizada. É possível que haja uma ou outra experiência local de policiamento comunitário da polícia militar, em parceria com governos municipais e estaduais. Mas a militarização da maior força de segurança pública não permite que a polícia comunitária se torne uma política de segurança generalizada. Há uma contradição entre as prioridades esperadas de um policiamento comunitário e de uma polícia militarizada: descentralização, em oposição à centralização; segurança cidadã, em oposição à segurança de Estado; participação cidadão, em oposição ao autoritarismo; controle externo eficaz, em oposição ao insulamento corporativo. Por esta razão, a polícia interativa nunca foi adotada como política geral de governo, e menos ainda institucionalizada, permanecendo no âmbito de iniciativas e parcerias locais, apesar de praticamente todos os “planos de segurança” de 1999 a 2011 terem anunciado e prometido a polícia comunitária [...]

Enquanto os planos não logravam êxito, agentes de segurança pública tinham os seus próprios interesses e valores, que permeavam a aplicação discricionária da legislação penal, entre os quais se destacava a influência da SDLC. Para agravar a situação, a crise orçamentária e financeira da administração pública estadual não poupou a área de segurança pública. Os salários atrasados do funcionalismo público motivaram conflitos trabalhistas até mesmo com Polícia Militar, fato que coincidiu com um salto na taxa de homicídios.

Nos anos seguintes, a partir de 1999, foram implementados sucessivos “planos de segurança pública” (prática ainda em vigor). A política de segurança pública teve impacto importante sobre a atividade policial. Entre 2000 e 2010, houve uma redução de 36 policiais estaduais (de 318 a 269) por 100 mil habitantes, devido em grande parte à redução de efetivos da PM. Por outro lado, o número de policiais civis cresceu cerca de 50%, enquanto o número de policiais militares reduziu-se em 4% e a população residente cresceu 15%. Os dados, porém, são enviesados pela mudança de metodologia depois de 2005, quando os policiais militares alocados no Hospital da Polícia Militar deixaram de ser contados como integrantes dos efetivos ativos, mas essa redução já era perceptível anteriormente. Levando em conta o detalhe da mudança de metodologia, entre 2006 e 2012 houve aumento da taxa de policiamento, revertendo parcialmente a tendência de redução entre 2000 e 2005, antes da mudança de metodologia (PEREIRA, 2009).

Dentro da reorganização da Polícia Militar houve mudanças significativas dentro da Academia, como poderemos observar com mais detalhes no terceiro capítulo, mas é importante salientar a criação da Seção de Procedimentos Administrativos e Judiciários (SPAJ), que passaram a julgar e punir os (as) alunos (as) de todos os cursos de formação que apresentassem comportamento incompatível com a função policial militar (Figuras 12 e 13).

Figura 12 - Organograma da Academia de Polícia Militar do Espírito Santo



Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Oficiais 2012-2014. ESPÍRITO SANTO (Estado). Polícia Militar (2012).

Legenda: Cmt–Comandante; Subcmt–Subcomandante; SPAJ–Seção de Procedimentos Administrativos e Judiciários; SI–Seção de Inteligência (P-2); SACE–Seção de Assuntos de Expediente; EsFAP–Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Praças; EsFO–Escola de Formação de Oficiais; STE–Seção Técnica de Ensino; SMAE–Seção de Meios Auxiliares de Ensino; SOPE–Seção de Orientação Pedagógica e Educacional; SEF–Seção de Educação Física; PCS–Pelotão de Comando e Serviços; SAM–Seção de Armamento e Munição).

Figura 13 - Estrutura Organizacional da Polícia Militar do Espírito Santo.



Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Oficiais 2012-2014. ESPÍRITO SANTO (Estado). Polícia Militar. (2012)

Outro exemplo de reorganização da Corporação foi através do estímulo concedido aos governos municipais para criarem as suas guardas civis armadas como auxiliares da PM no policiamento ostensivo. Além disso, houve investimento na modernização de equipamentos para otimização do uso do efetivo para as 52 atividades fim da corporação, estabelecimento de uma porcentagem mínima de efetivos para o policiamento ostensivo e incentivo econômico para os militares estaduais reformados para assumir as funções administrativas na Segurança Pública (ESPÍRITO SANTO, 2012). Desta forma, os futuros policiais passaram a se integrar com a comunidade de forma mais abrangente, objetiva e interativa.

3.1 A Polícia Comunitária no Espírito Santo

No Brasil, o Plano Nacional de Segurança Pública foi elaborado a partir de consultas ao gabinete de Segurança Institucional, governos estaduais, universidades e organizações não governamentais que definiram, pela primeira vez, uma política nacional de segurança pública com o objetivo de integrar políticas de segurança, políticas sociais e ações comunitárias de forma a reduzir a impunidade, prevenir o crime e aumentar a segurança do brasileiro.

O Estado do Espírito Santo iniciou sua jornada para atender às novas demandas, estabelecendo os primeiros pilares do policiamento comunitário de segurança. O policiamento comunitário tem como base os princípios universais da Polícia Comunitária que, em gênero, é baseada nos mesmos princípios teóricos empregados em muitos outros países.

A comunitarização da polícia no Estado do Espírito Santo como um sistema oficial e formal iniciou em 1985, com o Decreto Estadual nº 2.171, autorizando a criação dos Conselhos Comunitários de Segurança no território capixaba. Neste mesmo ano, a Polícia Militar do Espírito Santo criou através da Diretriz nº. 02/85 – 3ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar, o Programa de Interação Comunitária, denominado de “Pacto”, como forma de proporcionar condições de execução das disposições.

[...] Art. 1º Fica a Secretaria de Estado da Segurança Pública, através da Polícia Militar do Espírito Santo, autorizada a promover a criação e a instalação de Conselhos Comunitários de Segurança, com a finalidade de colaborar no trato das questões que interessam à segurança preventiva da população; Art. 2º Os Conselhos Comunitários de Segurança serão coordenados por Oficiais da Polícia Militar designados pelo Comandante Geral; Art. 3º Os Conselhos a que se refere o artigo anterior poderão ser integrados por representantes da comunidade, entidades comunitárias e outras entidades prestadoras de serviço relevantes à coletividade; Art 4º A Secretaria de Estado da Segurança Pública e a Polícia Militar adotarão as providências complementares para a aplicação deste Decreto; Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário [...]. (Decreto nº 2.171 de 13 de novembro de 1985 que dispõe sobre a Criação de Conselhos Comunitários de Segurança e dá outras providências).

A Polícia Comunitária foi assumida como filosofia e estratégia organizacional com três objetivos: reformar a polícia militar mediante sua transformação para uma organização aberta à consulta e à colaboração da comunidade; melhorar a qualidade do serviço policial, buscando maior efetivo e eficiência, bem como o respeito pelo Estado de Direito e dos direitos dos cidadãos; e melhorar a segurança pública mediante a redução da criminalidade, da desordem e da insegurança na sociedade.

Para a Polícia Militar, o apoio à polícia comunitária advém, principalmente, da alta direção, ou seja, de oficiais com experiência acadêmica internacional e de novas gerações que a veem como uma estratégia promissora para abordar problemas de segurança pública. Para Pimentel (2008),

[..] A concepção de Polícia Interativa, segundo seu idealizador Ten Cel Júlio Cezar Costa, é de que ela é um estágio que antecede a Polícia Comunitária, esse conceito, que foi utilizado pela primeira vez nos Estados Unidos, tem um contexto sócio-político-econômico bastante distinto do Brasil. Em nosso País para se trabalhar o conceito de Polícia Comunitária a sociedade deveria mudar seu conceito de Polícia e a Polícia deveria mudar sua atitude em relação à sociedade, os dois segmentos deveriam convergir para o mesmo ideal. A Polícia deve entender que ela deve respeitar a dignidade física e moral do cidadão, e esse deve acreditar que a Polícia existe para coibir práticas delituosas, mas, sobretudo, para garantir a dignidade de todo o cidadão, mesmo esse encontrando-se em prática delituosa [...]

Embora nunca tenha sido definida com clareza, a Polícia Comunitária foi relacionada à ideia de uma parceria entre a polícia e a comunidade, com o objetivo de identificar e resolver problemas de segurança pública. A Polícia Comunitária é apresentada com uma nova filosofia e estratégia organizacional baseada na cooperação entre a polícia e a comunidade, e orientada para a identificação e resolução de problemas de segurança pública, para a melhoria da vida da população e para a proteção da vida, liberdade, igualdade e dignidade de todas as pessoas (MESQUITA NETO, 2011).

A prevenção do crime com base na comunidade é o objetivo último e peça central do policiamento orientado para a comunidade. Pelo fato de as comunidades serem constituídas por bairros, o Programa de Vigilância de Bairro tem se tornado a peça central do crime baseada na comunidade (SKOLNICK; BAYLEY, 2006).

Na sociedade, o apoio à polícia comunitária encontra-se principalmente em grupos mais organizados, frequentemente nos segmentos de classe média e, particularmente, naqueles que já mantinham relações de cooperação com a polícia. Os grupos menos organizados, geralmente de baixa renda e minoritários - em especial, os que mantêm uma relação de conflito com a polícia - consideram a polícia comunitária uma promessa vazia. A maioria se absteve de fazê-lo em virtude da falta de informações e apoio da polícia e da comunicação e consulta entre polícia e os cidadãos nas esferas, estaduais, regionais e locais.

Em 1987, através da Fundação Pedroso Horta, passa a ser discutido o “Sistema de Policiamento Modular”, que seria a espinha dorsal do Policiamento Comunitário e base para a implantação da nova mentalidade nos serviços prestados pela Polícia Militar do Espírito Santo à sociedade capixaba. Em 1988, a Polícia Militar do Espírito Santo, inicia o processo de Policiamento Comunitário, nas cidades de Alegre e Guaçuí, com a criação do primeiro Conselho Comunitário de Segurança do Espírito Santo em Alegre e ativando o policiamento a pé, através de duplas de policiais militares nos bairros da cidade de Guaçuí, utilizando-se um

contingente específico que para lá foi transferido para iniciar o processo de interação com a sociedade através do Policiamento Comunitário (COSTA, 1998, p. 8).

Em 1989, a nova Constituição Estadual consagra a participação da sociedade civil na formulação das políticas públicas de segurança trazendo, em definitivo, a participação popular como instrumento de controle e incremento das ações dos órgãos estaduais encarregados da Segurança Pública. Em julho de 1991 é implantado na cidade de Guaçuí-ES, o Posto de Policiamento Comunitário, semente que germinaria quatro anos depois, naquele que seria o projeto mais inovador no campo de polícia ostensiva no Espírito Santo.

Nos meados de 1992, a Polícia Militar do Espírito Santo estrutura um sistema pioneiro e moderno de reciclagem profissional, denominado de “Instrução Modular”. Tal sistema - a princípio concebido experimentalmente - foi efetivado e tornou-se a mola mestra da filosofia adotada no “Projeto de Polícia Interativa”, que visa preparar o segmento militar fornecendo todas as condições de conhecimento técnico para o desempenho da atividade profissional (COSTA, 1998, p. 8).

Em 1994, o então Capitão Júlio César Costa reinicia o processo de interatividade entre a Polícia Militar, Comunidades, Poderes Públicos e Clubes de Serviços, visando à implantação de uma mentalidade de polícia ostensiva. Em dezembro de 1994, é criada a Comissão de Estudos para formalização do Conselho Interativo de Segurança (CISEG).

Em janeiro de 1995, a Polícia Interativa ganha corpo e motivação. Logo três dias depois de assumir o Comando Geral, o Coronel Alvim, determina a realização do “I Encontro Estadual sobre Polícia Interativa” em Guaçuí, sob os auspícios do 3º Batalhão de Polícia Militar, através da 2ª Companhia, sediada naquela cidade (COSTA, 1998, p. 10).

A partir de tal evento, o projeto de Polícia Interativa passou a ser plataforma do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, através de sua inclusão no Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), decretado em 13 de maio de 1996. A partir desse exemplo, a filosofia foi estendida para toda a Polícia Militar e comunidades do Estado, através de cursos, diretrizes, monografias sobre o tema e outras experiências de sucesso.

A avaliação da Polícia Interativa tem como conceitos básicos a produtividade, a informatização, a qualidade total, a gestão participativa e a politização. Em 1997, quando a PMES ingressou no Programa Iniciativas da Qualidade na Gestão Pública do Estado do Espírito

Santo constatou-se a necessidade do estabelecimento de alguns critérios norteadores e mecanismos de controle para a sua implementação. Embora os resultados tenham sido favoráveis, foram identificadas necessidades de ajustes. Tais ajustes foram deliberados através de consultas internas, seminários técnicos e discussões em comissões de sistematização do Modelo Interativo de Polícia - designadas pelo Comando Geral da Corporação - culminando com a elaboração da certificação¹⁵ de três Organizações não governamentais que atuam na área de estudos sobre Segurança Pública no Brasil (ESPÍRITO SANTO, 2014).

A polícia interativa surge da necessidade da PMES apresentar um modelo institucional que propiciasse a mudança organizacional iniciando na cidade de Guaçuí e, posteriormente, disseminando-se por todo o estado. Com a percepção da PMES da boa repercussão desse novo modelo de polícia, tanto no âmbito estadual quanto nacional, paralelamente aos cursos de multiplicadores de polícia interativa que eram aplicados para diversos policiais por todo o estado, inseriu-se nas matrizes curriculares dos cursos de formação a disciplina Polícia Interativa. Esta disciplina encontra-se presente no currículo e faz parte da formação de todos os cursos da PMES, tanto os de formação quanto os de qualificação (PIMENTEL, 2008).

Entre 1999 e 2001 foram realizados dois Concursos de Certificação dos modelos de policiamento no Estado, quando foram verificadas todas as experiências existentes. A experiência de maior êxito no Espírito Santo, além de Guaçuí, foi realizada na 2ª Cia. do 1º BPM, Região da Grande Santo Antônio, em especial o Projeto “Célula Interativa do Morro do Quadro”, em Vitória, que ganhou reconhecimento nacional e internacional, após ter sido escolhida como a melhor experiência de policiamento comunitário do Brasil, durante o Concurso promovido pela Motorola do Brasil em 2001/2002 (COSTA, 1998, p. 10). O exemplo do Morro do Quadro foi apresentado no livro “Policiamento Comunitário. Experiências no Brasil 2000-2002”, editado pelo Ministério da Justiça em 2002, que proporcionou um reconhecimento ainda maior para as experiências do Espírito Santo sobre a temática (POLICIA MILITAR DO ESPIRITO SANTO, 2008, p. 15).

A partir de todas as experiências e debates da evolução da Polícia Interativa, em 26 de novembro de 2001 foi instituído o Decreto 936-R, o *Accountability policial*, no Espírito Santo. Esse Decreto conjuga o pensamento da população associada e envolvida nos assuntos da

¹⁵ Qualidade Interativa, a diretriz N°. 001/99, com os parâmetros de implantação da Polícia Interativa. (ESPÍRITO SANTO, 2014).

segurança pública, cuja essência é assegurar a participação da sociedade civil. Com relação à formulação e o controle das ações de segurança pública, representa uma das legislações mais avançadas com relação à filosofia de polícia interativa.

Quando descrevemos experiências, não podemos deixar de considerar relatos dos diversos autores e atores cujos trabalhos foram publicados e replicados muitas vezes nestas últimas décadas como podemos observar na Coleção “Polícia e Sociedade”¹⁶. Esses estudos mostram que os processos de reforma e aperfeiçoamento das instituições policiais frequentemente dependem de dois fatores: na esfera da desigualdade e universalização dos direitos civis, políticos e sociais; e na esfera das polícias a modernização da gestão das organizações policiais (tornando essas organizações transparentes, mais abertas à participação) e do controle da sociedade civil dotando essas organizações de capacidade de implementar processos de mudanças organizacionais simultaneamente ao desempenho de suas responsabilidades na manutenção da Segurança Pública.

Embora nem a polícia, nem o governo, nem a comunidade argumentassem ou questionassem abertamente apenas alguns poucos locais com pouquíssimo efetivo utilizava a prática regularmente. Como foi o caso do Estado do Espírito Santo, que nos últimos anos encontrou resistência de alguns coronéis que comandavam policiamentos de área. No jardim Camburi, bairro com cerca de três mil moradores que se localiza em Vitória, Espírito Santo, até hoje esta modalidade de policiamento não foi implantada apesar de ser um anseio antigo por parte da população representada pela Associação Comunitária.

O processo de reforma policial em novas democracias em que as polícias devem estar inseridas e voltadas para a Constituição devem assegurar que estas polícias sejam capazes de proteger os regimes democráticos organizados de acordo com um quadro de normas. (MESQUITA NETO, 2011).

A polícia deve dar prioridade operacional à prestação de serviço para cidadãos individuais e grupos da sociedade e não para governos e governantes. A polícia deve, ainda, ser transparente em suas atividades e em cada Estado. Torna-se necessária a formação de uma Comissão de Especialistas para averiguar o que é necessário para a formação de um policial levando em consideração os aspectos sócios demográficos. A polícia também deve incentivar

¹⁶ Coleção Polícia e Sociedade. EDUSP, Editora da Universidade de São Paulo. 13 Volumes.

e aprofundar os conhecimentos em Direitos Humanos permitindo, assim, maior debate sobre preconceito, racismo e questões decorrentes que emergem da sociedade como a redução da idade penal entre outras questões polêmicas.

3.2 Análise do Papel da Polícia Comunitária

Conforme James K. Stewart¹⁷ revela na apresentação do livro intitulado: Policiamento Comunitário (SKOLNICK; BAYLEY, 2006), o papel da polícia face à comunidade é uma questão primordial no policiamento moderno. Cada vez mais, tanto as forças policiais como as comunidades reconhecem o quanto uma necessita da outra. Quando as forças policiais e cidadãos começam a ver a si mesmos como coprodutores da segurança pública, acumulam-se benefícios substanciais.

Para o público isso poderia significar mais prevenção efetiva do crime e menos medo, assim como uma maior responsabilização por parte da polícia. Para a polícia, um apoio e um respeito maior por parte da comunidade fortalecem a moral e intensificam a motivação policial. Entre democracias industriais mundiais, o policiamento orientado para a comunidade representa o lado progressista e avançado do policiamento. Na Europa ocidental, na América do Norte, na Austrália e Nova Zelândia e no Oriente, o policiamento comunitário tem sido citado como a solução dos problemas de policiamento (SKOLNICK; BAYLEY, 2006).

O conceito de policiamento é a tentativa de manter a segurança, ou seja, é um aspecto de controle social que ocorre universalmente em todas as situações sociais onde houver, no mínimo, potencial para conflito, desvio e desordem (REINER, 2004).

O policiamento torna-se significativo para a sociedade nas ações que levam em conta o mundo ao seu redor. Ele deve refletir a filosofia no nível de táticas e estratégias de operação. Se deixarmos de insistir neste aspecto, o policiamento será puro teatro, que talvez possa ser interessante às próprias forças policiais, mas que terá pouca importância para as comunidades que essas forças se propõem a servir (SKOLNICK; BAYLEY, 2006).

¹⁷ James K. Stewart foi Diretor do *National Department of Justice* dos EUA.

A premissa central do policiamento comunitário é que o público deve exercer um papel mais ativo e coordenado na obtenção da segurança. A polícia não consegue arcar sozinha com a responsabilidade e nem mesmo o sistema de justiça criminal pode fazer isso por si só. Em uma expressão bastante adequada, o público deve ser visto como coprodutor da segurança e da ordem, juntamente com a polícia (PERCY, 1979; SKOLNICK; BAYLEY, 2006). Sendo assim, o policiamento comunitário impõe uma nova responsabilidade para a polícia: criar maneiras apropriadas de associar o público ao policiamento e à manutenção da lei e da ordem.

A reformulação das responsabilidades das forças policiais não é nova e não restringe o conceito de policiamento comunitário. Bastante a contragosto, policiais veteranos reconhecem que seus trabalhos se tornam bem mais fáceis se o público coopera com a polícia e lhe dá apoio. Passaram toda a sua vida profissional pedindo o apoio do público. O que há de novo em relação a isso? A consequência, entretanto, é que se o policiamento comunitário deve significar algo diferente, deve referir-se a programas que mudem as interações habituais entre a polícia e o público. Se não descreverem uma nova realidade, expressões novas podem ser enganosas.

Com relação ao mundo, a prevenção do crime com base na comunidade é o objetivo último e o elemento principal do policiamento orientado pela comunidade. Pelo fato das comunidades serem constituídas por bairros, o programa Vigilância de Bairro tem se tornado peça central na prevenção do crime baseada na comunidade.

Embora a Vigilância de Bairro seja uma invenção americana do início dos anos 1970, o programa varia consideravelmente através do mundo e, às vezes, até dentro do mesmo país, (BAYLEY, David H.; SKOLNICK, 2001). A *London Metropolitan Police* (Polícia Metropolitana de Londres) define a Vigilância de Bairro como envolvendo três elementos, a saber: a vigilância pública, a marcação de propriedade e a segurança da moradia.

Fora isso, os programas de Vigilância de Bairro podem variar quanto à iniciativa partir da polícia ou do público, ao tamanho das áreas organizadas; à maneira pela qual os líderes são selecionados; aos custos serem oriundos dos participantes, do governo ou de organizações de caridade; à quantidade de esforço devotado à manutenção dos níveis de atividade e envolvimento; à quantidade de unidades de bairro organizadas em associações mais amplas; e ao apoio contínuo proporcionado pela polícia (SKOLNICK; BAYLEY, 2006).

O programa não foi aplicado no Espírito Santo e todo esse brilhante e árduo trabalho foi desfeito em 2007, culminando com a desativação do destacamento e a retirada dos policiais que trabalhavam nas unidades. Isso contribuiu para a desarticulação da PM junto a sociedade e o retorno do domínio da marginalidade, pois aquele local, como vários outros da capital do ES, continua sendo habitado por uma minoria que está predisposta a realizar crimes e levar o medo e o pânico para uma população que, por razão do destino, é obrigada a conviver com esta situação. Há alguns anos, o elo com a comunidade foi desfeito e um dos princípios básicos para o funcionamento da polícia interativa praticamente foi extinto devido à pouca permanência no mesmo local de trabalho dos policiais. Sem essa permanência, torna-se praticamente impossível a comunidade confiar nos policiais, pois os cidadãos não conseguem conhecê-los, e está comprovado que o cidadão só denuncia a um policial em quem confia (PIMENTEL, 2008).

Só que você não tem aquele contato, comunicação e confiança que você tinha antigamente. Nós agora tivemos aqui, durante um ano eu acho, o Belmonte, ele fez um trabalho maravilhoso, tipo o Lélío, subia no morro, conversava, mesma coisa, mesma coisa, ia na casa dos moradores e conversava, super educado ele e a equipe dele, de repente sumiu, tiraram ele daqui, foi para outra área, [...] quando um tirou o que era bom, a gente perde contato e quando a gente perde contato por muito tempo a comunidade fica acuada e quando vem outra equipe não é a mesma coisa. O policial interativo sabe tudinho, com certeza, ele sabe, só que tirar o cara da área ele vai perder a referência. (PIMENTEL, 2008, p. 70).

3.3 Os Projetos Sociais e a Diminuição da Letalidade

O Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) foi criado no Estado do Espírito Santo em 2001, sendo institucionalizado na PMES, por meio da portaria 346-R. Neste ano, também foi formado o primeiro facilitador do Espírito Santo. Em 2009, o PROERD alcança a marca de 107.087 atendimentos e passa a ser uma efetiva ferramenta de polícia de proximidade para com a escola, a família e a comunidade. Consiste em um esforço cooperativo para oferecer atividades educacionais em sala de aula, a fim de prevenir o uso de drogas e, conseqüentemente, atos de violência por crianças e adolescentes. Em 2010, foi realizada a formação de instrutores e feita a aplicação do PROERD nas escolas, sendo este um Projeto da PMES com o Governo Federal.

Figura 14 - Ações do PROERD.



Fonte: Polícia Militar do Espírito Santo - PROERD ¹⁸

Entre 2011 e 2014, a partir da incorporação da Coordenação Estadual do PROERD à Coordenação Estadual da Polícia Interativa, gerenciada na época pelo então major Jailson Miranda, inicia-se o modelo de Gestão pela qualidade com foco nos resultados. Com isso, o PROERD passou a trabalhar com recursos e ferramentas do próprio setor público, como plano de trabalho, termo de referência, ata de registro e de preços, licitação e acordos de cooperação técnica (ESPIRITO SANTO, 2014).

Um diagnóstico do PROERD foi elaborado a partir das demandas e anseios dos principais colaboradores, ou seja, os instrutores do PROERD. Eles apontaram a necessidade de reuniões com a coordenação do programa e a realização de seminários e encontros entre a comunidade e os profissionais que atuavam no PROERD, bem como a criação da comissão de monitoramento das práticas de direitos humanos e interação social da PMES. Isso culminou na elaboração do Projeto de Expansão do PROERD no Espírito Santo.

Todas essas ações foram muito profícuas para o PROERD. Além do Programa ter alcançado a marca de 132.429 atendimentos, em 54 dos 79 municípios do Espírito Santo, foram estabelecidas parcerias e firmados acordos com a Secretaria Nacional de Segurança Pública e a

¹⁸ Disponível em: < <https://pm.es.gov.br/Not%C3%ADcia/batalhao-de-barra-de-sao-francisco-inicia-as-atividades-do-proerd>> Acesso em junho de 2018.

Secretaria Nacional sobre Drogas/MJ, através dos programas “Crack, É Possível Vencer”, “Estado Presente” e “Rede Abraço”, do Governo Estadual.

No próximo capítulo iremos relatar a história da instituição de ensino e analisar a formação do policial militar do Espírito Santo, uma vez que o processo de profissionalização da polícia prevê algumas definições do que tal desígnio implica.

4 CAPÍTULO III - A FORMAÇÃO DO POLICIAL MILITAR

4.1 Histórico da Instituição de Ensino

A Instituição de Ensino da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) surgiu no início do século XX com a criação da Companhia Escola, através da Lei nº 1475, de 23 de agosto de 1924, sendo esta uma unidade voltada exclusivamente para o ensino. Através da Lei Estadual nº 1.603 de 1928 foi fixado o efetivo da polícia que já trazia em seu texto a existência da Companhia Escola e seu local de funcionamento: O Quartel do Moscoso, situado no Parque Moscoso no centro da Capital do Espírito Santo, Vitória (Figura 15). No ano de 1952, com a passagem do Comando Geral para o Quartel de Maruípe, deu-se início ao funcionamento do Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Oficiais (PMES, 2018)¹⁹.

Figura 15 - Quartel do Moscoso, Parque Moscoso. Início do Séc. XX.



Fonte: Arquivo da Academia de Polícia Militar do Espírito Santo.

Em 14 de março de 1972 foi inaugurada a nova sede da Companhia Escola Comandante Darcy, em Cariacica, tendo como primeiro comandante o Capitão PM José Amarílio Semedo Boni. Através da Lei 3.044 de 31 de dezembro de 1975, houve uma reorganização da Polícia

¹⁹ Polícia Militar do Espírito Santo (PMES). Academia de Polícia do Espírito Santo. Histórico. Disponível em: <<https://pm.es.gov.br/instituto-superior-de-ciencias-policiais-e-seguranca-publica>>. Acesso em junho de 2018.

Militar e a Companhia Escola passou a se chamar Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), tornando-se um órgão de apoio ao ensino. O CFAP era subordinado ao Comando Geral e destinado à formação, especialização e aperfeiçoamento de praças (PMES, 2018).

Em 1992, a estrutura da PMES foi novamente reorganizada (Decreto Estadual nº 3317-N) e foi instituída a Diretoria de Ensino e Instrução²⁰ que passou a ofertar o Curso de Formação de Oficiais. O CFAP passou a se chamar Centro de Formação e Aperfeiçoamento (CFA) que reunia a Escola de Formação de Oficiais (EsFO) e a Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (EsFAP) (PMES, 2018).

Figura 16 - Primeira Turma Feminina formada no CFAP em 1983.



Fonte: Arquivo da Academia de Polícia Militar do Espírito Santo.

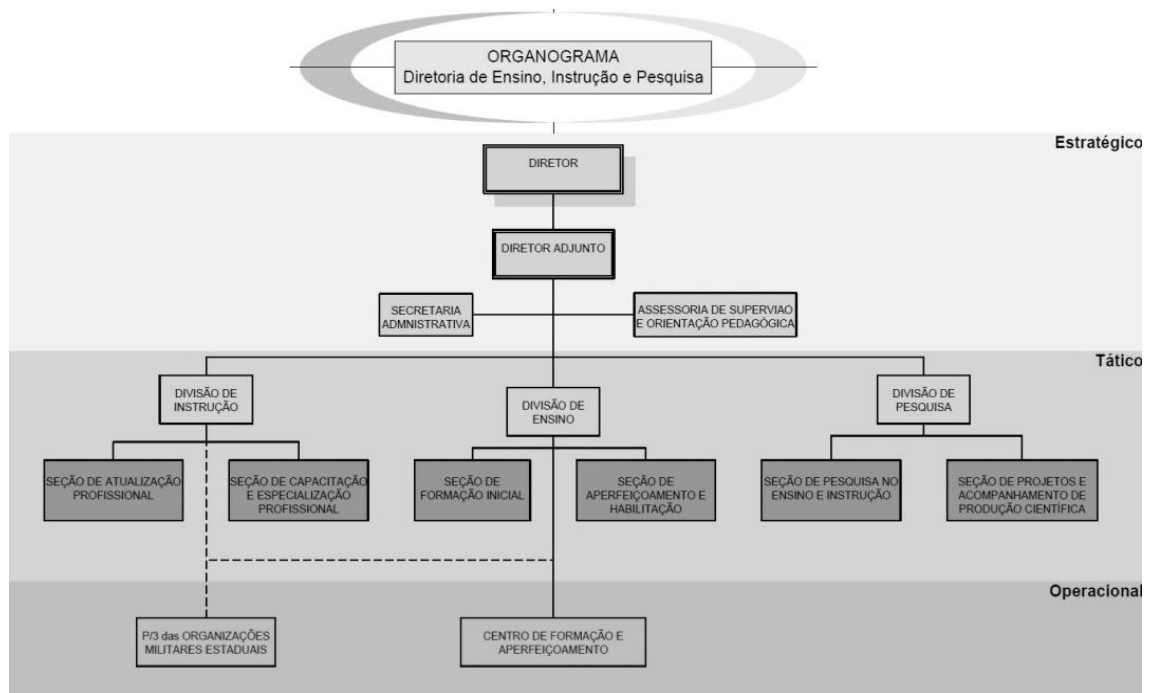
Em 06 de abril de 2016, através do Decreto nº 3962-R o CFA transforma-se em Instituição de Ensino Superior, para oferta do curso de bacharelado em Ciências Policiais e Segurança Pública, sendo denominado Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Pública da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo (ISP/PMES). Finalmente, a partir da Resolução 4923 de 11/09/2017 do Conselho Estadual de Educação do Estado do Espírito Santo passa a ser designada como Academia de Polícia Militar (PMES, 2018).

²⁰ A Diretoria foi criada em 1992, com a denominação de Diretoria de Ensino. Em 2001 passou a denominar-se Diretoria de Ensino e Instrução, conforme o Decreto nº 770-R, de 10/07/2001. Em 2010 ganhou a denominação atual, Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa, conforme o Decreto nº 2476-R, de 26/02/2010.

A Diretoria de Ensino Instrução e Pesquisa é responsável pela gestão da formação inicial e continuada da corporação, por meio do planejamento, da supervisão, da coordenação, da fiscalização, do controle e da execução, através da Academia de Polícia Militar do Espírito Santo - Instituto Superior de Ciências Policiais de Segurança Pública da Polícia Militar do Espírito Santo, além das atividades do sistema de ensino, instrução, pesquisa e extensão relacionadas com a formação, habilitação, aperfeiçoamento e atualização profissional dos militares estaduais (PMES, 2018).

Nas figuras 17 e 18 podemos observar a Estrutura Organizacional da Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa da PMES e os eixos articuladores e as áreas temáticas que compõem o Projeto Pedagógico dos cursos de formação ofertados pela PMES, a saber: Curso de Formação de Oficiais, Curso de Habilitação de Sargentos e Curso de Formação de Soldados.

Figura 17 - Estrutura organizacional da Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa.



Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Oficiais 2012-2014. ESPÍRITO SANTO (Estado). POLÍCIA MILITAR (2012)

Figura 18 - Eixos Articuladores e Áreas Temáticas.



Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Oficiais 2012-2014. ESPÍRITO SANTO (Estado). POLÍCIA MILITAR (2012)

4.2 Componentes curriculares dos cursos da Academia da PMES

Desde a criação dos cursos de formação da PMES até os dias atuais, os componentes curriculares ofertados nestes cursos sofreram diversas modificações, com retirada de algumas disciplinas e inclusão de outras.

Na década de 70, as disciplinas que compunham a grade curricular do Curso de Formação de Soldados (CFSd) eram: Instrução policial e patrulhamento, Educação física militar, Educação moral e cívica, Noções de direito, Instrução de policiamento de trânsito, Higiene e socorros médicos de urgência, Instrução prática de bombeiro, Instrução geral, Relações públicas, Ordem unida, Armamento e tiro, Informações, Logística, Emprego tático e maneabilidade, Guerra revolucionária, Distúrbios civis e guerrilha urbana e Ação educativa contra a guerra revolucionária (PIMENTEL, 2008).

No final da década de 80 e início da década de 90 as disciplinas Guerra revolucionária, Distúrbios civis e guerrilha urbana, Emprego tático e maneabilidade e Ação educativa contra a guerra revolucionária desaparecem da grade curricular. No meio da década de 90 a matriz curricular do Curso de Formação de Soldados da PMES foi quase que totalmente reestruturada (ESPIRITO SANTO, 2012).

Com o advento de disciplinas como Psicologia, Sociologia, Criminologia, Evolução histórica da PMES, Direito penal, Direito processual penal e Direito da infância e juventude, percebe-se uma ruptura do ensino policial militar: de uma polícia voltada estritamente para a repressão, distante da sociedade e dos anseios da mesma, para uma polícia cidadã. Lentamente, a polícia passa a se preocupar em estar ao lado da comunidade, dialogando e aprendendo a maximizar suas atuações com a participação social (PIMENTEL, 2008, p. 57).

No ano de 1998 foi inserida na matriz curricular do CFSd a disciplina Polícia interativa, nomenclatura adotada para a Polícia Comunitária, conhecida no restante do país e no mundo. Foi uma experiência importante e que daria novos rumos à PMES (PIMENTEL, 2008, p. 57).

Essas inovações, por fim, melhoraram a resposta das instituições e do policial na “ponta do sistema” diante de contextos de alta criminalidade. Sem uma devida preparação e apoio institucional, o resultado mais provável tenderia a ser a ocorrência de ações abusivas, pois é o julgamento do policial o fator decisivo para a determinação do grau de força a ser utilizado, durante a interação com suspeitos ou mesmo com pessoas em atividades de rotina (PINC, 2006).

O novo Projeto Pedagógico da Academia de Polícia Militar do Espírito Santo (POLÍCIA MILITAR, 2012) ofereceu à sociedade capixaba um enfrentamento dos múltiplos problemas referentes às questões sociais, econômicas, educacionais e políticas. Até os dias atuais tem requerido dos profissionais da área de defesa social uma formação adequada para fazer frente a esses desafios e aqueles atinentes ao aumento exponencial da violência social (ESPÍRITO SANTO, 2012).

Diferente dos anteriores, esse Projeto Pedagógico evidenciou a necessidade dos alunos (oficiais, sargentos e soldados) estudarem a atual sociedade brasileira, com seus múltiplos problemas referentes às questões sociais, econômicas, educacionais e políticas. Também tinha como objetivo garantir que a Instituição PMES realizasse os compromissos voltados para a ética, a cidadania, a legalidade e os direitos humanos, bem como uma maior aproximação com a comunidade. Segundo a PMES, a proposta pedagógica é de uma formação consolidada nas vertentes ética, política, administrativa, jurídica e operacional. Essas vertentes são processos com os quais se pretende (a curto, médio e longo prazo) obter mudanças na relação dos profissionais da área de Defesa Social com a sociedade, assim como no atendimento aos anseios da mesma (ESPÍRITO SANTO, 2012).

A primeira turma do Curso de Formação de Oficiais (CFO) iniciou seu curso em 2012 com o novo Projeto Pedagógico da Polícia Militar do Espírito Santo. A turma foi declarada Aspirante a Oficial em outubro de 2014. Na figura 19 podemos verificar o currículo do CFO.

Figura 19 - Currículo do Curso de Formação de Oficiais (CFO).



Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Oficiais 2012-2014. ESPÍRITO SANTO (Estado). POLÍCIA MILITAR (2012).

Sabemos que os oficiais são de fundamental importância para qualquer instituição militar e na Polícia Militar não é diferente. Os tenentes e capitães estão diretamente em contato com os praças em quase todas as operações policiais na função de comando e são responsáveis pelas ações destes. O quadro abaixo irá demonstrar a grade curricular de um aluno oficial que irá passar três anos dentro de uma Academia Militar em regime de semi-internato.

Quadro 2 - Componentes curriculares do CFO 2012-2014.

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA		
Área dos Fundamentos da Segurança Pública			
Filosofia	35		
Ética e Cidadania	17		
Sociologia Geral	35		
Psicologia Geral	35		
Abordagem sociopsicológica do crime e da violência		31	
Ciência política: democracia e estado de direito	35		
Questões socioeconômicas e de segurança pública		25	
Teoria e evolução histórica da polícia		31	
Sistema de segurança pública no Brasil	31		
Sistema de polícia comunitária interativa I		31	
Sistema de polícia comunitária interativa II			41
Área Jurídica Aplicada			
Introdução ao estudo do direito	41		
Direito constitucional I	41		
Direito constitucional II		31	
Direito penal I	61		
Direito penal II		61	
Legislação penal e processual penal extravagante			51
Direito processual penal I		41	
Direito processual penal II			31
Direito civil	51		
Direito penal militar		61	
Direito processual penal militar			61
Direito administrativo		61	
Direitos humanos na atividade policial		51	
Direito da infância e juventude			41
Legislação básica PM I	51		
Legislação básica PM II		31	
Legislação básica PM III			21
Direito ambiental e procedimentos policiais em crimes e infrações ambientais		41	
Direito administrativo disciplinar militar		61	
Técnicas de processos e procedimentos administrativos disciplinares e de polícia judiciária militar			61
Medicina legal aplicada			31
Introdução à normatização institucional	51		
Área Gerencial – Nível Operacional			
Teoria e gestão organizacional I	31		
Teoria e gestão organizacional II		21	
Teoria e gestão organizacional III			31
Gestão da informação		31	
Planejamento estratégico I		41	
Planejamento estratégico II			61
Gestão de pessoas		51	
Cultura e poder nas organizações			41
Tecnologia da informação e telecomunicações		41	
Gestão orçamentária e financeira			31
Gestão logística, de contratos e de convênios			31
Análise estatística criminal			31
Comunicação e marketing institucional		31	
Gestão de ações de formação policial e didática			51

Continua

Área das Técnicas e dos Procedimentos em Segurança Pública			
Pronto socorrismo	51		
Defesa pessoal I	50		
Defesa pessoal II		50	
Defesa pessoal III			50
Policciamento ostensivo geral I	61		
Policciamento ostensivo geral II		61	
Tiro policial I	80		
Tiro policial II		50	
Tiro policial II			40
Operações policiais especiais			51
Policciamento ostensivo de trânsito		61	
Supervisão operacional			31
Atividades de inteligência policial			61
Armamento e equipamento policial I	61		
Armamento e equipamento policial II		61	
Preservação e valorização da prova		31	
Gerenciamento de crises			41
Técnicas e tecnologias não letais			31
Área Complementar			
Metodologia científica		31	
Redação de documentos oficiais		21	
Orientação de trabalho monográfico			31
Ordem unida	40	20	20
Educação física	80	100	100
Acompanhamento psicopedagógico	30	20	20
Estágio profissional supervisionado I	80		
Estágio profissional supervisionado II		80	
Estágio profissional supervisionado III			80
Seminários e visitas técnicas			40
Conduta profissional	-	-	-
Ciclo de palestras I - Valorização profissional e saúde do trabalhador	10		
Ciclo de palestras II - Tópicos especiais em direitos humanos		20	
Ciclo de palestras III - Atuação articulada com outros órgãos do sistema de segurança pública e justiça criminal			06
Programa de ambientação na administração pública	12		
À disposição do CFA	20	20	20
CARGA HORÁRIA TOTAL		3726	

Fonte: Adaptado de Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Oficiais. (2012).
ESPÍRITO SANTO (Estado). POLÍCIA MILITAR (2012).

Para Paes de Souza²¹ (2013), a formação dos futuros oficiais da PMES pode fazer enorme diferença no comportamento da tropa. Há uma relação de causa e consequência quando se aplica a disciplina de Direitos Humanos para a tropa através da inserção da mesma no CFO, visto que ele afirma que o policial deve estar sob o comando de um oficial. Quando esse oficial tem um treinamento adequado ele é um líder. Conseguirá assim, coibir comportamentos

²¹ Tenente Coronel, da Reserva da PMES. Entrevista. NABUCO, Ary; VASCONCELOS, Fredi; PRIMI, Lilian. Por uma nova polícia: Entrevista com o tenente coronel da reserva Adilson Paes de Souza. Especial Violência Policial. Editora Caros Amigos. Ano XVII n. 66. ISSN 1415-879 X, 2013.

indesejáveis e reforçar ou mesmo potencializar comportamentos desejáveis. Se o oficial é bem preparado e se tem a correta percepção sobre direitos humanos, ele conseguirá intervir em várias ocorrências de uma maneira menos lesiva possível. Além disso, o oficial irá incutir na cabeça de seus subordinados que é possível trabalhar de uma forma mais branda.

Paes de Souza (2013) aponta, ainda, para o baixo número de horas da disciplina de Direitos Humanos em alguns Estados da Federação. A carga horária reduzida acaba por não contemplar alguns temas que deveriam estar em discussão. Dentro da Estrutura curricular da PMES do CFO pode ser observada a inclusão de algumas disciplinas na área dos fundamentos da segurança pública pela necessidade de discutir melhor os aspectos da sociedade como Psicologia, Sociologia, Ética e Cidadania. Em outras palavras, discutir a abordagem sociopsicológica do crime e da violência e do sistema de polícia comunitária interativa e direitos humanos na atividade policial.

Figura 20 - Turma do CFO 2014.



Fonte: Acervo da Polícia Militar do Espírito Santo.

O Quadro 3 representa o baixo número de oficiais formados no Estado do Espírito Santo nas últimas décadas, cerca de 40 oficiais por turma. Muitos foram formados em outros Estados, como Minas Gerais.

Quadro 3 - Turmas formadas pela Escola de Formação de Oficiais (ESFO) no período entre 1994 e 2004.

Turmas/Ano Conclusão	Pareceres/Processos	Órgão Concedente
1ª e 2ª – 1994 e 1995	N.º 247/99 Proc. n.º 23015.001479/96-62 e 23001.00305/98-76	Câmara do Ensino Superior/Conselho Nacional de Educação/MEC
3ª, 4ª e 5ª – 1996, 1997 e 1998	N.º 460/99 Proc. n.º 23015.001479/96-62 e 23001.000095/99-14	Câmara do Ensino Superior/Conselho Nacional de Educação/MEC
6ª – 1999 (alunos PMES) 7ª e 8ª – 2000 e 2001	N.º 641/2002 Proc. n.º 070/2001	Conselho Estadual de Educação/ES/Resolução n.º 545/2002
6ª – 1999 (alunos PMAP) 9ª – 2002	N.º 910/2003 Proc. n.º 023/2003	Conselho Estadual de Educação/ES/Resolução n.º 780/2003
10ª – 2003	N.º 1143/2004 Proc. n.º 033/2004	Conselho Estadual de Educação/ES/Resolução n.º 989/2004
11ª – 2004	N.º 1644/2006 Proc. n.º 010/2005	Conselho Estadual de Educação/ES/Resolução n.º 1416/2006
	N.º 2048/2008 Proc. n.º 075/2007 (Ten. Jovelson Aguilar Sabino)	Conselho Estadual de Educação/ES/Resolução n.º 1746/2008
	N.º 2747/2010 Proc. n.º 141/2010 (Ten. Felipe Lyra da Cunha)	Conselho Estadual de Educação/ES/Resolução n.º 2435/2010

Fonte: Adaptado de Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Oficiais 2012-2014. ESPÍRITO SANTO (Estado). POLÍCIA MILITAR (2012).

O Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS) e o Curso de Habilitação para Sargentos (CHS) são realizados com policiais militares com média de 20 anos de Instituição. A presença de professores civis é recebida, no início, com desconfiança e assuntos ligados à práxis policial são debatidos com dificuldade. O Quadro 4 apresenta os componentes curriculares do CHS.

Quadro 4 - Componentes curriculares do Curso de Habilitação de Sargentos – 2014.

DISCIPLINAS	CH
Eixo 1 – Fundamentos da Atividade Policial (34h/a = 9,2%)	
Estado, Democracia e Polícia.	17
Teoria de Polícia e Cultura Policial	17
Eixo 2 – Administrativo (160h/a = 43%)	
Processos Administrativos	41
Poder, Liderança e Gestão de Pessoas.	19
Gestão Patrimonial e Contratos	23
Direito Militar aplicado ao IPM	15
Direito Administrativo	15
Procedimentos de Saúde na PMES	15
Legislação Institucional	15
Gestão de Armamentos, Equipamentos e Munições.	17
Eixo 3 – Operacional (84h/a = 22,7%)	
Procedimentos Operacionais em Ocorrências de maior complexidade (*)	23
Uso da Força, Técnicas Não Letais e Armas de Fogo	19
Metodologias e Práticas em Polícia Comunitária (*)	19
Planejamento Operacional (*)	23
Eixo 4 – Complementar (93h/a = 25,1%)	
Ordem Unida	10
Produção Textual	19
Orientação Pedagógica	06
Educação Física	38
A atividade policial e os Direitos Humanos	04
Questões de Gênero	04
Diversidade sexual e Homofobia	04
A questão do racismo e da desigualdade sócio racial	04
O ECRAD e a resistência social e exclusão moral de crianças e jovens	04
CARGA HORÁRIA TOTAL	371

(*) Disciplinas a serem ministradas apenas para os sargentos combatentes.

Fonte: Adaptado de Projeto Pedagógico do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (2014).
ESPÍRITO SANTO (Estado). POLÍCIA MILITAR.

Finalmente, cabe destacar a formação dos soldados da Polícia Militar do Espírito Santo. A grade curricular do Curso de Formação de Soldados (CFSd) da PMES contempla as disciplinas de Direitos Humanos, Ética e Cidadania, Sistema de polícia comunitária e interativa, além da disciplina de Abordagem Sociopsicológica do crime e da violência. Dessa forma, é possível ter uma formação adequada para conhecer a sociedade na qual ele estará inserido como policial após a sua formação (Quadro 5).

Quadro 5 - Componentes curriculares do Curso de Formação de Soldados – 2014.

DISCIPLINAS	CH
Eixo 1 – Fundamentos da Segurança Pública	
Abordagem Socio-psicológica da Violência e do Crime	25
História da Polícia Militar	13
Ética e Cidadania	15
Sistema de Segurança Pública no Brasil	11
Eixo II – Conhecimento Jurídico Aplicado	
Introdução ao Estudo de Direito	15
Direito Administrativo	15
Direito Constitucional	25
Direito da Infância e da Juventude	13
Direito Militar	15
Direito Penal	47
Direito Processual Penal	17
Direitos Humanos	25
Legislação Policial Militar I	35
Legislação Penal II	25
Eixo III – Procedimentos Operacionais	
Armamento Policial	31
Defesa Pessoal Policial	40
Primeiros Socorros	25
Policciamento Ostensivo de Trânsito	19
Policciamento Ostensivo Geral I	31
Policciamento Ostensivo Geral II	45
Uso da Força e Armas de Fogo I	40
Uso da Força e Armas de Fogo II	40
Preservação e Valorização da Prova	15
Procedimentos Policiais em Crimes Ambientais	17
Sistema de Polícia Comunitário-Interativo	21
Técnicas e Tecnologias não letais	17
Telecomunicações na PM	17
Gerenciamento de Crises	15
Condutor de Veículos de Emergência	50
Estágio Profissional Supervisionado	520
Eixo IV – Complementar	
Conduta Profissional	
Ordem Unida	21
Educação Física	64
Imagem Institucional	11
Acompanhamento psicopedagógico	08
CARGA HORÁRIA TOTAL	920

(*) Disciplinas a serem ministradas apenas para os sargentos combatentes.

Fonte: Adaptado de Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Soldados (2014).
ESPÍRITO SANTO (Estado). POLÍCIA MILITAR.

A dinâmica da sociedade - nesse caso, podemos incluir os profissionais com mais de 20 anos de profissão na PM - possui um ritmo de desenvolvimento diferente do ritmo de reforma do sistema judiciário. O tempo da mudança social não é o tempo da regulamentação da vida social. Isso influencia diretamente os policiais e traz resistência que impede muitos debates (ADORNO, 1994). Apesar dessa resistência, houve avanço quanto aos resultados oficiais dos cursos de habilitação, onde é possível constatar que os profissionais estão recebendo uma formação adequada para reconhecer questões básicas de direitos humanos e não descriminalização.

Quando arguidos conhecem a teoria e sabem, inclusive, apontar referenciais constitucionais ou tratados internacionais sobre a maioria desses temas. No entanto, parte dessa formação em direitos humanos é apresentada por professores como uma formalidade curricular na qual não acreditam e cuja prática é exatamente o oposto da teoria.

Sendo assim, para Menandro e Souza (1996), o policial no exercício de suas funções age a partir de uma lógica própria que pode até mesmo implicar na inversão de formalismos legais, ignorando as diretrizes do Sistema Nacional de Direitos Humanos (SNDH). Foi no cerne destas questões, que a Diretoria de Ensino da PMES elaborou as Normas para o Planejamento e Conduta do Ensino (NPCE), que tem como principais diretrizes proporcionar a formação técnica profissional aos integrantes da corporação, habilitando-os para o exercício das diversas funções e desenvolvendo o senso de respeito às leis, às convicções democráticas, à responsabilidade e à comunitarização.

A formação hermética e endógena (MENEZES, 2015, p. 294) dos policiais militares contribui para que o processo de adequação profissional à nova realidade seja lento. Os militares carregam em sua formação profissional traços marcantes de autoritarismo e violência que se perpetuam devido a uma subcultura tácita que perdura nos quartelamentos e, com a qual, os alunos das escolas de formação tomam contato habitualmente (KARPINSKI, 2013). A formação dos policiais deve, também, proporcionar condições para uma perfeita compreensão das transformações sociais, bem como o papel das instituições policiais no Estado Democrático de Direito. Finalmente, deve desenvolver o comprometimento com os princípios éticos de valorização e promoção de Direitos Humanos com as orientações do Programa Nacional de Segurança Pública, abrangendo assim, áreas do conhecimento como crime e controle social.

4.3 Método Giraldi

Um diferencial adotado pelos últimos comandantes é o emprego do Método Giraldi para os alunos com o objetivo de diminuir a letalidade nos confrontos de rua. O aumento do crime e da violência (WILLIAN, 1996; PINC, 2006) nas últimas décadas é um fenômeno alimentado pela ampla circulação de armas de fogo, inclusive com algumas de alto potencial de destruição. Embora tenhamos visto que são raras as situações em que um policial deva fazer uso da força letal, esse contexto aumenta a expectativa do policial, em sua rotina diária, de se deparar com situações de alto risco, em que tem aumentado o uso potencial da força.

O Método Giraldi empregado pela PMES consiste em uma doutrina da atuação armada da polícia e do policial com a finalidade de servir e proteger a sociedade e a si próprio em casos onde for possível a não utilização do uso da força. Sem tiros, sem bombas de efeito moral ou mesmo sem invasões táticas. Dessa forma, o objetivo é não colocar em risco a vida ou a integridade física de pessoas inocentes. Os pilares básicos do Método Giraldi são: Violência nunca e tortura jamais, além do uso de força necessária e total respeito às leis. A Portaria nº 342-R, de 10 de outubro de 2002 da PMES instituiu o tiro defensivo na preservação da TDPV Método Giraldi.

O método tem sido usado como doutrina oficial de capacitação e treinamento aplicado aos policiais da PMES. Ainda buscando a formação continuada do seu profissional, no tocante ao uso de força e armas de fogo, foi instituído pela Portaria nº 453/07, o Teste de Avaliação de Tiro (TAT). Durante o TAT, os policiais têm a oportunidade de praticar novamente os procedimentos do Método Giraldi, reforçando mais ainda a filosofia de preservar vidas. No ano de 2014, cerca de 3.153 policiais participaram do Tiro Defensivo na Preservação da Vida (ESPÍRITO SANTO, 2014).

O programa de treinamento policial brasileiro, a exemplo dos méritos de estruturação paramilitar dos departamentos americanos de polícia, não foi suficientemente demonstrado ou mesmo arguido de forma convincente, nem pelos administradores policiais (SOUZA JÚNIOR, 2008), nem pelos estudiosos. Boa parte dos trabalhos que fazem referência a essa modelagem aplicada às polícias ou a consideram uma espécie de realidade natural das organizações ou criticam apenas os seus aspectos mais visíveis e exagerados, especialmente a orientação punitiva, que é objeto de questionamento inclusive dentro das próprias organizações policiais.

O caráter desproporcional entre a proliferação de mecanismos que regulam a vida interna dos departamentos de polícia militarizados e certa negligência com a fabricação de códigos e procedimentos voltados para o pronto emprego nas ruas conduz à óbvia inferência de que as áreas reais de ação da polícia, uma vez que estão devidamente contempladas pelos regulamentos administrativos e disciplinares, seriam abordadas de forma compensatória e pouco sistemática pelas notas de instrução e pelas ordens do dia (OLIVEIRA JÚNIOR, 2008).

Embora estejam melhorando, permanecem bastante inadequados a quantidade de educação formal e treinamento, o padrão mínimo de treinamento e o conteúdo da educação e do treinamento exigidos para ingressar no trabalho policial. Comparar a educação e o treinamento policial com aqueles exigidos por outras profissões sugere que são, obviamente, inadequados. A educação e o treinamento de todas as profissões estabelecidas ocorrem em instituições acadêmicas em que prevalecem padrões acadêmicos. Apenas uma parte muito pequena do treinamento policial ocorre em estabelecimentos acadêmicos. Na maioria dos departamentos de polícia há, de fato, uma atitude antiacadêmica. É raro permitir que ingressem indiretamente nas fileiras policiais pessoas cuja qualificação para tal trabalho foi feita por preparação acadêmica, pois dada a ausência de consenso sobre o que constitui o conjunto de conhecimento teórico e técnico que forma a base do policiamento, as credenciais educacionais, as horas mínimas necessárias e os padrões de treinamento se tornam sem significado como base para a profissionalização (MENKE; WHITE; CAREY, 2007).

Para Muniz (1999), as devidas imprecisões trazem a impressão de que a burocracia policial militar, em virtude de sua fragilidade dos seus mecanismos de fiscalização, em vez de estimular o desenvolvimento de iniciativas proativas por parte dos policiais, mostra mais o seu vigor pela implementação de sanções e pelo reforço indesejado das áreas invisíveis do trabalho policial.

De uma forma paradoxal, os policiais militares costumam ser orientados a produzir comportamentos positivos por intermédio de uma visão negativa das regras estabelecidas. Para a autora resulta daí a lista do que não se pode fazer, o que tende sempre a ser superior ao inventário de procedimentos positivos que atenda às demandas reais do trabalho policial militar. Goldstein (2003), crê que o treinamento é um dos princípios básicos dos reformadores policiais, e que é este que poderá elevar a qualidade do pessoal, sendo uma das chaves para melhorar o funcionamento da polícia.

Como podemos observar, muitos esforços foram empregados nas últimas décadas pela polícia militar capixaba para que as demandas que a sociedade deseja com relação ao recrutamento, aos procedimentos de promoção, ao treinamento e, mais recentemente, à educação fossem realizadas. Outras, porém, necessitam ainda ser desenvolvidas e estimuladas, como, por exemplo, a contratação em caráter definitivo do corpo docente civil para a Academia e o aumento da carga horária do Eixo das Disciplinas do Eixo I da Segurança Pública.

A partir de Reinner (2004), passamos a entender a complexidade e a importância do treinamento policial justamente no que tange ao estudo dos casos de diferenciação social quando ele afirma:

[...] A crítica radical implica em que o exercício diferenciado dos poderes de polícia contra os que estão em desvantagem social, e têm relativamente pouco poder, é produto de implicâncias, de estereótipos, da ampliação do aparente desvio comportamental desses grupos (D. Chapman, 1968; Cashmere e McLaughlin, 1991) [...] (REINNER, 2004, p. 183).

A discriminação de gênero também tem sido assunto árduo. Para Goldstein (2010), há uma clara diferença entre o debate acerca da discriminação de raça e o relativo ao gênero. É proporcionalmente baixa a frequência de mulheres na ponta receptora dos serviços policiais, enquanto uma das principais questões em relação à raça é o reduzido número de policiais de negros - assunto ao qual cabe uma futura pesquisa.

Há evidências bem claras de descriminalização policial no tratamento dado às mulheres enquanto vítimas de crime. Elas são vítimas de crimes domésticos e sempre foram parte significativa das ocorrências da Polícia Militar composta, em sua grande maioria, por homens. Nota-se na grade curricular a ausência de disciplinas que abordem as temáticas de estupro, homicídio e agressões sofridas por mulheres - sendo que o Espírito Santo é considerado um dos estados brasileiros com um dos maiores índices de assassinatos (feminicídios) no país.

Apesar de claros obstáculos à inovação, como sugerem Skolnick e Bayley (2006), inclusive com uma grande dose de decepção por parte de alguns policiais veteranos, a inovação na grade curricular e na Polícia Militar está acontecendo, assim como aconteceu em outros países - como nos Estados Unidos como nossos autores nos sugeriram - muitas vezes em condições desencorajadoras.

Mudanças não ocorrem do dia para a noite e precisamos de políticas públicas na área de ensino da polícia militar que sejam permanentes. Durante muitos anos nossos oficiais realizaram seus cursos de formação em outros estados (Minas Gerais e São Paulo). A Polícia Militar do Espírito Santo possui história e características próprias e seria muito importante que este fato não viesse mais a acontecer futuramente.

5 CAPÍTULO IV - FATORES SOCIAIS E PSICOLÓGICOS DO POLICIAL MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

O presente capítulo irá discorrer sobre os aspectos sociais e psicológicos dos policiais militares sob o ponto de vista teórico, partindo de um panorama subjetivo. Durante a pesquisa realizada com os policiais militares na Academia de Polícia Militar do Espírito Santo, constatou-se que algumas falas eram recorrentes entre os (as) alunos (as) dos cursos de habilitação e formação. A primeira era: [...] Se o policial é violento, isso se justifica por ele pertencer ao seio da sociedade [...]. Uma outra fala comum era: [...] Quando somos chamados para atender determinadas ocorrências, a população espera que nós façamos justiça [...]. Diante destas frases tão contundentes, o objetivo deste capítulo foi analisar se as relações sociais (comportamento coletivo) podem estar influenciando o comportamento psicológico dos policiais militares de forma direta ou indireta em suas atividades diárias.

Quando passamos a relacionar a liderança policial com seu estilo de comunicação interpessoal estabelecemos que determinadas influências são efetuadas através da comunicação, sendo que grande parte ocorre em transações verbais (SWANSON & TERRITO, 2007). Do ponto de vista destes dois autores, a liderança e a comunicação interpessoal encontram-se atadas.

Ao falar sobre a organização ou mesmo a opacidade da polícia Monjardet (2012, pp.44), define que:

[...] Pode-se compreender a autonomia policial, nesse nível do trabalho cotidiano dos executantes, de três maneiras. A primeira é expressa pelos próprios profissionais, que comumente estão esperando uma crítica quando pretendem sublinhar essa propriedade de seu trabalho. Essa acepção provém de um mal-entendido. Conscientes de pertencer a uma organização hierarquizada, de porte militar, na qual a disciplina é questão de princípio [...].

Sendo a sociedade uma realidade ao mesmo tempo objetiva e subjetiva, qualquer compreensão teórica relativa a ela deve abranger estes aspectos. Se a sociedade for entendida a partir de um processo dialético, em curso, será composta de três momentos: a exteriorização, a objetivação e a interiorização. No que diz respeito ao fenômeno social, estes momentos não devem ser pensados como ocorrendo em uma sequência temporal. Ao contrário, a sociedade (e suas partes) é, simultaneamente, caracterizada por estes três momentos e qualquer análise que considere apenas um ou dois deles é insuficiente. O mesmo é verdade com relação a um

membro individual da sociedade, o qual simultaneamente exterioriza seu próprio ser no mundo social e interioriza este último como realidade objetiva. Em outras palavras, estar em sociedade significa participar da dialética da sociedade (BERGER; LUCKMANN, 2014).

Dentre os fatores que contribuem para a subcultura policial está o ambiente de trabalho, seja ele na comunidade ou dentro da organização. O primeiro - o da comunidade - não é facilmente alterável, mas o segundo - o da organização, que corresponde ao clima de um Batalhão ou de uma Companhia - pode ser modificado com a mudança do comandante ou das políticas administrativas. Se é preciso atrair para o serviço policial um tipo diferente de pessoa, tal mudança deve ocorrer não só nos programas de recrutamento, seleção e treinamento, mas também no ambiente organizacional (GOLDSTEIN, 2003).

Para Oliveira Júnior (2008), a contribuição da teoria institucionalista nos estudos sobre as organizações policiais é marcante. A introdução dos aspectos burocráticos, dos constrangimentos institucionais e do papel do comando no processo de organização institucional é fundamental para a compreensão das organizações policiais. Mas, se há um avanço na introdução de uma postura neo-institucional, existe, na mesma medida, uma sensível perda analítica na redução do papel das variáveis sociais, econômicas e ecológicas. As organizações policiais, como todas as organizações estatais, apresentam uma complexa relação com o meio ambiente social, com a história e com a cultura do lugar onde estão inseridas.

O comportamento do policial pode tomar formas simbólicas como fenômenos contextualizados. Eles podem passar a vê-las, geralmente, como sendo produzidas e recebidas por pessoas situadas em contextos sócio-históricos específicos e providas de recursos e capacidades de vários tipos. As formas simbólicas podem possuir traços de suas condições sociais de produção, do mesmo modo como uma fala pode estar marcada pelo acento, pelo dialeto e pelo tom de uma determinada classe social ou de uma origem regional. A contextualização social das formas simbólicas implica, também, que estas podem se tornar objetos de processos complexos de valorização, avaliação e conflito, o que poderia explicar o comportamento violento em algumas situações (THOMPSON, 1995).

Não sem fundamento Muniz (1999), afirma que os estudos contemporâneos sobre as organizações policiais identificam os processos individuais de tomada de decisão – essencialmente discricionários e, ao mesmo tempo, indispensáveis a qualquer ação policial – como estado da arte das teorias de polícia. A partir deles é possível uma melhor compreensão

das especificidades das ferramentas de controle social difuso, dos modos pelos quais essas ferramentas pacíficas produzem obediência por meios também pacíficos e, principalmente, das formas concretas de exercício do abstrato poder de polícia e das prováveis razões de suas externalidades em ambientes sociopolíticos singulares.

A partir de Monjardet (2012), dentro de uma observação empírica que revela comportamentos coletivos e individuais, diferentemente do civil, o policial fardado praticamente jamais age só, e se tem oportunidade de testemunhar alguma iniciativa individual é justamente diante das testemunhas - seus pares - que vão ser igualmente envolvidos por suas iniciativas. Daí a permanência da força dos mecanismos coletivos de ambivalência, uma vez que estes asseguram a conformidade de cada um à norma formal, do mesmo modo que permite o afastamento coletivo dela.

Muitos policiais acreditam que sua luta é contra os vilões da sociedade. Acreditam, ainda, que sua missão faz parte de um jogo, um desafio divertido do bem contra o mal. Seu objetivo é prender o criminoso, o que lhe dá mais satisfação profissional do que qualquer sentido de serviço público (REINNER, 2004). Isso implica em faltas de diretrizes adequadas, uma vez que por mais ousado que um incidente pareça ao cidadão, a ação que ele reclama normalmente está dentro dos limites da autoridade legal do policial (GOLDSTEIN, 2003).

Ao refletirmos sobre comportamentos, direcionados à Instituição Militar e ao objetivo da disciplina como instrumento do poder disciplinar, veremos que o intuito é justamente docilizar o indivíduo, moldá-lo do ponto de vista social, econômico e político. A disciplina empregada é uma técnica de poder que implica em uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos. Não basta olhá-los às vezes ou ver se o que fizeram está em conformidade com a regra. É preciso vigiá-los durante todo o tempo da atividade, submetê-los a uma perpétua pirâmide de olhares. Isso pode ser constatado no exército, tanto nos sistemas de graus que vão, sem interrupção, do general chefe até o ínfimo soldado, como nos sistemas de inspeção, revistas, paradas, desfiles etc, que permitem que cada indivíduo seja observado permanentemente (FOUCAULT, 1997).

Para Dunning e Hochstedler (2007), os atos de comunicação são considerados como ligações entre membros de uma organização, ou seja, acabam sendo utilizados – assim como os estudos etnográficos - como um método comum para se fornecer informação e análise, bem como a experiência policial.

Seguindo esta lógica percebemos que a ação tradicional é, na maioria das vezes, ditada pelos hábitos, costumes e crenças. Para agir em conformidade com a sociedade o ator - neste caso o policial - precisa conceber um objetivo e, em muitos casos, ele é impelido pela emoção, passando a refletir comportamentos que já existem por uma longa prática organizacional que acaba por se tornar uma subcultura na tropa que, muitas vezes, passa despercebida. Isso se justifica quando exemplos mostram como cada experiência é somada a uma realidade predeterminada por convenções que claramente definem as suas fronteiras. Podemos, através de um esforço, tornar-nos conscientes de algumas mudanças de paradigma, mas, ao mesmo tempo, não podemos imaginar que estamos livres de todas as convenções institucionais (MOSCOVICI, 2010).

Por outro lado, a ideologia do profissionalismo demanda que os profissionais determinem a natureza do trabalho, como ele deve ser praticado e a quem as práticas devem ser aplicadas. Esta ideologia requer que o grupo de clientes aceite a “visão de mundo” do grupo profissional, ou seja, sua definição da realidade. No que se refere às forças policiais, isso significa que devemos garantir a elas um mandato para que levem a cabo sua tarefa “impossível”. Isso significa que devemos reconhecer a polícia como tendo autoridade para a prevenção do crime, a preservação da ordem e o policiamento (MENKE; WHITE; CAREY, 2007).

Para Thompson (1995), a autoridade pública, no sentido estrito, passou a referir-se cada vez mais à atividade relacionada ao estado que definiu legalmente esferas de jurisdição e que possui o monopólio do uso legitimado da violência. A sociedade civil emergiu como campo das relações econômicas e privadas que foram estabelecidas sob a égide da autoridade pública. O campo privado compreende o domínio em expansão das relações pessoais que se tornaram cada vez mais desvinculadas da atividade econômica e ancoradas na instituição da família conjugal. No domínio da autoridade pública e no domínio privado da sociedade civil, consiste acerca da esfera pública burguesa e de indivíduos privados que se juntam para debater, entre eles, o estado.

Os casos mais difíceis de rever nas atitudes dos policiais são aqueles que são carregados de uso inapropriado de força ou abuso verbal praticado por ambas as partes. Sabemos que para a polícia, dentro de sua cultura central, o que seria uma simples ocorrência passa a ser uma missão. O policial passa a instrumentalizar que o policiamento não é apenas um trabalho, mas um meio de vida com um propósito útil, pelo menos a princípio, uma vez que a socialização

secundária é vista como a interiorização de submundos institucionais, o que determina a extensão e manutenção do comportamento repressivo. Ao mesmo tempo são adquiridas pelos policiais compreensões tácitas, avaliações e colorações afetivas destes campos semânticos (MUNIZ, 1999).

Bauman (1997), nos esclarece que o problema da justiça não pode sequer ser postulado, a menos que haja um regime democrático de tolerância que assegure, em sua constituição e prática política, os direitos humanos, ou seja, o direito de conservar a própria identidade e singularidade sem risco de perseguição. Essa tolerância é uma condição necessária a toda a justiça. O ponto principal, porém, é que não é a sua condição suficiente. Por isso mesmo, o regime democrático não promove e muito menos assegura a transformação da tolerância em solidariedade, ou seja, o reconhecimento da penúria e sofrimento das outras pessoas como responsabilidade própria de alguém e o alívio, assim como, subsequentemente, a eliminação da penúria, como tarefa própria de alguém. Na maioria das vezes, dada a atual configuração do mecanismo político, os regimes democráticos interpretam tolerância como empedernimento e indiferença.

Para Foucault (1997), o poder pode ser captado em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar, nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, se corporifica em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violento.

Porém, é de grande importância compreender o impacto das realidades organizacionais sobre a capacidade de mudança das formas de gestão, sobretudo quando tais realidades (burocracia, autoridade, disciplina, complexidade, estruturas hierárquicas e ideologia militar) interpõem-se no caminho destas mudanças e, muitas vezes, impedem a realização das exigências democráticas no campo da segurança pública. Por isso, ainda há dificuldade de termos hoje uma polícia inteiramente preocupada com as demandas dos cidadãos, no sentido de superar uma forte formação anterior voltada, sobretudo, para a defesa do Estado, entendido como instância preservadora de uma ordem social vigente que privilegiava os grupos detentores do poder econômico e político (PIMENTEL, 2008).

As teorias sociais devem estar a serviço do aumento do entendimento do comportamento humano. No tocante à compreensão da letalidade da ação policial ressalta-se que está em questão tanto um desafio acadêmico quanto ético. A vida de policiais e não policiais não pode continuar a mercê de percepções individuais sobre os riscos reais ou potenciais dos encontros entre esses atores. É preciso construir mecanismos eficientes de controle da letalidade policial sem comprometer o sistema de segurança pública, nem relaxar nos parâmetros civilizados de conduta dos agentes estatais. As forças policiais têm como prioridade principal a preservação da vida dos cidadãos. Nesse sentido, mais importante do que o desenho de boas conjunturas analíticas é a construção de modelos teóricos que resultem em políticas públicas eficazes (OLIVEIRA JÚNIOR, 2008).

Note-se que a amplitude de suas atribuições não é alguma coisa que pode ser definida como trivial. No fluxo da vida ordinária, ela abarca toda sorte de acidentes, dramas, conflitos, fatos criminais, incidentes graves e pequenos experimentados pelos cidadãos, quer nos espaços públicos, quer nos seus domínios privados. Toda essa demanda por serviços policiais recobre o vasto mundo da “preservação da ordem pública”, onde qualquer episódio, além das violações previstas nas leis, pode vir a ser considerado um legítimo “assunto de polícia” (MUNIZ, 1999).

É possível afirmar que a reivindicação por um *status* profissional muda a natureza do debate sobre as questões do crime e da desordem e os parâmetros a respeito da autoridade do Estado de intervir na vida cotidiana. O debate sugere que a questão do crime seja um assunto técnico que é melhor ser deixado nas mãos de profissionais especializados. Quem, afinal de contas, são esses especialistas que reivindicam o conhecimento técnico sobre o crime na nossa sociedade? Policiólogos? Sociólogos? Especialistas em Segurança Pública? São, principalmente, os policiais. Portanto, é possível - como já ocorreu a respeito de outras questões sociais - que o debate político sobre um problema social importante (o crime) seja minimizado (MENKE; WHITE; CAREY, 2007).

No caso do Brasil, recentemente, o debate em torno das polícias alcançou um lugar de destaque, mobilizando a comunidade científica, a sociedade civil e os formadores de opinião. Durante um bom tempo, os assuntos relativos à construção de uma segurança democrática e à redefinição do papel das agências policiais permaneceram, curiosamente, à margem do processo de consolidação da democracia vivido pelo país (MUNIZ, 1999).

Para Moscovici (2010), quando nos voltamos para a época atual, fica claro que o problema subjacente é o da racionalidade moderna. Para este autor, as formas de vida mental e social conservadas pela tradição devem ser substituídas pelas da ciência e da tecnologia. Nosso pensamento científico elevado à categoria de forma de todo pensamento, nossa lógica tomada como a única variável, sem examiná-los, todos os pensamentos e crenças diferentes, relegando-os a uma categoria inferior. Desse modo, a difusão do pensamento moderno pressupõe *ipso facto* o retrocesso, sem exceção de todos os outros. Evidentemente, devemos pagar o preço e, como consequência, se o pensamento científico impõe suas regras e operações sobre a mente, ele questiona outras formas de pensamento e as condena ao desaparecimento. No caso descrito, seria uma incoerência apenas a polícia discutir a reforma da polícia sem a participação popular.

Para Pimentel (2008), torna-se importante sabermos de que modo a polícia militar lida com esta inflexão de suas práticas historicamente tradicionais de interação com a sociedade, no sentido de contribuir na construção de um novo conceito de cidadania e de participação social. Importante, ainda, é entendermos como esta interação entre polícia e comunidade altera a formação das subjetividades dos policiais militares participantes do modelo de polícia interativa.

Toda atividade humana está sujeita ao hábito. Qualquer ação que é frequentemente repetida torna-se um padrão pelos policiais militares, o que acaba criando um hábito. Isto pode implicar em uma ação mecânica que poderá ser executada novamente no futuro, sem que tenha sido discutida adequadamente. Assim sendo, a análise empírica do trabalho policial é necessária. Quando este é colocado em prática, torna-se imprescindível (MONJARDET, 2012).

Numa sociedade em que o reconhecimento do valor-próprio é passageiro e utilitário e é determinado pelo prestígio ou pelas possessões materiais, é compreensível a busca de status profissional. “Nesse sentido, podemos inferir que o estudo do processo de profissionalização dos nossos policiais militares poderá nos revelar” bastante coisa sobre “nós” e nossa condição, bem como sobre “eles” e suas condições. Afinal de contas, todos nós desejamos ter valor social por nossa especialização e nosso conhecimento. Todos nós gostamos de pensar que nossas vidas terão alguma contribuição para valores sociais importantes (MENKE; WHITE; CAREY, 2007).

Monjardet (2012), nos esclarece, ao definir a “Tipologia das Polícias”, que toda instituição policial combina três elementos que representam três modalidades dela e os três alvos do uso da força nas relações sociais. A força é um instrumento de dominação que sustenta

o poder político quando este não precede de um consentimento unânime ou não está fundado exclusivamente no carisma. É meio de imposição das normas coletivas e de socialização aos valores dominantes. No primeiro caso, a força se mostra, ela é primeiramente dissuasiva. No segundo, ela é empregada sistematicamente sob forma de coerção física, ela é a repressão. No terceiro caso, ela opera essencialmente por instauração, a imposição da autoridade.

O saber-ato policial, segundo Muniz (1999), sintetiza esse processo da seguinte maneira: cada ocorrência é sempre uma ocorrência diferente. Tudo isso se volta para construir, ao nível prático, algum grau de convergência das idiosincrasias dos episódios assumidos e suas possíveis traduções, nos termos do que considera produtivo, adequado, satisfatório, legal e legítimo.

Orientada pelo bom senso, a prática policial demonstra que a fragilidade e mesmo a ausência de regras formais objetivas e úteis não projeta o uso cotidiano da discricionariedade em espécie de terra de ninguém. Nesse contexto, os processos decisórios acionados pelos policiais militares, reiteram a advertência weberiana acerca da impropriedade de se buscar reconhecer na realidade tipos puros de dominação.

Quando Foucault (1997), se refere à dominação, ele não entende que a mesma seja algo que atinja de forma global as pessoas, ou seja, uns sobre os outros, mas que existam múltiplas formas de dominação que podem ser exercidas na sociedade nas relações recíprocas e nas múltiplas sujeições que existem funcionando no interior do corpo social.

Para Menke, White e Carey (2007), as circunstâncias em que as licenças - das ocupações e dos mandatos - são obtidas, expandidas, negadas ou perdidas são resultantes de atividades de políticos. A busca por poder e por autoridade (que estão ligadas diretamente à questão das licenças ou dos mandatos) volta-se para um contexto sobre o direito de definir as situações circunstanciais. Uma democracia baseia-se no princípio de que o cidadão tem esse direito (de fato, essa responsabilidade) e que ele não pode ser retirado ou dado a nenhum grupo de indivíduos com interesses próprios, baseados ou não em sua ocupação.

Por outro lado, é esperado que a atuação policial, em quaisquer desses assuntos, seja a um só tempo, satisfatória, adequada e subordinada aos limites impostos pelo ordenamento legal. Em virtude dessas múltiplas exigências, os policiais militares necessitam, na rotina do seu trabalho, procurar equilibrar-se entre as esferas da legalidade e legitimidade exigidas em suas atuações. Os marcos referenciais para sua intervenção são simultâneos e paradoxais, "o que está

na lei e encontra-se no mundo" e "o que se encontra no mundo e não está na lei"; pouco importando se o que motivou a sua presença foi a ocorrência de um crime, um conflito interpessoal, uma criança abandonada ou um grave acidente de trânsito (MUNIZ, 1999). Realidades distintas e mecanismos heterogêneos; esses dois tipos específicos de poder se articulam e obedecem a um sistema de subordinação que não pode ser traçado sem que leve em consideração a situação concreta e o tipo singular de intervenção (FOUCAULT, 1979).

Neste caso particular em que existe uma aquisição de signos específicos de funções - o que significa em primeiro lugar a interiorização do campo semântico que estrutura condutas e rotinas em uma determinada área institucional - há uma clara desconstrução e construção que se sustentam, reciprocamente, no sentido de que uma opera como crítica da outra (BERGER; LUCKMANN, 2014).

Se é possível fazer uma sociografia das instituições policiais, seria necessário, também, conhecer um isolável conjunto de relações sociais a qual ela está inserida, pois sabemos que do mesmo modo que não há uma sociologia da arte, existe uma produção de signos e julgamentos sociais (MONJARDET, 2012).

Outro ponto muito discutido é aquele que retrata a tensão e hostilidade que faz parte da rotina policial, principalmente nos grandes centros urbanos. O policial é aquele que dá ordens, prende cidadãos que violam as leis, retira-lhes a liberdade de ir e vir. Esses contatos entre policiais e cidadãos são iniciados sob condições carregadas de emoção (GOLDSTEIN, 2003; REINER, 2004; BERGER, LUCKMAN, 2009) e, principalmente, no caso brasileiro onde há um histórico de repressão por parte dos agentes da polícia, isso se acentua. O que os cidadãos veem como crise, pode parecer uma situação comum para a polícia.

Foi demonstrado que a persistência na utilização exacerbada no uso da força letal não apresenta apoio da população e tampouco impacto significativo na redução do crime e da violência. No entanto, não podemos assumir uma postura normativa e achar que toda e qualquer letalidade da ação policial é moralmente equivocada. Nenhum policial entra no serviço com o objetivo explícito de tirar a vida de alguém. O policial toma decisões individuais em um ambiente altamente complexo e com várias dimensões envolvidas. Ignorar esta peculiaridade da ação policial impossibilita qualquer análise consistente sobre a letalidade (OLIVEIRA JÚNIOR, 2008).

A tolerância das instituições com os homicídios cometidos por policiais dentro de preceitos legais e legítimos de combate ao crime e à violência cria o ambiente necessário para a proliferação das soluções extralegais para o problema de segurança pública. A comunidade desempenha um papel central nessa equação. A interação do perfil institucional e da estrutura ecológica da comunidade em que a instituição policial está inserida apresenta alto impacto nas taxas de letalidade. A indução do estreitamento dos laços entre instituições policiais deve ser encarada não só como um avanço no policiamento, mas também como uma medida profilática de combate à letalidade da ação policial (MENKE; WHITE; CAREY, 2007).

O poder de polícia, os efeitos esperados e indesejáveis de seu emprego, assim como os expedientes internos e externos voltados para a implantação de um controle eficaz e transparente têm constituído um dos pontos centrais das reflexões acadêmicas internacionais sobre os meios de força comedido. Têm-se apresentado, também, como uma questão complexa recorrente e de difícil enfrentamento que vem ocupando, desde há muito tempo, um lugar estratégico na agenda política (MUNIZ, 1999).

A organização deve ser tal que o funcionamento seja eficaz. Em outras palavras, é preciso que os princípios de funcionamento de cada parte sejam bem conhecidos. A polícia não é instrumento universal e não pode resolver todas as carências dos serviços públicos e da organização social. Em suma, a organização deve ser tal que ela possa ser não só gerenciada, mas também dirigida e que o aparelhamento não oponha a opacidade e a inércia de sistemas tão complexos que ninguém mais possa dominá-los (MONJARDET, 2012).

Foucault (1997), ao referir-se à soberania afirma que esta é o problema central do direito nas sociedades ocidentais e isso implica dizer que o discurso e a técnica do direito tiveram basicamente a função de dissolver o fato da dominação dentro do poder para, em seu lugar, fazer aparecer duas coisas: de um lado, os direitos legítimos da soberania e, de outro, a obrigação da obediência.

Enfim, não queremos dizer que a reforma policial e o “profissionalismo” policial não tenham produzido avanços importantes no sentido de aumentar a habilidade policial de agir dentro dos princípios democráticos de justiça. Como sugerem Menke, White e Carey (2007), em virtude de revelações recentes a respeito da atividade de uma variedade de agentes do Estado, necessitamos de uma reafirmação dos princípios democráticos, inclusive do direito de submeter as questões do dia à uma agenda pública e debatê-las para garantir um mandato

profissional - para a polícia, ou para qualquer outro servidor público, a natureza democrática da organização social é uma violência.

Para Monjardet (2012), o que não é aprendido em sua raiz atravessa a organização e suas práticas em todas as suas manifestações. Por mais necessários que sejam, a mudança organizacional e o apelo à virtude têm a mesma prioridade: tentar dissolver – para um, na organização e para outro, no indivíduo – o que depende do social e por isso lhe é irreduzível. É por isso que esses movimentos não têm fim e excedem as polícias e os policiais, “laboratório da renovação do serviço público”.

Segundo Muniz (1999), entre vários aspectos que contribuem para o fracasso das reformas policiais está a rígida disciplina militar que concorre de forma contraproducente com as práticas policiais profissionais. Isso porque se dá na medida em que a disciplina restringe ao máximo os espaços de tomada de decisões. Em outras palavras, ela tende a desautorizar o recurso à discricionariedade e à autoexecutoriedade – elementos essenciais da ação da polícia que, concretamente, só podem ser exercidos pelos indivíduos.

Monjardet (2012), afirma que se não há “teoria”, a análise sociológica da polícia, tal como foi desenvolvida aqui, expõe não só os círculos viciosos, as disfunções, as “câimbras” corporativas, a resistência à mudança e o conjunto dos mecanismos que a sociologia das organizações localiza em toda grande organização complexa, mas também as contradições intrínsecas, ligadas ao próprio mandato policial.

Ideologias com ênfase na autonomia policial tentam persuadir-nos de que as forças policiais estão em melhor posição para fazer julgamentos acerca da natureza do crime e seu controle: os julgamentos a respeito do conteúdo da lei, quando ela pode ser aplicada, a quem ela pode ser aplicada e qual o nível de ordem social apropriado para um dado momento. Isso sugere que o arbítrio policial é, em grande parte, legítimo e que as decisões da polícia vão estar baseadas em conhecimento especializado, tendo como único fator de motivação o melhor dos interesses possíveis do cliente (MENKE; WHITE; CAREY, 2007).

A profissão, enfim, deve ser dotada de todos os recursos materiais e humanos que lhe são necessários para garantir as missões que lhe são prescritas. É primeiramente a razão. É, também, a condição necessária para evitar que, a pretexto ou sob o efeito de meios inadaptados, a profissão modifique por si mesma essas missões e substitua seus fins próprios ou “utilidades particulares”. Em contrapartida, a profissão é instruída a compreender e admitir que não tem

outros objetivos senão os que lhe são atribuídos e, no essencial, ela assegura o respeito a essa lei por seus membros (MONJARDET, 2012).

Uma ideologia unilateral, portanto, mistifica questões que envolvem o crime e seu controle, deturpando nossa capacidade de constatar isso como um processo político que envolve a distribuição de recursos, de poder, de influência e de prestígio e a legitimidade de intervenção. Em vez disso, ela explica o crime e o controle do crime como um assunto técnico apolítico, que é melhor deixar nas mãos de especialistas confiáveis, que incluem a polícia. Tal ideologia mascara, com sucesso, o trabalho impossível da polícia e mascara, também, a repressão possível preservando os mitos do “cumprimento da lei” e do Estado como uma estrutura neutra de valores para a resolução da luta de interesses dos grupos (MENKE; WHITE; CAREY, 2007).

O pluralismo da cultura policial não aparece como único efeito da existência de conjunto de atitudes e sistemas de valores distintos, num campo balizado pelas dimensões cruciais do ofício. Essa acepção é certamente um progresso em relação ao postulado de uma personalidade policial identificável por traços universalmente partilhados, mas nela é insuficiente (MONJARDET, 2012).

A partir dos textos analisados podemos concluir, neste capítulo, que há uma profunda relação entre um bom líder e o comportamento dos demais subordinados e que isso se intensifica em um ambiente hierarquizado. Podemos concluir, também, que os meios de comunicação, locais de trabalho e políticas adequadas podem afetar diretamente o comportamento individual e coletivo do policial militar no exercício de sua função. E, finalmente, podemos entender que, mesmo com as dificuldades encontradas, há necessidade de adequação por parte da polícia em relação à modernização das políticas sociais.

No próximo capítulo, vamos analisar os fatores sociais, políticos e psicológicos que formam o perfil do policial militar do Estado do Espírito Santo que servirão de base para a análise do resultado da pesquisa de campo realizada entre os anos de 2013 e 2017.

6 CAPÍTULO V - PERFIL DOS ALUNOS DOS CURSOS DE FORMACAO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO

Neste capítulo apresentaremos os resultados da pesquisa de campo que teve como objetivo elucidar um paradoxo existente na instituição policial militar que concerne ao que é ensinado durante o tempo de formação na academia e ao que é praticado quando este policial formado se encontra realizando o policiamento ostensivo.

A partir da Construção Social da Realidade de Berger e Luckmann (2004), buscamos entender como se dá a realidade da vida cotidiana do policial militar, uma vez que seus atores são de naturezas diversas e de realidades múltiplas, que acabam produzindo comportamentos similares. Sabemos que a vida cotidiana é partilhada com os outros, mas de que modo são vivenciados esses outros na vida cotidiana?

O que buscamos entender nesta pesquisa é por que determinados comportamentos considerados como “agressivos ou violentos” acabam sendo cometidos pelos policiais militares mesmo depois de um intenso treinamento realizado na Academia.

A análise microssociológica ou sociopsicológica dos fenômenos de interiorização deve ter como pano de fundo uma compreensão macrossociológica dos seus aspectos estruturais. A socialização acontece sempre no contexto de uma estrutura social específica e a medida do sucesso tem condições e consequências sociais e estruturais (BERGMAN & LUCKMANN, 2004).

A pesquisa foi ancorada nas representações sociais que se manifestam em palavras, sentimentos e condutas que se institucionalizam. Acreditamos que esses comportamentos devem ser analisados a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais que são ao mesmo tempo ilusórios, contraditórios e verdadeiros como afirmam Jovchelovitch e Guareschi (1994, pp.57). A teoria das representações sociais reside na ideia de que os sujeitos buscam explicações e criam teorias próprias sobre uma série infindável de assuntos que prendem a atenção e a curiosidade, demandando compreensão e pronunciamento quotidiano a respeito de temas sociais contemporâneos como escola, moral, religião, política, cultura, saúde, doença, violência, tecnologia, desigualdades sociais e econômicas etc.

A primeira etapa da pesquisa foi realizada entre os anos de 2013 e 2016, entrevistando alunos dos três cursos de formação existentes na Academia de Polícia Militar do Espírito Santo²²: Curso de Formação de Oficiais (CFO), Curso de Habilitação para Sargentos (CHS) e Curso de Formação de Soldados Combatentes (CFSd). O Curso de Formação de Oficiais é considerado o mais importante da Academia, uma vez que seus egressos serão os futuros comandantes da Polícia Militar. Participam deste curso tanto os jovens iniciantes, sem experiência na polícia militar, quanto àqueles que já estavam na polícia há três ou quatro anos (na graduação de cabos) ou egressos do Corpo de Bombeiros Militar. O Curso de Habilitação para Sargentos é realizado por policiais com, no mínimo, 10 anos de profissão e ocupando o posto de Cabo PM e aptos a cursar por meio de concurso interno ou por tempo de serviço. O Curso de Formação de Soldados Combatentes destina-se a jovens totalmente iniciantes na carreira policial militar e, em alguns casos, alguns alunos do sexo masculino são egressos das Forças Armadas.

As entrevistas foram realizadas através de um questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas. Todas as entrevistas foram gravadas com autorização da Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa, do Comandante da Academia e do 1º Batalhão da Polícia Militar do Espírito Santo. Foram entrevistados um total de 100 policiais militares sendo: 30 alunos do Curso de Formação de Oficiais (CFO), 35 alunos do Curso de Habilitação para Sargentos (CHS) e 35 alunos do Curso de Formação de Soldados (CFSd). Dentre os entrevistados, 73 são homens e 27 são mulheres com idades entre 20 e 29 anos (65 alunos), 30 e 39 anos (24 alunos) e 40 anos e acima (11 alunos).

A segunda etapa da pesquisa foi realizada em 2017, um ano após os alunos estarem formados nos respectivos cursos. A pesquisa foi realizada no 1º Batalhão de Polícia Militar com os mesmos entrevistados do período da Academia. Nesta fase, foram entrevistados 50 policiais e o número de perguntas foi menor, uma vez que o objetivo desta segunda etapa era indagar se o que era ensinado na Academia era colocado em prática no dia a dia de trabalho. Esta etapa também teve como objetivo indagar se as opiniões sobre a imagem da Corporação foram mantidas após a experiência na rua com a população e, ainda, o que mais teria influenciado o policial militar na sua tomada de decisão nas questões operacionais em seu cotidiano.

²² A Academia da Polícia Militar do Espírito Santo está localizada no município de Cariacica na Grande Vitória e é responsável pela formação e aperfeiçoamento dos oficiais e praças da Corporação.

Na Tabela 1 analisamos a relação entre homens e mulheres que participaram dos cursos de formação e aperfeiçoamento. Podemos observar que há predominância masculina em relação à feminina em todos os cursos de formação e habilitação. Dos 73 homens entrevistados, 23 são do CFO, 25 do CHS e 25 do CFSd. Entre as mulheres, foram sete entrevistadas no CFO, dez no CHS e dez no CFSd, totalizando 27 entrevistadas²³.

Tabela 1 – Relação entre homens e mulheres por curso da Academia de Polícia Militar do Espírito Santo (N=100).

Curso	Homens	Mulheres	Total
CFO	23	7	30
CHS	25	10	35
CFSd	25	10	35
Total	73	27	100

Fonte: Academia de Polícia Militar (Pesquisa Tese de Doutorado PUC/SP).

No CFO, 23 homens têm idade entre 20 e 29 anos. No CHS, 17 homens possuem idade entre 30 e 39 anos e oito homens estão acima dos 40 anos. No CFSd, 25 homens têm entre 20 e 29 anos. Entre as mulheres, no CFO sete apresentaram idade entre 20 e 29 anos, no CHS sete apresentaram idade entre 30 e 39 anos e três mulheres apresentaram idade acima dos 40 anos. No CFSd, 10 mulheres apresentaram idade entre 20 e 29 anos (Tabela 2).

Tabela 2 - Perfil etário dos alunos da Academia (N =100).

Curso	20 a 29 anos		30 a 39 anos		Acima de 40 anos		Total
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
CFO	23	7	0	0	0	0	30
CHS	0	0	17	7	8	3	35
CFSd	25	10	0	0	0	0	35

Fonte: Academia de Polícia Militar (Pesquisa Tese de Doutorado PUC/SP).

Os dados da pesquisa indicam que tanto os homens quanto as mulheres mais jovens estão concentrados nos Cursos de Formação de Oficiais e no Curso de Formação de Soldados.

²³ Como pudemos observar no Capítulo 3, a primeira turma feminina da Academia se formou em 1984.

Isso se explica em função dos editais que estabelecem limites de idade para ingresso nas carreiras dos oficiais e dos soldados, entre 26 e 28 anos respectivamente.

No caso do Curso de Habilitação para Sargentos não há limite de idade, desde que o (a) candidato (a) cumpra os requisitos previstos no edital no que diz respeito aos exames físicos, médicos e psicológicos.

Em relação aos fatores que determinaram a escolha da profissão podemos observar, claramente, que as mulheres seguiram a profissão de policial militar por vocação (22%) mais do que os homens (7%) e tiveram menos influência de seus familiares (7%). Por outro lado, 22% dos homens escolheram a profissão mais pela influência de seus familiares do que pela vocação. Porém, quanto à questão da estabilidade financeira, o percentual se iguala nas respostas na casa dos 71% tanto para os homens quanto para as mulheres, como podemos observar na Tabela 3.

Tabela 3 – Fatores que determinaram a entrada na PMES (N=100).

Sexo	Vocação		Influência da família		Estabilidade financeira		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Homens	5	7 %	16	22 %	52	71 %	73	100
Mulheres	6	22%	2	7%	19	71%	27	100

Fonte: Academia de Polícia Militar (Pesquisa Tese de Doutorado PUC/SP).

[...] Além da estabilidade, ainda podemos contar com uma boa aposentadoria e assistência à saúde para nossos familiares. Isso tudo determinou a minha escolha. [...] (Policial Militar, 24 anos, sexo masculino, aluno do Curso de Formação de Soldados).

[...] Fator determinante para minha entrada na PM foi a questão salarial e a estabilidade tão somente, uma vez que um emprego público dá garantias. [...] (Policial Militar, 32 anos, sexo feminino, aluna do Curso de Habilitação para Sargentos).

Entre os relatos mais importantes das entrevistas podemos observar que muitos declararam abertamente que a estabilidade financeira foi o fator preponderante, mas há casos onde há forte ideologia e vocação pela profissão policial militar.

[...] Sempre gostei do militarismo. Desde pequeno eu frequentava os quartéis. Ficava fascinado com os desfiles, marchas e gostava de ver os militares prestando continência entre si. Essa camaradagem sempre me envolveu [...] (Policial Militar, 26 anos, sexo masculino, aluno do Curso de Formação de Oficiais).

Em relação à avaliação da imagem da PM junto à comunidade, 52% dos homens e 63% das mulheres responderam ser negativa. Entre os que responderam que a imagem era positiva estão 23% dos homens e 22% das mulheres. A imagem da PM precisa melhorar para 25% dos homens e 15% das mulheres (Tabela 4).

Tabela 4 - Avaliação da imagem da PM junto à comunidade (N=100).

Sexo	Negativa		Positiva		Precisa melhorar		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Homens	38	52%	17	23%	18	25%	73	100
Mulheres	17	63%	6	22%	4	15%	27	100

Fonte: Academia de Polícia Militar (Pesquisa Tese de Doutorado PUC/SP).

Nos dados descritos acima podemos analisar a partir de Pinc (2006), que os policiais que ocupam as posições na base da pirâmide – cabos e soldados - é que são responsáveis por executar o policiamento e que, portanto, têm contato com a sociedade. Com a implantação do policiamento motorizado houve um aumento na capacidade de mobilização dos policiais e, por consequência, obrigou a instituição a estabelecer outros mecanismos de controle sobre a atuação desses agentes. A descentralização do poder de decisão se justifica em razão da grande diversidade de conflitos que uma patrulha se depara cotidianamente e da necessidade de pronta resposta que a maior parte das demandas requer. A consulta aos escalões superiores, no caso o sargento ou o tenente, posterga o tempo de resposta, causando prejuízos em determinadas situações.

Sendo assim, as respostas diferem quando analisadas separadamente por curso e junto à comunidade. A avaliação da PM junto à comunidade é negativa para a 66% dos entrevistados do CFSd, 54% do CHS e 40% do CFO (Tabela 5).

[...] Penso que a PM é muito fraca quando o assunto é imagem. Falam o que querem (a população), sempre estão nos criticando apesar de tudo que nós fazemos pela comunidade. Deveríamos mostrar mais o que fazemos de bom.
[...] (Policial Militar, 23 anos, sexo masculino, aluno do Curso de Formação de Soldados).

Em relação à imagem positiva, as respostas foram 30% para o CFO, 26% para o CHS e 20% para o CFSd (Tabela 5).

[...] Muito da imagem é sazonal, ou seja, constituída no momento em que a sociedade se encontra. Ou seja, aqueles que vivem à margem da sociedade, nas periferias, como no caso do Rio de Janeiro, ou de cidades onde a

população conta com a proteção e assistencialismo do tráfico de drogas, essa parcela da sociedade acaba por repelir a polícia [...] (Policial Militar, 24 anos, sexo feminino, aluna do Curso de Formação de Oficiais).

Acreditam que a imagem da PM junto à comunidade precisa melhorar 30% do CFO, 20% do CHS e apenas 14% do CFSd (Tabela 5).

[...] Acho que a PM deveria investir mais nas Relações Públicas com a Comunidade através da imprensa. Somos bombardeados todos os dias e não damos a devida resposta, não temos esse direito e quando temos publicam apenas uma pequena nota. [...] (Policial Militar, 36 anos, sexo masculino, aluno do Curso de Habilitação de Sargentos).

Tabela 5 - Avaliação da imagem da PM junto à comunidade em relação ao curso (N=100).

Curso	Negativa		Positiva		Precisa melhorar		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
CFO	12	40%	9	30%	9	30%	30	100
CHS	19	54%	9	26%	7	20%	35	100
CFSd	23	66%	7	20%	5	14%	35	100

Fonte: Academia de Polícia Militar (Pesquisa Tese de Doutorado PUC/SP).

Dentro das estratégias da PMES que se referem à sua imagem junto à comunidade do Espírito Santo, citamos três tipos que são utilizadas pelo Setor de Relações Públicas, conhecido como o P-5: mídia interna, mídia externa e ações na comunidade.

Através da mídia interna a PMES promove seus policiais dentro da própria Corporação. Isso ocorre através da página oficial da PMES que pode ser acessada por toda a população. Todos os dias, operações policiais bem-sucedidas são divulgadas e os policiais são agraciados e parabenizados pelos comandantes. Isso tem o objetivo de servir de estímulo aos policiais que muitas vezes não se sentem prestigiados pela população.

[...] Temos muitos projetos sociais, eu mesmo participo do Proerd e sou muito orgulhoso disso, pois sei que estou contribuindo para preservar a vida de jovens que poderiam estar optando para a criminalidade [...] (Policial Militar, 40 anos, sexo masculino, aluno do Curso de Habilitação de Sargentos).

A mídia externa funciona através da propaganda governamental que o Governo do Estado do Espírito Santo realiza. Trata-se de um comercial exibido em horário nobre e tem como objetivo promover o governo através das ações da Polícia Militar.

As ações na comunidade são as mais bem-sucedidas da PMES e as que têm trazido mais resultado ao longo dos anos. São realizadas através de programas como: Prevenção às Drogas, Equoterapia, Banda Júnior, entre outros.

Na Tabela 6, podemos observar as respostas em relação às estratégias para melhorar a imagem da Polícia Militar junto à comunidade. Mais de 60% dos (as) alunos (as) dos três cursos citaram a mídia interna como estratégia para melhorar a imagem da PM junto à comunidade, seguido da mídia externa na faixa dos 20% e de ações na comunidade (entre 7% a 13 %).

Tabela 6 - Estratégias para melhorar a imagem da Polícia Militar junto à comunidade em relação ao curso de formação (N=100).

Curso	Mídia interna		Mídia externa		Ações na comunidade		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
CFO	20	67%	6	20%	4	13%	30	100
CHS	24	69%	7	20%	4	11%	35	100
CFSd	24	70%	8	23%	3	7%	35	100

Fonte: Academia de Polícia Militar (Pesquisa Tese de Doutorado PUC/SP).

Quanto à avaliação da relação entre a polícia e a comunidade, 96% dos homens e das mulheres avaliaram como “boa” e 4% deles como “normal”(Tabela 7).

[...] Boa, mesmo estando de farda sou muito respeitada por que também semeio respeito. Trato, civis e militares com cordialidade e carinho [...] (PoliciaI Militar, 37 anos, sexo feminino, aluna do Curso de Habilitação de Sargentos).

Tabela 7 - Avaliação da relação entre a Polícia Militar e a comunidade (N=100).

Sexo	Boa		Normal		Total	
	N	%	N	%	N	%
Homens	70	96%	3	4%	73	100
Mulheres	26	96%	1	4%	27	100

Fonte: Academia de Polícia Militar (Pesquisa Tese de Doutorado PUC/SP).

Sobre a relação entre polícia e comunidade pode-se observar na Tabela 8 que não há diferenças significativas entre as respostas dos alunos dos três cursos. Responderam ter boa a relação com a comunidade 97% dos (as) alunos (as) do CFO e do CHS e 94% dos (as) alunos (as) do CFSd. Classificaram a relação como “normal” 3% do CFO e do CHS, e 6% do CFSd.

Tabela 8 - Avaliação da relação entre polícia e comunidade em relação ao curso (N=100).

Curso	Boa		Normal		Total	
	N	%	N	%	N	%
CFO	29	97%	1	3%	30	100
CHS	34	97%	1	3%	35	100
CFSd	33	94%	2	6%	35	100

Fonte: Academia de Polícia Militar (Pesquisa Tese de Doutorado PUC/SP).

Há grande aceitação por parte da comunidade nos locais onde existem projetos sociais em que os policiais militares são parte integrante. Podemos citar como exemplo os projetos: Patrulha da Comunidade, PROERD, Banda Júnior e Equoterapia, que têm proporcionado essa aproximação entre os policiais e a população, e mudado a relação entre ambos.

Existe uma diferença entre a imagem da Corporação constituída anteriormente a sua entrada na Polícia Militar e a vida profissional do policial. Essa imagem torna-se fundamental na escolha profissional do indivíduo. No primeiro momento, ele poderá se achar um “super-herói”, mas com o tempo descobrirá que quando não estiver atendendo ocorrências consideradas de grande vulto estará envolvido em suas atividades de rotina, interagindo com a população, justamente em locais em que a maior parte do tempo exija ações de relações públicas como: mediações de conflitos, atividades assistenciais e serviços de informações.

[...] Quando acabar meu curso quero ir para a cavalaria, pois sei que lá existe um projeto de equoterapia para crianças autistas e eu gostaria muito de poder contribuir com a minha parte[...] (Policial Militar, 24 anos, sexo masculino, aluno do Curso de Formação de Soldados).

Em relação à questão da violência na PM, 52% dos homens e 59% das mulheres responderam que a PM é violenta; 26% dos homens e 19% das mulheres responderam que a PM não é violenta e, finalmente, 22% homens e 19% das mulheres responderam que a violência dependerá das circunstâncias (Tabela 9).

[...] O policial vem do seio da sociedade. Se a sociedade é violenta o policial tende a ser violento, pois ele reflete a mesma [...] (Policial Militar, 23 anos, sexo masculino, aluno do Curso de Formação de Soldados).

Tabela 9 - Opinião sobre a violência na PM (N=100).

Sexo	Sim		Não		Depende		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Homens	38	52%	19	26%	16	22%	73	100
Mulheres	16	59%	6	22%	5	19%	27	100

Fonte: Academia de Polícia Militar (Pesquisa Tese de Doutorado PUC/SP).

Segundo Oliveira Jr. (2008, pp.24), a ação letal da polícia está diretamente relacionada a uma extensa gama de fatores sociais e o policial dentro de suas obrigações profissionais tem que tomar decisões sobre a melhor maneira de resolver uma situação de crise. O escalonamento racional - sobre a melhor opção a ser eleita - é feito em um cenário de alta imprevisibilidade, com altos riscos individuais e para outros envolvidos. Oliveira Jr. (2008), afirma, também, que o desenho institucional em que o policial está inserido, as histórias de vida pessoais, o contexto social da ocorrência, o treinamento recebido, os valores compartilhados entre os policiais e a percepção do risco enfrentado são alguns dos elementos que explicam o desfecho letal da ação policial. Levar em conta essa complexidade é absolutamente fundamental para entender o problema e, principalmente, criar mecanismos públicos de controle da letalidade.

[...] A polícia ainda é violenta. A própria sociedade exige que a polícia seja assim, porque na sociedade, determinado indivíduo, seja ele que roube que estupe sua filha, ou que lhe fure algo, essa mesma sociedade exige que a polícia chegue batendo ou mesmo que a polícia mate. Nestes casos eles não querem a polícia cidadã, não é mesmo? Parte da sociedade clama pela polícia da época da ditadura, a polícia do cassetete, muitas vezes eu não sei o que a sociedade quer na verdade [...] (Policial Militar, 26 anos, sexo masculino, aluno do Curso de Formação de Oficiais).

Perguntados sobre a violência da PM, 70% dos (as) alunos (as) do CFO, 46% do CHS e 51% do CFSd responderam que a PM é violenta. Dentre os (as) alunos (as) do CFO, 27% responderam que não acham a PM violenta e 3% responderam que depende das circunstâncias. No CHS 49% disseram que a PM não é violenta e 5% que depende das circunstâncias. Para 49% dos (as) alunos (as) do CFSd a violência da PM depende da situação. Importante observar que **nenhum** (a) entrevistado (a) do CFSd respondeu que a PM não é violenta, como podemos observar na Tabela 10.

[...] Não dá nem para comparar a polícia que eu vivi com essa de hoje. No meu tempo o ladrão tinha medo, não tinha moral, tremia mesmo. Hoje em dia se você encostar a mão em um bandido é capaz de perder a farda. Desde o final dos anos 90 ficou muito difícil de trabalhar nas ruas [...] (Policial Militar, 47 anos, sexo masculino, aluno do Curso de Habilitação de Sargentos).

Tabela 10 - Opinião sobre a violência na PM por curso (N=100).

Curso	Sim		Não		Depende		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
CFO	21	70%	8	27%	1	3%	30	100
CHS	16	46%	17	49%	2	5%	35	100
CFSd	18	51%	-	-	17	49%	35	100

Fonte: Academia de Polícia Militar (Pesquisa Tese de Doutorado PUC/SP).

Os (as) alunos (as) do CFO demonstraram ter uma visão mais globalizada sobre a violência durante as entrevistas. Isso pode ter relação com o tempo de duração do curso. Enquanto o tempo de formação de um soldado é de aproximadamente um ano, o de formação de oficiais é de três anos e após este período o oficial passa a ocupar funções administrativas e posições operacionais. Outro fator determinante está ligado ao desempenho e ao exercício profissional junto à comunidade. Os soldados, após seu período de formação, são destinados imediatamente aos postos de policiamento ostensivo. As respostas dos (as) alunos (as) do CHS podem ter sido influenciadas pelo tempo de serviço e pelas diversas situações de estresse vividas ao longo da carreira.

[...] Temos que estar preparadas para conter possíveis excessos dos nossos subordinados. A Constituição é bem clara neste sentido e é nosso dever garantir que ela seja cumprida [...] (PoliciaI Militar, 23 anos, sexo feminino, aluna do Curso de Formação de Oficiais).

Para Scuro Neto (2010), não raro o trabalho policial exige tomar as decisões complexas, instantâneas, sem supervisão ou treinamento específico e aparentemente sem sentido em termos dos objetivos considerados válidos pelos próprios policiais. A maior dificuldade da polícia, segundo ele, sempre foi a definição dos objetivos que oscilam entre dois pólos: o primeiro acarreta em desenvolver no cidadão comum de fazer uso da força, compelindo-o a usar o bom senso ou procurar a Justiça para resolver diferenças; o segundo, cada vez mais acentuado, prescreve combate à desordem, à violência e à criminalidade mediante ações preventivas como patrulhar e responder as chamadas (SCURO NETO, 2010, pp. 254).

Na Tabela 11 podemos observar uma avaliação geral sobre o curso. Avaliaram como “bom” 67% dos (as) alunos (as) do CFO, 57% do CHS e 54% do CFSd. Para 33% dos entrevistados do CFO, 31% do CHS e 37% do CFSd o curso precisa melhorar. Nenhum (a) aluno (a) do CFO avaliou o curso como “ruim”, porém para 12 % do CHS e 9% do CFSd o curso foi considerado “ruim”.

Tabela 11 - Avaliação do curso pelos (as) alunos (as) (N=100).

Curso	Bom		Precisa melhorar		Ruim		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
CFO	20	67%	10	33%	-	-	30	100
CHS	20	57%	11	31%	4	12%	35	100
CFSd	19	54%	13	37%	3	9%	35	100

Fonte: Academia de Polícia Militar (Pesquisa Tese de Doutorado PUC/SP).

[...] Achei os professores muito bons, o ensino também. Durante o curso temos lições de vida, experiências, porém o tempo é muito curto, ou seja, é corrido demais. Muitas matérias são jogadas de uma vez prejudicando a assimilação. Eu tive que me dedicar bastante, tanto que no final colhi bons frutos. Infelizmente alguns colegas foram desligados porque não tinham tempo para estudar, ou mesmo não souberam administrar o tempo [...] (Policia! Militar, 24 anos, sexo masculino, aluno do Curso de Formaça!o de Oficiais).

[...] Avalio o curso como ruim, porque o que aprendemos nele s!o ensinamentos que n!o ser!o empregados no dia a dia, algumas disciplinas como direitos humanos nos ensina a valorizar o ser humano e respeitar as diversidades, mas a realidade ! diferente [...] (Policia! Militar, 38 anos, sexo masculino, aluno do Curso de Habilitaça!o de Sargentos).

[...] Aprendi muito sobre disciplina e hierarquia, sobre respeitar e ser respeitado. Avalio o curso como bom. Para mim est! fazendo toda diferen!a na vida. Sei que irei levar estes conhecimentos para onde quer que eu v! [...] (Policia! Militar, 26 anos, sexo feminino, aluna do Curso de Formaça!o de Soldados).

A Tabela 12 apresenta as principais dificuldades encontradas pelos (as) alunos (as) durante sua formaça!o. Entre os (as) entrevistados (as) do CFO, 94% mencionaram o fator tempo como o principal empecilho. Apenas 3% dos (as) alunos (as) do CFO apontaram as aulas te!ricas e pr!ticas realizadas na Academia; e 3% relataram ter dificuldade com relaça!o ! hierarquia.

[...] Penso que poder!amos ter mais tempo para estudar se o tempo do curso fosse ampliado para quatro anos, assim n!o seria t!o corrido. Muitas vezes falta tempo para nos dedicarmos melhor [...] (Policia! Militar, 26 anos, sexo feminino, aluna do Curso de Formaça!o de Oficiais).

[...] Acho que a pr!pria rigidez da disciplina, que exige muito de n!s e o excesso de servi!os dentro e fora do !mbito da Academia atrapalham um pouco o desempenho, mas conseguimos superar isso [...] (Policia! Militar, 25 anos, sexo feminino, aluna do Curso de Formaça!o de Oficiais).

Tabela 12 - Principais dificuldades encontradas durante a formação (N=100).

Curso	Tempo		Teoria x prática		Hierarquia		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
CFO	28	94%	1	3%	1	3%	30	100
CHS	28	80%	6	17%	1	3%	35	100
CFSd	31	89%	4	11%	-	-	35	100

Fonte: Academia de Polícia Militar (Pesquisa Tese de Doutorado PUC/SP).

Entre os (as) alunos (as) do CHS, 80% apontaram a falta de tempo e 17% mencionaram as disciplinas teóricas e práticas (Tabela 12). Apesar de poucos (3%) apontarem a disciplina e hierarquia como dificuldades para realização do curso, um relato chamou atenção:

[...] Durante o curso muitos alunos oficiais ficam dando ordens para nós, muitas vezes isso ocorre quase na hora da saída. Sempre procuram algo de errado para nos punir. Penso que existe excesso de hierarquia, o que é bem diferente do dia a dia nos batalhões. São realidades diferentes [...] (PoliciaI Militar, 40 anos, sexo masculino, aluno do Curso de Habilitação de Sargentos).

A maioria dos (as) alunos (as) do CFSd (89%) respondeu que o tempo foi a maior dificuldade apresentada e 11% disseram que as aulas teóricas e práticas foram os maiores obstáculos para a realização do curso. Nenhum (a) aluno (a) respondeu ter dificuldade com a hierarquia (Tabela 12). Cabe salientar que muitas vezes de acordo com o relato dos (as) alunos (as) as aulas teóricas são realizadas logo após as aulas práticas, o que gera certo desconforto.

[...] Chegamos na Academia bem cedo, por volta das 05:45 da manhã, muitas vezes exaustos, porque muitos moram longe e tem dificuldades para chegar em casa. Falta tempo para estudar e ainda dar conta da vida privada [...] (PoliciaI Militar, 23 anos, sexo feminino, aluna do Curso de Formação de Soldados).

Na avaliação das disciplinas de Direitos Humanos e Abordagem Sociopsicológica do Crime e da Violência (disciplinas inseridas na grade pela SENASP), que tratam diretamente da temática da violência policial em relação à população civil, cerca de 71% dos homens julgaram como muito importantes, 26% como importantes e apenas 3% acreditam que esta disciplina não faz a diferença para a sua formação (Tabela 13).

Tabela 13 - Avaliação das disciplinas de Direitos Humanos e Abordagem Sócio-psicológica do Crime (N=100).

Sexo	Muito importante		Importante		Não faz diferença		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Homens	52	71%	19	26%	2	3%	73	100
Mulheres	16	59%	8	30%	3	11%	27	100

Fonte: Academia de Polícia Militar (Pesquisa Tese de Doutorado PUC/SP).

[...] Olha, o que é cursado aqui na Academia, como direi (pausa) foge um pouco dos conceitos da sociedade. Aqui existem conceitos que lá fora não existem, como por exemplo, os princípios da ONU. A gente encontra lá fora uma polícia que a sociedade não gosta, isso é visível, ela espera por uma polícia repressora, a sociedade espera que a polícia cheque dando “porrada”, de modo totalmente violenta para resolver qualquer questão. Como já havia falado muitas coisas estão mudando desde a CF/88, mas isso não ocorre rapidamente. A sociedade ainda pensa que a polícia é repressora [...] (Policial Militar, 23 anos, sexo masculino, Curso de Formação de Soldados).

Entre as mulheres, 59% acreditam ser muito importante, 30% acreditam ser importante e 11% acreditam que cursar essas disciplinas não faz diferença na sua formação (Tabela 13).

[...] Avalio como muito importantes para a formação dos novos policiais. Isso daqui a alguns anos fará toda a diferença nas novas políticas de segurança que tem como base os direitos humanos. Para nós então, futuros oficiais, mais importante ainda, porque caberá a nós preservar estes ensinamentos [...] (Policial Militar, 22 anos, sexo feminino, aluna do Curso de Formação de Oficiais).

Dentre os relatos que mais impressionaram estão os dos policiais mais antigos que puderam perceber as mudanças sociais e as mudanças na própria organização policial nos últimos anos. Muitos ainda não conseguem perceber as diferenças por estarem inseridos em locais de extrema violência como poderemos perceber abaixo.

[...] A PM mudou bastante, no meu tempo era bomba de gás e ordem unida o dia inteiro, éramos preparados para a guerra. Hoje em dia temos mais tempo para estudar e nos inteiramos dos problemas sociais [...] (Policial Militar, 45 anos, sexo masculino, aluno do Curso de Habilitação de Sargentos).

Quando perguntados sobre haver diferença entre o que é ensinado na teoria e a prática diária, no CFO 83% dos (as) alunos (as) responderam que há diferença entre o que é ensinado e a prática policial e 17% disseram não haver diferença. Tanto no CHS quanto no CFSd os (as) alunos (as) foram unânimes (100%) ao responder que há diferença entre o que é ensinado e o que é praticado. Essa questão fica mais perceptível na segunda parte da pesquisa onde poderemos confirmar o que seria aqui apenas uma impressão inicial dos (as) alunos (as) (Tabela 14).

Tabela 14 - Diferença entre o que é ensinado na teoria e a prática diária (N=100).

Curso	Sim		Não		Total	
	N	%	N	%	N	%
CFO	25	83%	5	17%	30	100
CHS	35	100%	-	-	35	100
CFSd	35	100%	-	-	35	100

Fonte: Academia de Polícia Militar (Pesquisa Tese de Doutorado PUC/SP).

Na Tabela 15 podemos observar as opiniões dos homens e das mulheres quanto ao militarismo na PM; 84% dos homens responderam que é bom, 9% bom com restrições e 7% disseram que é ruim para a PM. Entre as mulheres 78% acham que o militarismo é bom, 11% acreditam ser bom, mas com restrições, e 11% acham o militarismo ruim.

Tabela 15 - Opinião sobre o militarismo na PM (N=100).

Sexo	Bom		Bom com restrições		Ruim		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Homens	61	84%	7	9%	5	7%	73	100
Mulheres	21	78%	3	11%	3	11%	27	100

Fonte: Academia de Polícia Militar (Pesquisa Tese de Doutorado PUC/SP).

[...] Acho que a resposta é sim. Afinal eu prestei concurso para PM (risos) se eu não quisesse ser militar faria prova para a Polícia Civil, eu gosto muito do militarismo, acho essencial na PM [...] (PoliciaI Militar, 24 anos, sexo masculino, aluno do Curso de Formação de Soldados).

[...] O militarismo dentro da PM é bom, aliás, ele é ótimo, porque conseguimos manter o respeito, pois um lugar que não há respeito à disciplina e à hierarquia não funciona bem. Isso ocorre nas grandes empresas, muitas vezes e as regulamentações são muito mais rígidas. A hierarquia também ocorre em várias repartições públicas. Hoje o que vemos é um completo desrespeito pelos professores, na época da ditadura isso não acontecia com frequência [...] (PoliciaI Militar, 33 anos, sexo feminino, aluna do Curso de Habilitação de Sargentos).

Quando abordamos o militarismo é necessário voltar a atenção ao problema da dinâmica da ação policial que tende a considerar apenas a característica militar da instituição e exclui (ou até mesmo ignora) de sua análise a existência de variáveis institucionais relacionadas às estratégias que objetivam aprimorar o desempenho policial no contato com o público. Este contato requer do policial conhecimento de táticas e técnicas operacionais, a fim de que o procedimento adotado esteja dentro dos parâmetros legais, salientando que esse encontro se processa num ambiente de micro dimensão de poder, onde a decisão de como agir é exclusiva do policial (PINC, 2006, pp.22).

Percebemos, em alguns relatos, que há mudança de postura de acordo com o contexto em que o policial está envolvido. Se por um lado ele é beneficiado no que tange à ordem e à hierarquia, por outro fica desgostoso com situações onde se vê obrigado a obedecer, mesmo sabendo que está com a razão.

[..] No início eu achava legal, mas com o tempo eu fui percebendo que muitos superiores usavam a sua patente para que a “verdade dele” prevalecesse sobre os demais. Quando o militarismo é usado assim não é bem-vindo. [...] (Policial Militar 33 anos, sexo feminino, aluna do Curso de Habilitação de Sargentos).

Sobre a desmilitarização da PM, 85% dos homens responderam ser a favor e 15% contra. Entre as mulheres, 93% responderam ser a favor e apenas 7% contra a desmilitarização da PM (Tabela 16).

[...] Acho necessária a desmilitarização na PM, pois assim ela se tornará mais eficiente e mais descentralizada. Hoje temos muitas dificuldades administrativas por conta da cadeia de comando que é imensa. [...] (Policial Militar, 37 anos, sexo masculino, aluno do Curso de Habilitação de Sargentos).

[...] Não acho viável a desmilitarização da PM porque sem princípios de hierarquia de disciplina o comportamento da tropa estaria comprometido. A PM já funciona como uma grande empresa, o coronel que comanda seria o diretor geral e é assessorado por outros coronéis que ajudam a planejar e coordenar a Instituição e são cobrados assim como também acontece em outras instituições [...] (Policial Militar, 22 anos, sexo masculino, aluno do Curso de Formação de Oficiais).

Tabela 16 - Opinião sobre desmilitarização da PM (N=100).

Sexo	A favor		Contra		Total	
	N	%	N	%	N	%
Homens	62	85%	11	15%	73	100
Mulheres	25	93%	2	7%	27	100

Fonte: Academia de Polícia Militar (Pesquisa Tese de Doutorado PUC/SP).

No caso da desmilitarização da PM, o que mais foi apontado para que a resposta fosse a favor da desmilitarização, sem dúvida, foi a correlação do regulamento disciplinar da PM com o Exército. Muitos policiais militares julgam o Código Penal Militar como rigoroso demais e acreditam que deveriam ter direito constitucional à greve. Outro fator apontado diz respeito à centralização das ordens, o que implica em uma burocracia desnecessária dentro da organização.

Porém, a grande maioria admite que os princípios da disciplina e da hierarquia devem permanecer e devem ser aplicados a exemplo da Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal.

[...] Acho que a desmilitarização poderá trazer benefícios como a unificação da Polícia Civil e Militar e assim melhorar nossas carreiras e salários[...] (Policia Militar 24 anos, sexo feminino, aluno do Curso de Formação de Soldados).

Analisando as respostas por curso na Tabela 17 podemos observar que as opiniões são parecidas, sendo que 87% dos (as) alunos (as) do CFO são a favor e 13% contra, ao passo que no CHS, 89% dos (as) alunos (as) são a favor e 11% contra. Finalmente, no CFSd 86% são a favor e 14% contra a desmilitarização da PM.

Tabela 17 - Opinião sobre desmilitarização da PM em relação ao curso (N=100).

Curso	A favor		Contra		Total	
	N	%	N	%	N	%
CFO	26	87%	4	13%	30	100
CHS	31	89%	4	11%	35	100
CFSd	30	86%	5	14%	35	100

Fonte: Academia de Polícia Militar (Pesquisa Tese de Doutorado PUC/SP).

Sobre as perspectivas em relação à carreira, 73% dos homens pretendem desenvolver suas habilidades, 22% anseiam chegar ao topo da carreira e 5% pretendem mudar para melhor, ou seja, melhorar o salário (Tabela 18).

[...] Penso que todos têm a oportunidade de melhorar dentro da Corporação, mas para isso é necessário esforço e dedicação. Comecei como soldado e hoje, como aluno oficial minha expectativa salarial é bem melhor. (Policia Militar, 26 anos, sexo masculino, aluno do Curso de Formação de Oficiais).

Entre as mulheres, 92% responderem que pretendem desenvolver suas habilidades e 8% disseram que querem melhores salários. Apesar de algumas terem entrado no curso pela vocação, estranhamente nenhuma delas respondeu que gostaria de chegar ao topo da carreira, que na PM é a patente de Coronel (Tabela 18).

[...] Espero ajudar as pessoas e desenvolver minhas habilidades profissionais para que a sociedade reconheça nosso árduo trabalho e não tenha mais preconceitos para que possamos agir em conjunto [...] (Policia Militar, 26 anos, sexo feminino, aluna do Curso de Formação de Oficiais).

Tabela 18 - Perspectivas sobre a carreira (N=100).

Sexo	Desenvolver habilidades		Chegar ao topo		Mudar para melhor		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Homens	53	73%	16	22%	4	5%	73	100
Mulheres	25	92%	-	-	2	8%	27	100

Fonte: Academia de Polícia Militar (Pesquisa Tese de Doutorado PUC/SP).

As perspectivas em relação ao curso de formação diferem entre si. No CFO, 50% dos (as) alunos (as) pretendem desenvolver suas habilidades e os outros 50% anseiam chegar ao topo da carreira. No CHS, 86% dos (as) alunos (as) pretendem desenvolver habilidades e 14% pretendem melhorar o salário. No CFSd, 93% dos (as) alunos (as) pretendem desenvolver suas habilidades e 7% almejam melhores salários (Tabela 19).

Tabela 19 - Perspectivas sobre a carreira em relação ao curso (N=100).

Curso	Desenvolver habilidades		Chegar ao topo		Mudar para melhor		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
CFO	15	50%	15	50%	-	-	30	100
CHS	30	86%	-	-	5	14%	35	100
CFSd	32	93%	-	-	3	7%	35	100

Fonte: Academia de Polícia Militar (Pesquisa Tese de Doutorado PUC/SP).

[...] Eu espero que o governo abra concurso para o oficialato em breve, pois há muito tempo espero por isso e assim galgar postos superiores [...] (Policia Militar, 23 anos, sexo masculino, aluno do Curso de Formação de Soldados).

Podemos observar que, em relação aos cursos, a maior expectativa em torno do desenvolvimento das habilidades está no CFSd, seguido pelo CHS. Isso se deve à média de idade dos (as) alunos (as), que no Curso de Formação de Soldados contam com menos de 26 anos de idade e passarão em média de 30 a 35 anos na polícia. Observamos, também, que 50% dos oficiais querem naturalmente chegar ao topo da carreira.

[...] Meu sonho sempre foi ser uma oficial, porém ainda não foi possível, mas estou feliz em ter conseguido entrar para a PM para ser soldado. Sei que preciso estudar muito para passar no próximo concurso para o CFO e vou me preparar. [...] (Policia Militar 22 anos, sexo feminino, aluna do Curso de Formação de Soldados).

Sobre as áreas de interesse acadêmico, entre os homens, 67% responderam que se interessam pelo Direito, 25% pela Administração e 13% por diferentes cursos como: Educação Física, História, Ciências Sociais e Segurança Pública (Tabela 20).

[...] Pretendo estudar Administração e Direito, pois toda empresa precisa de um bom administrador. Pretendo ainda realizar uma pós-graduação em Segurança Pública [...] (Policial Militar, 23 anos, sexo masculino, aluno do Curso de Formação de Oficiais).

[...] Acho que a área do Direito tem tudo a ver com a PM, por isso estou terminando meu curso que irá me ajudar futuramente nas minhas promoções[...] (Policial Militar, 35 anos, sexo masculino, aluno do Curso de Habilitação para Sargentos).

Entre as mulheres, 81% responderam que se interessam pela área do Direito e 19% citaram outros cursos como: Pedagogia, Psicologia, Serviço Social, Fisioterapia e Engenharia (Tabela 20).

[...] Eu estava no sétimo período de Engenharia do Instituto Federal. Tranquei para realizar o curso de formação de soldados. Agora pretendo terminá-lo [...] (Policial Militar, 26 anos, sexo feminino, aluna do Curso de Formação de Soldados).

Atualmente, grande parte dos policiais militares do Espírito Santo frequenta Instituições de Ensino Superior. São várias motivações que vão desde a busca pela ascensão profissional dentro da PM até a busca por outras profissões mais rentáveis. A procura pela profissão de Policial Militar ainda tem sido muito grande e disputada.

Tabela 20 - Áreas de interesse acadêmico (N=100).

Sexo	Direito		Administração		Outros cursos		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Homens	45	62%	18	25%	10	13%	73	100
Mulheres	22	81%	-	-	5	19%	27	100

Fonte: Academia de Polícia Militar (Pesquisa Tese de Doutorado PUC/SP).

Em relação ao plano de carreira e aos salários, 47% dos (as) alunos (as) do CFO, 40% do CHS e 57% do CFSd responderam ser ruim. Acreditam que precisa melhorar 47% do CFO, 60% do CHS e 43% do CFSd. Apenas 6% dos alunos do CFO responderam que o plano de carreira e salários são bons (Tabela 21).

[...] Acho ruim, se não estou enganada é o segundo pior do país, então acho que isso tem que melhorar, pois nosso trabalho deveria ser mais valorizado. O próprio governo nos desvaloriza enquanto outras profissões são supervalorizadas [...] (Policial Militar, 33 anos, sexo feminino, aluna do Curso de Habilitação para Sargentos).

[...] Carece muito porque é o menor entre as polícias militares do Brasil. Fazemos muito para ganhar pouco, temos hora para entrar, mas não temos horário para sair. Espero que nossas reivindicações sejam atendidas, pois existe muita gente na tropa insatisfeita [...] (Policial Militar, 36 anos, sexo masculino, aluno do Curso de Habilitação para Sargentos,)

[...] Entrei na PM buscando estabilidade financeira, mas eu sei que o salário é baixo e que seu quiser terei que batalhar para conseguir melhores condições. [...] (Policial Militar, 23 anos, sexo masculino, aluno do Curso de Formação de Soldados).

Tabela 21 - Opinião sobre plano de carreira e salários (N=100).

Curso	Ruim		Precisa melhorar		Bom		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
CFO	14	47%	14	47%	2	6%	30	100
CHS	14	40%	21	60%	-	-	35	100
CFSD	20	57%	15	43%	-	-	35	100

Fonte: Academia de Polícia Militar (Pesquisa Tese de Doutorado PUC/SP).

Podemos concluir na primeira etapa da pesquisa que há diferenças de opiniões que variam de acordo com os cursos de formação e o perfil dos entrevistados. As respostas mais detalhadas foram respondidas pelos (as) alunos (as) do Curso de Formação de Oficiais. Podemos concluir, também, que as respostas foram muito mais elaboradas uma vez que os (as) referidos (as) alunos (as) serão responsáveis pelo destino da Corporação.

Em relação às respostas dos (as) alunos (as) do Curso de Habilitação para Sargentos, percebe-se que existe certa influência política, mesmo que velada aos olhos do comando, que atua diretamente nas questões salariais e no plano de carreira. Trata-se de uma tropa mais crítica, com objetivos bem definidos.

Quanto às respostas dos (as) alunos (as) do Curso de Formação de Soldados pudemos perceber que há uma enorme expectativa em relação à carreira e aos salários. Muitos buscaram a estabilidade profissional e o tempo irá determinar se a escolha foi correta.

A segunda etapa da pesquisa foi realizada após um ano da formação dos policiais militares e teve como objetivo comparar determinadas respostas que estão diretamente ligadas ao contexto comportamental dentro do contexto profissional estudado e confrontam diretamente a teoria estudada com a prática diária.

Sabemos que existe uma linha tênue entre a teoria que é ensinada na formação e a prática policial exercida nas ruas diariamente. Muitas vezes o policial militar vê-se obrigado a tomar decisões rápidas tendo em vista as circunstâncias as quais ele poderá estar envolvido. Os policiais militares são submetidos, diariamente, às mais variadas ocorrências que vão desde as mais simples - como desentendimentos familiares - até as mais complexas, onde se faz necessário um bom preparo sociológico e psicológico - como aquelas que resultam em mortes violentas e cenários desoladores ou mesmo tentativas de homicídios e de suicídios. O policial militar vai de um extremo a outro em questão de horas.

Na sua tese de doutorado intitulada “O ser policial é sobre tudo, uma razão de ser”, Jacqueline Muniz (1999, pp.156) retrata esse cenário:

[...] Do rico e inesgotável mundo policial tem algo que particularmente intriga a nossa imaginação. Refiro-me a um tipo de conhecimento peculiar esculpido nas ruas das cidades e que tem, de longa data, inspirado a sensibilidade de escritores, roteiristas, cineastas e pesquisadores. As ficções, as novelas e os filmes policiais retiram a sua matéria-prima desse curioso saber, ora enunciado em uma versão romântica e dramática, ora caricaturado através de ações heroicas espetaculares [...]

Sendo assim, foram elaboradas algumas perguntas para corroborar a hipótese inicial de que haveria diferença no padrão comportamental do policial militar após sua formação. Também era necessário saber se o projeto pedagógico dos cursos de formação e habilitação seria suficiente para mudar a conduta do policial nas ruas, na medida em que ele passa a ser influenciado pelas tomadas de decisão baseadas na individualidade e nos grupos aos quais ele está inserido. Conhecer a Polícia Militar sob a ótica do próprio ator torna-se importante na pesquisa, uma vez que passamos a conhecer aspectos da sua subjetividade que passam despercebidos, entre eles a interação do policial militar dentro do seu próprio meio.

Foi perguntado aos policiais, um ano após sua formação, sobre a imagem da PM junto à comunidade. Podemos observar que 70% dos policiais avaliaram como negativa a imagem da PM junto à comunidade e 30% responderam que essa imagem precisa melhorar (Tabela 22).

Tabela 22 - Avaliação da imagem da PM junto à comunidade. Pós-formação (N=50).

	Negativa		Positiva		Precisa melhorar		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Pós-formação	35	70%	-	-	15	30%	50	100

Fonte: Academia de Polícia Militar (Pesquisa Tese de Doutorado PUC/SP).

[...] Isso depende muito do local de policiamento. Minha modalidade de trabalho é na área de risco, os morros, e lá é diferente de uma Praia do Canto²⁴ ou Jardim da Penha. Nos morros, as pessoas não são lá muito “colaboradores com a polícia”, muitas vezes eles tentam nos atrapalhar no policiamento [...] (Policia! Militar, 24 anos, sexo masculino, egresso do Curso de Formaça!o de Oficiais, com um ano do policiamento ostensivo).

Nota-se que, durante sua formaça!o, o policia! militar ainda n!o possui uma dimens!o real da imagem que a comunidade possui da Corporaça!o. Boa parte da tropa da PM é constituída de soldados e cabos com menos de dez anos de profiss!o, ou seja, parte integrante de tropa ainda passa por adaptaça!o.

[...] Hoje existe um sentimento de abandono por parte da sociedade que n!o liga para a Polí!ia e nem para o policia!, só liga para o servi!o que ele executa. E isso acaba trazendo um sentimento que o policia! é ineficaz de prestar um bom servi!o à comunidade [...] (Policia! Militar, 26 anos, sexo feminino, egresso, com um ano de formaça!o do policiamento ostensivo).

Como define Muniz (1999), este tipo de percepça!o negativa em relaça!o à policia! encontrou solo fértil nas distorç!es e nos equívocos produzidos pelas recentes políticas de seguran!a pública adotadas no Estado do Rio de Janeiro, que refletem nas políticas adotadas em outros estados da federaça!o, como o Espírito Santo. Estas distorç!es têm se alimentado na própria cultura institucional da PM, que prioriza e cobra as obrigaç!es militares do policia! em detrimento dos seus direitos civis.

Perguntados sobre a violênc!a que a PM exerce sobre a populaça!o, 60% dos entrevistados disseram que a PM é violenta e 30% responderam que isso depende das circunst!ncias às quais o policia! estiver envolvido (Tabela 23).

[...] Se a guarniça!o for recebida a tiros só cabe responder à altura. Temos o direito de nos defender como qualquer outro cidad!o [...] (Policia! Militar, 29 anos, sexo masculino, egresso que atua no Policiamento Ostensivo há um ano).

Tabela 23 - Opini!o sobre a violênc!a na PM. Pós-formaça!o (N=50).

	Sim		N!o		Depende		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Pós-formaça!o	30	60	5	10	15	30	50	100

Fonte: Academia de Polí!ia Militar (Pesquisa Tese de Doutorado PUC/SP).

²⁴ Bairro nobre da cidade de Vitória.

Para Oliveira Jr. (2008, pp. 13), a produção acadêmica sobre a letalidade da ação policial foi fortemente influenciada pela recente história política do país. A associação entre a retomada do regime democrático, nos meados da década de oitenta, com a não-conversão automática do padrão de letalidade da ação policial, ao nível característico das democracias consolidadas, levou a grande maioria dos trabalhos sobre o tema a identificar a letalidade como um instrumento de resistência dos grupos sociais conservadores à nova ordem política.

A seguir, alguns relatos que indicam as representações sociais que os policiais militares enxergam na sociedade.

[...] Quando se fala em Instituição, não podemos generalizar, sei que existem policiais que sofrem de estresse e alguns que praticam policiamento violento. Não que neste caso o policial seja violento, ele pode ter se tornado violento devido ao grande estresse ao qual ele é submetido no dia a dia, como cobranças, pressão, ou mesmo no caso onde o suspeito resiste à detenção [...] (Policial Militar, 23 anos, sexo masculino, atua há um ano no Policiamento Ostensivo).

Doze meses após a formação, as respostas dos entrevistados mudaram significativamente: 30% avaliaram o militarismo como “bom”, 20% “bom com restrições” e 50% como “ruim”, como podemos observar na Tabela 24.

[...] Penso que o militarismo deveria acabar, pois só serve para garantir que algumas leis injustas sejam cumpridas. Estamos vendo muitos companheiros sendo presos e expulsos injustamente [...] (Policial Militar, 28 anos, sexo masculino, Policiamento Ostensivo).

Tabela 24 - Opinião sobre o militarismo na PM. Pós-formação (N=50).

	Bom		Bom com restrições		Ruim		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Pós-formação	15	30%	10	20%	25	50%	50	100

Fonte: Academia de Polícia Militar (Pesquisa Tese de Doutorado PUC/SP).

Um fator que pode ter contribuído para a mudança de opiniões sobre o militarismo dentro da PM está substancialmente ligado à greve de 2017. Até então a aplicação de penalidades mais simples do Regulamento Disciplinar e do Código Penal Militar, como atrasos, faltas ao serviço sem justificativa, entre outras, eram as mais comuns. Com o passar dos dias e com o agravamento da greve, o governo endureceu as medidas punitivas conforme previsto no Constituição Federal que proíbe a greve de militares. Os policiais militares passaram a conviver com denúncias de deserção, abandono de posto, desobediência e detenções que levaram a inquéritos e exclusões ao bem da disciplina.

[...] Todos tem direito à greve, estamos sendo impedidos de entrar ou de deixar os quartéis, assim mesmo estamos sendo punidos pelos comandantes. Neste caso específico o militarismo não nos beneficiou em nada [...] (Policia Militar, 38 anos, sexo masculino, Policiamento Ostensivo).

Quando perguntado novamente aos policiais militares - agora no exercício da profissão - se existe diferença entre o que é ensinado e o que é praticado, as respostas foram bem distintas em relação à primeira vez. Anteriormente, 100% dos entrevistados (CHS e CFSd) tinham respondido que não havia diferença entre o que era ensinado e o que era praticado. Após um ano, 70% dos entrevistados responderam que sim: existe diferença entre teoria e prática; e 30% responderam que não (Tabela 25). É preciso considerar, no entanto, que muitos ainda não tinham tido contato com a população.

[...] Eu acho que a teoria é muito bonita, mas a prática é bem diferente. Direitos Humanos parece que puxa a corda apenas para um lado. Não beneficia a nós, da segurança pública. Então a repercussão dos Direitos Humanos quando alguém está em confronto com a PM é bem diferente de quando um PM é morto por marginais [...] (Policia Militar, 40 anos, sexo masculino, Curso de Habilitação de Sargentos).

Tabela 25 - Diferença entre teoria e prática diária. Pós-formação (N=50).

	Sim		Não		Total	
	N	%	N	%	N	%
Pós-formação	35	70%	15	30%	50	100

Fonte: Academia de Polícia Militar (Pesquisa Tese de Doutorado PUC/SP).

Podemos observar que a natureza da atividade policial apresenta um fator dicotômico. Embora a polícia tenha a responsabilidade de controlar o crime, os policiais investem a maior parte do tempo de sua atividade no atendimento de ocorrências não criminais, ou seja, em encontros com cidadãos que solicitaram o apoio da polícia para solucionar os problemas que eles próprios não foram capazes de resolver (SCURO NETO, 2010).

[...] (risos) bem diferente, aqui na rua a realidade é outra, você tem pouquíssimo tempo para a tomada de decisão. Muitos companheiros ainda não experimentaram o que é o policiamento ostensivo. Saíram da formação e foram direto para os serviços burocráticos, assim fica fácil de dizer que funciona [...] (Policia Militar, 27 anos, sexo masculino, Policiamento Ostensivo).

Em relação ao militarismo na PM, 90% dos policiais com um ano de profissão responderam que são a favor da desmilitarização e apenas 10% são contra a desmilitarização da PM como podemos observar na Tabela 26.

[...] Penso que deveríamos desmilitarizar a PM, porém isso deveria ser feito com responsabilidade. A unificação também seria uma saída muito inteligente, pois assim teríamos apenas uma administração [...] (Policial Militar, 30 anos, sexo masculino, Policiamento Ostensivo).

Tabela 26 - Opinião sobre desmilitarização da PM. Pós- formação (N=50).

	A favor		Contra		Total	
	N	%	N	%	N	%
Pós- formação	45	90%	5	10%	50	100

Fonte: Academia de Polícia Militar (Pesquisa Tese de Doutorado PUC/SP).

Quando perguntados quem ou o que influencia o comportamento profissional, 26% dos policiais disseram que o Comandante influencia diretamente o comportamento profissional durante seu exercício profissional na PM (Tabela 27).

[...] Fui treinado para ser comandante, porém eu tenho consciência que muitos dos meus subordinados seguem o que os policiais mais velhos orientam, muitas vezes as orientações são bem diferentes daquelas que nós desejamos [...] (Policial Militar, 29 anos, sexo masculino, Policiamento Ostensivo).

Também relataram que os colegas têm forte influência sobre seu exercício profissional (44% dos entrevistados) e 30% responderam que o que influencia o seu exercício profissional é o treinamento recebido (Tabela 27).

[...] Quando se é novo em uma guarnição segue-se fielmente o que é dito pelos mais antigos. Temos que ter essa confiança, pois estabelecemos laços de trabalho que implicam em nossa sobrevivência em situações extremas como a troca de tiros com os bandidos. Forma-se uma irmandade [...] (Policial Militar, 27 anos, sexo masculino, Policiamento Ostensivo).

[...] O treinamento ensina o básico, mas é na rua com os companheiros mais antigos que aprendemos a trabalhar e aprender as “manhas” da PM. (Policial Militar, 25 anos, Policiamento Ostensivo)

Tabela 27 - Fatores que influenciam o policial militar no exercício profissional. Pós- formação (N=50).

	Comandante		Colegas de trabalho		Treinamento		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Pós- formação	13	26%	22	44%	15	30%	50	100%

Fonte: Academia de Polícia Militar (Pesquisa Tese de Doutorado PUC/SP).

Uma das questões levantadas foi se o policial militar apresentaria ou não mudança de comportamento após seu período de formação em contato com a sociedade e, em caso afirmativo, quais seriam os fatores determinantes.

Um desses fatores está nos laços de afetividade que são criados ao longo da carreira, uma espécie de irmandade que irá influenciar as decisões dos novos policiais que farão parte das guarnições dos Batalhões.

[...] Existem bons e maus companheiros de trabalho, cabe a você descobrir quem são eles e afastar de você aqueles que podem prejudicar a sua carreira dentro da polícia. Em menos de um ano eu já presenciei algumas situações que não concordo, porém não falei nada com medo de ser reprimido. Quando isso acontece pedimos transferência da Unidade ou da guarnição que estamos trabalhando[...] (Policial Militar, 28 anos, sexo masculino, Policiamento Ostensivo).

Através dos relatos da segunda parte da pesquisa, podemos concluir que há diferença entre o que é ensinado na Academia de Polícia Militar e o que é praticado no cotidiano do policial militar. Podemos observar que a Teoria das Representações Sociais uma vez empregada como análise descritiva mostra a realidade de um fenômeno em que as situações descritas nos depoimentos não ocorrem dolosamente por parte dos atores envolvidos e sim com força ocasional. Portanto, há necessidade de um estudo contínuo para compreendermos os policiais militares a partir da sua realidade e de como ela atua no seu campo de ação. Necessitamos de adequação às situações reais às quais os policiais militares são submetidos.

Frequentemente, opiniões para melhorar a Polícia Militar têm sido somadas a princípios de padrões profissionais, muitas vezes paradoxais, sem que se apresente uma ampla discussão das qualidades internas e externas para superar o padrão profissional atuante. Para a prática bem-sucedida de uma nova modelagem de polícia profissional que seja mais adequada à realidade brasileira e, conseqüentemente, à realidade capixaba, faz-se necessário buscar metas tangíveis para que as condutas sejam lapidadas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese de doutorado teve como objetivo traçar um perfil dos policiais militares do Espírito Santo através da análise do contexto histórico, social e político, considerando o percurso de formação das polícias militares no Brasil desde o império até os dias atuais.

A Polícia Militar brasileira teve sua criação e padrões de atuação determinados pela Coroa Portuguesa e ganhou identidade própria com a chegada da Família Real e a criação da Guarda Nacional. Desde então, passou por diferentes modelos (franceses, ingleses e estadunidenses) e por inúmeras transformações estruturais, culturais e políticas. Porém, desde sua formação, sempre esteve diretamente alinhada às Forças Armadas, sendo assim até os dias atuais.

Quando voltamos o olhar para a Polícia Militar do Espírito Santo, percebemos que a mesma passou por várias mudanças ao longo da história, desde seu início até as reformas determinadas pela Constituição de 1988. Sempre presente nos principais acontecimentos históricos, sua identidade se forjou em uma estrutura militarizada e seus policiais participaram dos principais acontecimentos do país - entre eles a Guerra do Paraguai e a Revolução de Canudos - até chegar ao Regime Militar.

Observamos que as principais mudanças na Polícia Militar do Espírito Santo só aconteceram a partir da Constituição de 1988, ainda que a mesma continuasse subordinada ao Exército Brasileiro como força auxiliar. No final da década de 80, ela procura inovar e implanta o Policiamento Comunitário e outros programas que supostamente ajudariam na diminuição da letalidade policial, como o Método Giraldi e outros programas sociais, entre eles o PROERD.

Analisando o histórico da Academia observamos que a formação da Polícia Militar do Espírito Santo passou por profundas transformações ao longo dos 185 anos de existência incorporando, a cada época, crenças e hábitos que eram tidos como verdadeiros.

Até o final dos anos 80, os respectivos cursos de formação profissional para os policiais apontavam para uma proeminência demasiada no domínio do crime, com táticas exclusivamente reativas da polícia, voltadas exclusivamente para o confronto, não objetivando atividades de prevenção.

A partir dos anos 90, a formação profissional nas academias de polícia passou a atender os aspectos normativos legais, preparando o policial militar para a relação direta com os cidadãos. Ao mesmo tempo, houve o preparo do policial para tratar de diferentes demandas e instâncias da população que não estavam circunscritas exclusivamente ao implemento da lei, mas que pronunciavam a conservação de ordem pública por meio de negociação e não somente no uso da força.

Podemos considerar que os fatores sociais e psicológicos são diretamente responsáveis pela conduta dos policiais no exercício profissional. Sendo assim, a sua identidade, a sua representação social e a sua construção da realidade são constituídas em uma colcha de retalhos repleta de relações que envolvem não apenas os policiais, mas suas vítimas e seus suspeitos; envolve, também, toda a sociedade, ou seja, um conjunto mais amplo de indivíduos, através do sentimento de insegurança.

Foi neste contexto que esta tese pesquisou as opiniões, os valores e as crenças dos policiais militares procurando apurar em que medida a formação da Academia permanece introjetada durante o tempo de exercício profissional.

As entrevistas com os alunos - durante o curso de formação e com os recém-formados após um ano de exercício - foram realizadas com o objetivo de avaliar os fatores políticos, sociais e psicológicos na determinação das atitudes e vivências dos policiais militares do Espírito Santo.

Com ênfase nos resultados das entrevistas pudemos comprovar a hipótese inicial de que os policiais não praticam nas ruas o que aprendem na Academia. Percebe-se que há lacunas na organização dos cursos de formação e na harmonia para a concretização dos cursos de aperfeiçoamento profissional ao longo da carreira do policial militar.

Com relação aos professores civis podemos presumir que há uma aprendizagem significativa por meio do processo de ensino aprendizagem, onde se criam as condições para que o aluno se aproprie do conhecimento e passe a refletir, de modo racional e emocional, sobre o objeto do conhecimento, tendo como direção a ser tomada nas diversas disciplinas a que evidencia o caráter do policial como cidadão qualificado.

A análise social e psicológica do comportamento coletivo e individual dos policiais militares apontou que há uma profunda relação entre um bom líder e o comportamento dos demais subordinados e que isso se intensifica em um ambiente hierarquizado.

Em contrapartida, uma questão que chamou atenção durante a pesquisa foi o fato de dois cursos de Formação, o CFO e o CFSd, e um curso de Habilitação estarem sendo ministrados na mesma época e na mesma Academia. Sob esta perspectiva, havia policiais militares com 10, 20 e até 25 anos de profissão em contato direto com alunos (as) ingressantes; e esse contato poderia estar influenciando (ou não) determinados comportamentos após o período de formação, fato esse que pudemos comprovar na pesquisa, quando alguns entrevistados responderam que os policiais mais antigos exerciam influência em seu trabalho.

A disciplina e a hierarquia são valores fortemente arraigados e que são repassados desde o início dos cursos de formação. Esses valores são incutidos diariamente nos alunos soldados, que acabam por reproduzi-los em suas falas e comportamentos. O espírito militar certamente é a pedra angular da Polícia Militar e os próprios policiais acreditam que ela assegura a formação de um profissional qualificado para melhor poder atender aos anseios da sociedade.

Apesar de haver um discurso da maioria dos (as) alunos (as) de que o processo de ensino vem se modificando com o passar do tempo, este discurso não é homogêneo e observam-se algumas falas e comportamentos paradoxais. Isto nos leva a pensar na necessidade de investirmos em mais estudos que envolvam uma melhor compreensão de toda a estrutura da Polícia Militar, pois mesmo passando por um treinamento rigoroso, os policiais militares ainda continuam a reproduzir condutas violentas nas ruas, muitas vezes motivados pelos policiais mais antigos da Corporação, como forma de resposta rápida às ocorrências na periferia da Grande Vitória.

Ainda que o estado do Espírito Santo tenha realizado diversos experimentos na área de desenvolvimento profissional da Polícia Militar ao longo das últimas décadas, não se atingiu os índices desejáveis na área de Segurança Pública. Porém, não podemos negar os esforços realizados como os projetos educacionais nas políticas de policiamento, entre eles o modelo de policiamento comunitário que trouxe alguns avanços.

No Brasil vem ocorrendo amplos debates acerca da profissão do Policial Militar, como também ocorreram debates sobre os padrões profissionais que possam permitir uma nova compreensão de como se fazer uma nova polícia, que seja capaz de agir de forma dinâmica e efetiva na direção dos preceitos da ordem pública e das políticas de segurança pública na atual conjuntura da sociedade brasileira, porém não alcançando os resultados desejados pela sociedade. Notamos, ainda, uma presença tímida das mulheres desde as patentes mais baixas até as mais altas, mas elas estão procurando a profissão cada vez mais pela vocação e pela estabilidade financeira.

É possível notar a aproximação ao modelo de polícia profissional que desejamos, o modelo novo, exclusivamente na metade da última década, em determinados estados do Brasil com destaques caracterizados e com determinadas fragilidades no sucesso das modificações no aparelhamento e no seu funcionamento, principalmente nas políticas salariais que ainda são causa frequente de queixas e greves por todo país como a ocorrida em 2017 no Espírito Santo, que trouxe graves consequências para toda a sociedade capixaba.

Diante do atual nível de desenvolvimento democrático do país e de como a política deve ser gerida de forma cada vez mais inclusiva, a segurança não pode ser vista como prerrogativa exclusiva de organizações específicas. Os problemas associados à segurança pública devem ser encarados de forma integrada diante da clara insuficiência das abordagens centradas apenas em aspectos técnicos.

Precisamos de policiais militares com características de proximidade com os cidadãos, com a clara compreensão dos aspectos psicossociais e conhecimento das condições específicas dos bairros aos quais eles estão inseridos e que tenham predisposição para ouvir os diagnósticos feitos pelos próprios moradores sobre as formas e graus de violência mais comuns.

Finalmente, é preciso que a polícia brasileira, especificamente a Polícia Militar do Espírito Santo descubra sua identidade e crie sua própria fórmula para a prevenção e combate ao crime, eficaz e eficiente, dentro de um sistema político de proteção, prevenção, punição e controle do crime, para que se crie uma ordem social que seja tolerada pela sociedade.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Violência, Controle Social e Cidadania: Dilemas da Administração da Justiça Criminal no Brasil. **Rev. Crítica de Ciências Sociais**, n. 41, p. 101-127, dez. 1994.

AZEVEDO, Erika Ferreira de. **O soldado policial militar e suas polícias: sua clientela e sua hierarquia**. 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, São Paulo, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-Estar da Pós Modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar 1998.

BAYLEY, David H.; SKOLNICK, Jerome H. **Nova polícia: inovações nas polícias de seis Cidades norte-americanas**. Tradução Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: USP, 2001.

BERGER, Peter, LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. 2. Ed. Dinal Livro, Lisboa 2006.

BICUDO, Hélio. A Unificação das polícias no Brasil. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 14, n. 40. p. 91-106, 2000.

BITTENCOURT, Matheus Boni. **As políticas de Insegurança: Da Scuderie Le Cocq às Masmorras do Novo Espírito Santo**. 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santos. Vitória, 2014.

BITTENCOURT, Matheus Boni. **A gestão punitiva da insegurança: criminalidade violenta e seletividade penal no século XXI**. Curitiba; Editora Prismas, 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Matriz Curricular Nacional Para a Formação em Segurança Pública**. Brasília: Ministério da Justiça, 2008. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

BRASIL. **Estado, instituições e democracia: República**. v. 1. Brasília: Ipea, 2010. 552 p.

CAMPOS, William Sérgio Antunes de Campos. **A guarda municipal no contexto da segurança pública integrada: Desafios e perspectivas no exercício funcional frente à demanda por segurança e proteção do cidadão**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Gestão Pública) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão, **Entre a lei e a ordem: violência e reforma na Polícia do Rio de Janeiro e Nova York**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004a.

COSTA, Márcia Regina da Costa. O Esquadrão da Morte em São Paulo. In: COSTA, Márcia Regina da Costa. CHAIA, Miguel, SILVA, Ana Amélia, (Orgs.). **Sociedade e Cultura e Política: Ensaio Críticos**. Educ., São Paulo 2004b.

DEMONER, Sonia Maria. **História da Polícia Militar do Espírito Santo 1835 – 1985**. Vitória (ES): Departamento de Imprensa Oficial, 1985.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Oficiais**. Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social. Polícia Militar do Espírito Santo, 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Diretoria de Direitos Humanos e Polícia Comunitária: História, Conquistas e Perspectivas**. Polícia Militar do Espírito Santo, 2014.

ESPÍRITO SANTO. Polícia Militar. **Decreto nº 2171**. Disponível em: <http://www.pm.es.gov.br/download/policiainterativa/Decreto_2171_1985.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2018.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Globo, 1997.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Ano 2, 2008, São Paulo, SP. Anuário. 2008. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/2_anuario_2008.pdf>. Acesso em: maio de 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma Sociedade Livre**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. (Série Polícia e Sociedade, n. 9).

GÓMEZ, José Maria. **Política e Democracia em Tempos de Globalização**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

GREENE, Jack R. **Administração do Trabalho Policial: Questões e Análises**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. (Série Polícia e Sociedade; n. 5).

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro: Repressão numa cidade do século XIX**. Tradução de Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

JAGUARIBE, Hélio. Política de clientela e política ideológica. **In: Digesto Econômico**, VI (68), julho, 1950, P. 41.

KANT DE LIMA, Roberto, MISSE, Michel; MIRANDA, Ana Paula Mendes. Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: Uma Bibliografia. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 50, p. 45-124, 2. semestre, 2000.

KARPINSKI, M. T. (2013). **Formação do Oficial da Polícia Militar do Paraná**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

LIBARDI, Saulo de Souza. **Polícia interativa: o futuro de uma ilusão**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da 163 Universidade de Vila Velha, Vila Velha, 2012.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos Metodológicos na Construção do Conhecimento Científico: A Pesquisa Bibliográfica. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 10, 2007.

LIRA, Pablo Silva. **Geografia do Crime e Arquitetura do Medo**. Uma análise dialética da Criminalidade Violenta e das Instâncias Urbanas. Vitória: Ed. GSA, 2014.

LOIOLA, Gelson. **Manual de História da Polícia Militar do Espírito Santo**. Compêndio para o CFSD/PMES. Vitória: DEIP/PMES, 2014.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **A política de colonização do Império**. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 1999.

MENANDRO, P. R., & SOUZA, L. (1996). O cidadão policial militar e sua visão da relação polícia-sociedade. **Psicologia USP**, 133-141.

MESQUITA NETO, P. (2011). **Ensaio Sobre Segurança Cidadã**. São Paulo: USP.

MONET, Jean-Claude. **Polícia e Sociedades na Europa**. Tradução de Mary Amazonas Leite Barros. 2. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Série Polícia e Sociedade, n. 3).

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia**: Sociologia da Força Pública. Tradução Mary Amazonas Leite Barros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. (Série Polícia e Sociedade; n. 10).

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigação em psicologia social. 7 ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2010.

MUNIZ, Jaqueline. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. 1999. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro.

NABUCO, Ary; VASCONCELOS, Fredi; PRIMI, Lilian. Por uma nova Polícia: Entrevista com o tenente coronel da reserva Adilson Paes de Souza. **Revista Especial Caros Amigos: Especial Violência Policial**. Editora Caros Amigos, Ano XVII, n. 66, 2013.

NEME, Cristina. **A Instituição policial na ordem democrática**: O caso da Polícia Militar do Estado de São Paulo. 1999. 107 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

OLIVEIRA JÚNIOR, Emmanuel Nunes de. **Letalidade da ação policial e teoria internacional**: análise integrada do sistema paulista de segurança pública. 2008. 110 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2008.

PEREIRA, José Dirceu, FILHO, Hélio Zanqueto, VASCONCELLOS, João Gualberto Moreira. Análise das Mudanças na Gestão da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES). In: ENCONTRO DA ANPAD, 33., São Paulo, 19 a 23 de setembro de 2009. **Anais...** São Paulo, 2009.

PIMENTEL, Gelson Lozer. **A Influência do Modelo de Gestão de Polícia Comunitária-Interativa na democratização da Polícia Militar do ES, na cidade de Vitória, entre 1994 A 2006**. 2008. 92 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2008.

PINC, Tânia Maria. **Treinamento Policial**: Um meio de difusão de Políticas Públicas que incidem na conduta individual do policial de rua. 247 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência, Crimes e Sistemas Policiais em Países de Novas Democracias. **Tempo Social: Revista Sociais**. USP. São Paulo, v. 9, p.43-52, maio. 1997.

REINER, Robert. **A Política da Polícia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

REIS, J. J. **Rebelião escrava no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RIBEIRO JÚNIOR, Humberto. **Encarceramento em massa e criminalização da pobreza no Espírito Santo**: as políticas penitenciárias e de segurança pública do governo de Paulo Hartung (2003-2010). Vitória: Cousa, 2012.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins; FALCON, Francisco José Calazans e NEVES, Margarida de Souza. **A Guarda Nacional no Rio de Janeiro 1831-1918**: Estudo das características histórico-sociais das instituições policiais brasileiras, militares e paramilitares, de suas origens até 1930. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 1981.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Violências na América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 8, jul/dez. 2002.

SCURO NETO, Pedro. **Sociologia Geral e Jurídica**: introdução ao estudo do direito, instituições jurídicas, evolução e controle social. 7. Ed. São Paulo: Saraiva 2010.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. (SENASP) Resolução n.1 de 15 de julho de 2009. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 ago. 2009. Seção 1, p. 74.

SHERMAN, Lawrence W. **Combatendo o crime: a polícia e o controle do crimell**. In TONRY, Michael e MORRIS, Norval (org). Policiamento moderno. São Paulo: Edusp, Núcleo de Estudos da Violência e Ford Foundation, 2003.

SKOLNICK, Jerome H; BAYLEY, David H. **Nova Polícia**: Inovações na Polícia de seis Cidades Norte-Americanas. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006a. (Série Polícia e Sociedade; n. 2).

SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David H. **Policiamento Comunitário**: Questões e Políticas através do mundo. Tradução de Ana Lúcia Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006b. (Série Polícia e Sociedade; n. 6).

SOARES, Luiz Eduardo. Segurança Pública; Presente e Passado. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 56, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Literatura Brasileira**. Seus Fundamentos Econômicos. São Paulo: Edições Cultura Brasileira S/A, 1979.

SOUSA, Reginaldo Canuto e MORAIS, Maria do Socorro Almeida. **Política e sociedade**: Uma análise da história da segurança pública brasileira. Jornada Internacional de Políticas 2011. < Disponível em>
<http://docplayer.com.br/docview/34/13142553/#file=/storage/34/13142553/13142553.pdf>

SOUZA JUNIOR, Edgard Antônio – **Considerações Sobre A Formação Jurídica Da Praça De Polícia Militar.** <Disponível em>
<http://docplayer.com.br/docview/54/34463856/#file=/storage/54/34463856/34463856.pdf>.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna:** Teoria social crítica na era dos meios de comunicação em massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência dos municípios brasileiros.** Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 60p. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/publicacoes/Mapa_2008_municipios.pdf>. Acesso em: junho 2018.

WEBER, Max. **Textos selecionados.** Traduções de Maurício Tragtenberg...[et.al]. 2. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

ZALUAR, Alba. Democratização Inacabada: Fracasso da Segurança Pública. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 31-49, 2007.

ZANOTELLI, Cláudio. **A CPI do Narcotráfico e as Redes CARCriminosas no Território Brasileiro:** Um Balanço Provisório do Caso do Espírito Santo. Vitória: UFES, 2001.

ZANOTELLI, Claudio L. O Espaço da Violência na Grande Vitória: O caso dos Homicídios. In: Camacho, Thimóteo. (Org.). **Ensaio sobre a Violência em Vitória.** Vitória: EDUFES, 2003.